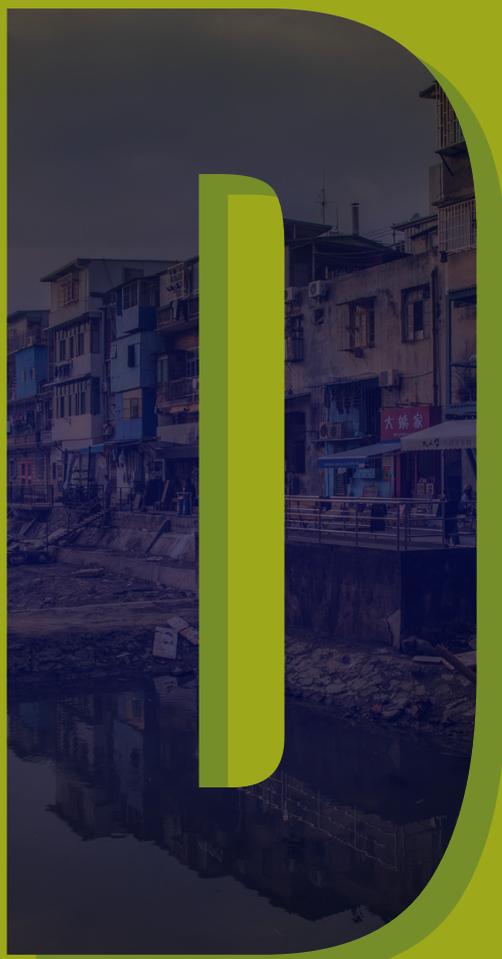


2ª EDIÇÃO



DOS

SIE

DAS

DESIGUALDADES



DOS SÍE

DAS
DESIGUALDADES

REITOR

José Daniel Diniz Melo

VICE-REITOR

Henio Ferreira de Miranda

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)
Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)
Bruno Francisco Xavier (Secretário)

CONSELHO EDITORIAL

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)
Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Adriana Rosa Carvalho
Alexandro Teixeira Gomes
Elaine Cristina Gavioli
Everton Rodrigues Barbosa
Fabrício Germano Alves
Francisco Wildson Confessor
Gilberto Corso
Gleydson Pinheiro Albano
Gustavo Zampier dos Santos Lima
Izabel Souza do Nascimento
Josenildo Soares Bezerra
Ligia Rejane Siqueira Garcia
Lucélio Dantas de Aquino
Marcelo de Sousa da Silva
Márcia Maria de Cruz Castro
Márcio Dias Pereira
Martin Pablo Cammarota
Nereida Soares Martins
Roberval Edson Pinheiro de Lima
Tatyana Mabel Nobre Barbosa
Tercia Maria Souza de Moura Marques

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ione Rodrigues Diniz Morais

COORDENADORA DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

COORDENADORA DE REVISÃO

Aline Pinho Dias

COORDENADOR EDITORIAL

Kaline Sampaio

GESTÃO DO FLUXO DE REVISÃO

Rosilene Paiva

CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS (Presidente)
Aline de Pinho Dias – SEDIS
André Morais Gurgel – CCSA
Antônio de Pádua dos Santos – CS
Célia Maria de Araújo – SEDIS
Eugênia Maria Dantas – CCHLA
Ione Rodrigues Diniz Morais – SEDIS
Isabel Dillmann Nunes – IMD
Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ
Jefferson Fernandes Alves – SEDIS
José Querginaldo Bezerra – CCET
Lilian Giotto Zaros – CB
Marcos Aurélio Felipe – SEDIS
Maria Cristina Leandro de Paiva – CE
Maria da Penha Casado Alves – SEDIS
Nedja Suely Fernandes – CCET
Ricardo Alexandro de Medeiros Valentim – SEDIS
Sulemi Fabiano Campos – CCHLA
Wicliffe de Andrade Costa – CCHLA

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Aline Juliana Barbosa de Oliveira

Catálogo da publicação na fonte
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Secretaria de Educação a Distância

Marcondes, Mariana Mazzini.

Dossiê das Desigualdades [recurso eletrônico] / organizado por Mariana Mazzini Marcondes, Aline Juliana Barbosa de Oliveira e Felipe Beserra do Vale. – 2. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2023
3800 Kb; 1 PDF.

ISBN 978-65-5569-334-8

1. Políticas Públicas. 2. Políticas Públicas – Desigualdades. 3. Políticas Públicas – Gênero. 4. Políticas Públicas – LGBTI+. I. Oliveira, Aline Juliana Barbosa de. II. Vale, Felipe Beserra do Vale. III. Título.

CDU 32.37
M321d

ORGANIZAÇÃO

Mariana Mazzini Marcondes
Aline Juliana Barbosa de Oliveira
Felipe Beserra do Vale

AUTORIAS (EM ORDEM ALFABÉTICA)

Alexandre Hugo de Araújo Barbosa
Aline Juliana Barbosa de Oliveira
Aline Santana Franco de Siqueira
Brena Emanuela Sacramento da Silva
Bruno Silva de Oliveira
Claudia Gazola
Clara Carolina Cândido de Nascimento
Fernanda Fortes de Lena
Fernando Seffner
Ilana Lemos de Paiva
Janaiky Pereira de Almeida
Janaina de Lima
Jessica Silva
Jordana Cristina de Jesus
Juliana Cristina Teixeira
Kyara Maria de Almeida Vieira
Luana Junqueira Dias Myrrha
Luana Soares
Mariana Mazzini Marcondes
Mirla Cisne Álvaro
Samuel Araujo Gomes da Silva
Silvana Mara dos Santos
Victor Varela

PROJETO GRÁFICO

Aline Juliana Barbosa de Oliveira
Clara Carolina Cândido de Nascimento



SUMÁRIO

DOSSIÊ DAS DESIGUALDADES

Apresentação

Parte 1. Gênero, Sexualidades, Democracia e Equidade

Capítulo 1. Gênero, sexualidade e diversidade: afinal, do que estamos falando?

Capítulo 2. Gênero e Sexualidades: um olhar a partir das teorias e práticas do movimento LGBTI+.

Capítulo 3. Desigualdade, insubmissão, democracia e estratégias de equidade em questões de gênero e sexualidade.

Parte 2. Gênero, sustentabilidade da vida humana e os nós das desigualdades

Capítulo 4. Imbricação Das Relações Patriarcais-Racistas-Capitalistas: Uma Análise Feminista Materialista.

Capítulo 5. Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Sustentabilidade da Vida Humana.

Capítulo 6. Trabalho Doméstico: Interseccionalidade entre Raça, Gênero e Classe.

Parte 3. Gênero e LGBTI+: muito além de uma sopa de letrinhas

Capítulo 7. População LGBTI+, desigualdades e resistência: o que os dados nos dizem (ou deixam de dizer).

Capítulo 8. Gênero e movimento LGBTI+: A contribuição dos estudos Queer

Capítulo 9. Políticas pública nas e direitos para população LGBTI+ e para igualdade de gênero no Rio Grande do Norte

Capítulo 10. Políticas públicas e direitos para população LGBTI+ e para igualdade de gênero em Natal

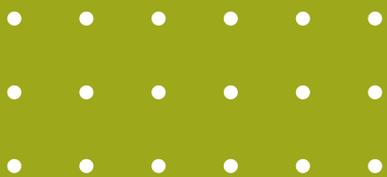
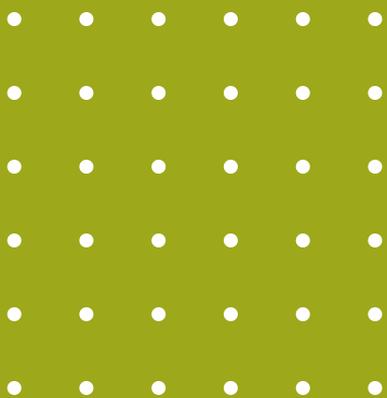
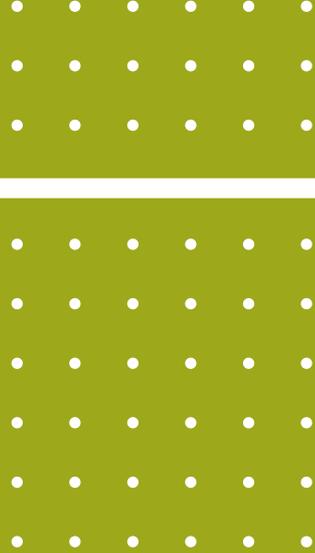


APRE

SEN

TA

ÇÃO



PRA COMEÇO DE CONVERSA...

O Observatório das Desigualdades é um programa de extensão com projetos de ensino e pesquisa a ele vinculados. Foi criado em 2020, no Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFRN, em parceria com um amplo conjunto de outros departamentos/centros e outras universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. Tendo a extensão como ponto de partida, suas atividades articulam-se com o ensino e com a pesquisa, para promover e divulgar conhecimentos sobre desigualdades e ações públicas para seu enfrentamento.

Para cumprir com sua missão, o Observatório realiza cursos e eventos, produz pesquisas, concursos e publicações, além de outras iniciativas de divulgação de conhecimento. As publicações do Observatório são produzidas por discentes e docentes que fazem parte do projeto, em parceria com pessoas da academia, governo e sociedade civil. Atualmente, o Observatório desenvolve três tipos de publicações: Relatório Anual, Boletim ObservaDesigualdades e Dossiê das Desigualdades.

O Dossiê das Desigualdades tem periodicidade anual e enfoca um tema importante para conhecer e enfrentar as desigualdades, por meio da articulação de diferentes abordagens e perspectivas, produzidas por autoras e autores com histórias de vida e conhecimentos distintos e complementares. Em nossa primeira edição o tema escolhido foi “Educação e Desigualdades”.

Esta publicação que você está lendo a apresentação é a segunda edição do Dossiê, que enfoca o tema “Gênero e Sexualidades”. Os textos foram desenvolvidos e organizados com importante atuação de discentes da graduação, principalmente do curso de Administração, por meio de uma atividade de extensão integrada ao ensino, em parceria com especialistas no tema de diferentes estados, instituições e trajetórias.

A produção do Dossiê partiu das duas primeiras edições do Conversatório Descomplicando Gênero, que ocorreram, respectivamente, em 2020 e 2021. O Conversatório é o curso anual do Observatório que aborda teorias e práticas de gênero, enfocando questões específicas sobre o tema, trazendo diferentes abordagens e pontos de vista para a reflexão.

De natureza interdisciplinar, o Conversatório surgiu em parceria com docentes de cinco departamentos da UFRN: prof. dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos (Departamento de Serviço Social/CCSA), prof. dra. Ilana Lemos de Paiva (Departamento de Psicologia/ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA), prof. dra. Luana Junqueira Dias Myrrha (Departamento de Demografia e Ciências Atuariais - Centro de Ciências Exatas e da Terra - CEET) e prof. dr. Paulo Roberto Souto Maior Jr. (Departamento de Práticas Educacionais e Currículo/Centro de Educação - CE). A iniciativa é coordenada pela prof. Dra. Mariana Mazzini Marcondes (DAPGS/CCSA).

A 1ª edição do Conversatório “Descomplicando Gênero” foi realizada em 2020, sendo ofertadas 55 vagas. Foram realizados dois encontros por mês, abrangendo um total de quatro mini-cursos. Seu formato combinou aulas remotas e *lives*, sendo que essas últimas foram disponibilizadas no canal do *youtube* do Observatório, permitindo a criação de conteúdo de acesso público e caráter permanente.

Esta mesma parceria deu continuidade à iniciativa em 2021, por meio do Curso “2ª Edição do Conversatório – Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+”. Nosso propósito foi aprofundar a reflexão sobre gênero e sexualidades, tendo como fio condutor a contribuição do Movimento LGBTQI+ para construir e desconstruir essas categorias. Por meio de cinco encontros, realizados majoritariamente durante o mês do Orgulho LGBTQI+ (junho), o objetivo foi trazer diferentes abordagens, atrizes e atores para refletir sobre o tema, conforme detalhamento abaixo.

A 3ª edição foi realizada em 2022, enfocando os Feminismos Decoloniais, tendo sido a primeira edição presencial, cujos encontros ocorreram em novembro, no Parque das Dunas.

Em cada uma das edições, o grupo responsável pela organização convidou para somar na oferta do curso um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, pessoas de movimento sociais e gestoras governamentais.

Tendo como base a transcrição das aulas das duas edições, discentes que integram o Observatório, sob a supervisão da coordenadora do programa, passaram a desenvolver os textos que integram esta publicação, em parceria com as pessoas que ofertaram as respectivas aulas. Esta troca é fundamental pois permite a discentes aprender como desenvolver uma reflexão teórica e uma publicação, o que é fundamental para despertar o interesse do grupo na pesquisa e na produção acadêmica e extensionista.

Podemos destacar, portanto, como uma das características especiais desta 2ª edição do Dossiê que a sua construção foi marcada pelo intercâmbio de experiência entre discentes da graduação, de um lado, e docentes e/ ou pesquisadoras e pesquisadores experientes e especialistas, do outro. Dessa forma, valorizamos o protagonismo de dis-

centes na concepção, sugestões e revisões, tendo em vista que este grupo também representa nossas e nossos principais leitoras e leitores. Mas isso não significa, contudo, deixar de reconhecer e valorizar a importância da trajetória de quem pesquisa e atua na temática de gênero. É na intersecção dessas trajetórias que se encontra a potência das reflexões que esta publicação sistematiza.

Ademais, nossa construção buscou incorporar a interdisciplinaridade, combinando conhecimentos da Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, História, Serviço Social, Psicologia, Demografia e Educação, além de Estudos de Gênero e Raça. Pessoas que percorrem caminhos distintos e que estão enraizadas em diferentes áreas de conhecimento e regiões do País.

A diversidade de olhares, contudo, não se limitou ao campo de conhecimento e de práticas, mas abarcou o uso de diferentes abordagens. É o caso do interessante debate sobre interseccionalidade e consubstancialidade, que despontam em alguns dos capítulos. Talvez o maior exemplo desta diversidade de diferentes compreensões seja evidenciado na forma de denominar a comunidade LGBTI+. Ao longo da publicação, inúmeras siglas vão sendo usadas pelas autoras e pelos autores para denominar a comunidade.

O entendimento que tivemos, na organização da publicação é que esta diversidade no “nominar” deveria ser mantida e, até mesmo, estimulada. Primeiramente, porque faz parte da formação da sigla em questão essa instabilidade; essa metamorfose ambulante. Mais do que letras, o que essa sigla representa são identidade, desejos, subjetividades, lutas e histórias. Por isso, onde se quer estabilidade e definição, a comunidade LGBTI+ responde com reconfigurações, indefinições e rebeldia.

Em segundo lugar, porque as diferentes formas de compreender o uso da sigla também explicita que somos diversas e diversos em nossas abordagens e compreensões. É nessa dinâmica de trocas entre pessoas e perspectivas diversas que mora a beleza dos estudos e das práticas de gênero, uma bruta flor do querer, como cantaria Caetano Veloso.

É a partir deste contexto mais geral que apresentamos a presente publicação.

Este Dossiê é composto de dez capítulos, divididos em três partes. A primeira dessas partes abrange três capítulos e envolve diferentes abordagens introdutórias das questões de gênero, sexualidades, democracia e equidade. Seu propósito é oferecer uma visão panorâmica sobre discussões clássicas e contemporâneas envolvendo gênero e sexualidades, além de relacionar essas temáticas com uma reflexão mais ampla sobre a democracia no Brasil, enfocando suas contribuições para subsidiar teorias e práticas de justiça.

No primeiro capítulo, intitulado “Gênero, sexualidade e diversida-

de: afinal, do que estamos falando?” escrito por **Mariana Mazzini Marcondes, Claudia Gazola, Brena Emanuela Sacramento da Silva e Clara Carolina Cândido do Nascimento**, o foco é uma introdução ao Dossiê, por meio da reflexão sobre o conceito “gênero”, articulando-o a outros conceitos conexos (diversidade e sexualidade), tendo como fio condutor a trajetória dos movimentos feministas.

Compartilhando do mesmo propósito introdutório, no Capítulo 2 (“Gênero e Sexualidades: um olhar a partir das teorias e práticas do movimento LGBTQI+”), **Kyara Maria de Almeida Vieira, Victor Varela, Brena Emanuela Sacramento da Silva, Clara Carolina Cândido do Nascimento e Mariana Mazzini Marcondes** apresentam um panorama sobre as teorias e práticas de gênero, agora deslocando o olhar para o movimento LGBTI+, enquanto fio condutor da narrativa.

Em “Desigualdade, insubmissão, democracia e estratégias de equidade em questões de gênero e sexualidade”, **Fernando Seffner** nos propõe pensar sobre o que ele denomina de um conjunto de palavras grandes, que representam categorias conceituais fundamentais para pensar e agir sobre desigualdades, superando problemas sociais históricos em nosso país.

A segunda parte da publicação, que abrange três capítulos, enfoca as questões de gênero, tendo como ponto de partida de sua tecitura a vivência das mulheres, atentando aos nós que as enredam, como raça, classe, etnia e outras formas de opressão e exploração. Nesse coser, os fios do trabalho doméstico (remunerado e não remunerado) e as práticas de cuidado, que garantem a sustentabilidade da vida humana, ganham especial destaque.

O quarto capítulo é intitulado “Imbricação Das Relações Patriarcais-Racistas-Capitalistas: Uma Análise Feminista Materialista”. Nele, **Janaiky Pereira de Almeida, Mirla Cisne Álvaro, Ilana Lemos de Paiva, Silvana Mara dos Santos e Jessica Silva**, refletem sobre teorias e práticas feministas, tendo como referência o feminismo materialista. As autoras ressaltam a importância de ir além das questões das mulheres, articulando outras relações sociais imbricadas, como classe, raça e etnia, propondo, para tanto, uma reflexão acerca das categorias interseccionalidade e consubstancialidade.

Na sequência, **Jordana Cristina de Jesus, Luana Junqueira Dias Myrrha e Aline Santana Franco de Siqueira**, em “Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e sustentabilidade da Vida Humana”, analisam os dados e teorias relacionados à divisão sexual do trabalho, refletindo sobre permanências e mudanças sobre o mundo do trabalho vivenciado pelas mulheres.

O sexto capítulo traz o texto “Trabalho Doméstico: Interseccionalidade entre Raça, Gênero e Classe”, escrito por **Juliana Cristina Teixeira, Aline Santana Franco de Siqueira e Alexandre Hugo de Araújo**

Barbosa, que debate o trabalho doméstico em nossa sociedade, principalmente o trabalho doméstico remunerado. No capítulo, a interseccionalidade é a lente adotada para observar e refletir sobre o tema, dando visibilidade a como as configurações deste trabalho afeta as mulheres negras. Ao fim, o texto nos apresenta novos horizontes e possibilidades para pensar o trabalho doméstico.

A terceira e última parte da publicação propõe olhar para as questões de gênero a partir da contribuição teórica e prática dos movimentos LGBTI+, abrangendo quatro capítulos.

No sétimo capítulo da publicação – “População LGBTQIA+, desigualdades e resistência: o que os dados nos dizem (ou deixam de dizer)”, **Fernanda Fortes de Lena, Samuel Araújo Gomes da Silva, Aline Juliana Barbosa de Oliveira e Aline Santana Franco de Siqueira** apresentam um inventário do que temos, em termos de produção de dados no Brasil, em relação à comunidade LGBTI+, considerando tanto os dados oficiais, quanto aqueles produzidos pelos movimentos sociais.

Em “Gênero e movimento LGBTQIA+: a contribuição dos estudos Queer” **Bruno Silva de Oliveira e Clara Carolina Cândido do Nascimento**, buscam compreender quais foram as mudanças teóricas e práticas produzidas pelos movimentos e estudos queer. Para isso, o texto reproduz uma contextualização dos movimentos LGBTI+ no Brasil e em outras partes do mundo.

O nono capítulo é dedicado a um balanço das políticas públicas e garantia de direitos da população LGBTI+ potiguar pelo Governo do Estado. O artigo, escrito por **Janaina de Lima, Aline Juliana Barbosa de Oliveira e Jessica Silva**, é denominado “Políticas públicas e direitos para população LGBTI+ no Rio Grande do Norte”.

De forma similar ao artigo anterior, mas agora voltando-se à experiência da Prefeitura Municipal de Natal, **Luana Soares, Aline Juliana Barbosa de Oliveira e Jessica Silva** desenvolveram o décimo e último capítulo: “Políticas públicas e direitos para população LGBTQIA+ e para igualdade de gênero em Natal”.

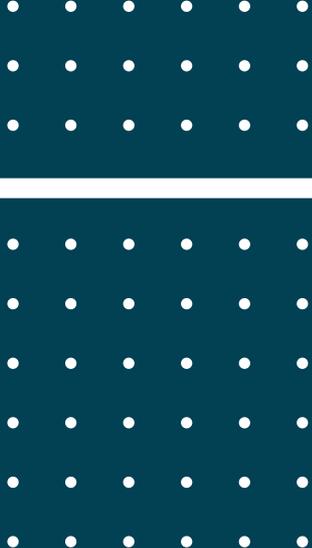
Para facilitar a leitura do texto, todas as pessoas que com eles contribuíram fizeram um exercício de “desacademizar” a escrita e a reflexão, para torná-la mais acessível. Para isso, utilizamos da prática jornalística de “linkar” referências, além de introduzirmos quadros com conteúdos de interesse para aprofundamento (“Do que estamos falando?” e “Fique de Olho!”). Ao final de cada texto, apresentamos de forma leve as referências de cada texto, por meio da seção “E quem te disse? Referências para saber mais”.

Por meio desta publicação esperamos contribuir com reflexões e práticas para a promoção da igualdade de gênero, descomplicando e complicando. Como cantaria Tom Zé:

**"EU TÔ TE
EXPLICANDO
PRA TE
CONFUNDIR**

**TÔ TE
CONFUNDINDO
PRA TE
ESCLARECER"**

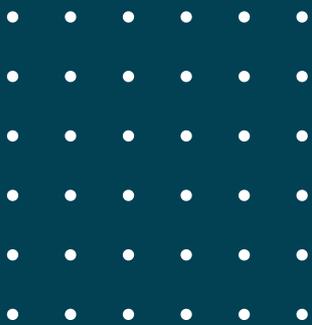
Boa leitura!



PARTE 1



GÊNERO, SEXUALIDADES, DEMOCRACIA E EQUIDADE





CAPÍTULO 1. GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE:

AFINAL, DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Mariana Mazzini Marcondes

Professora de Administração Pública e Gestão Social – DAPGS e Coordenadora do Observatório das Desigualdades da UFRN

Claudia Gazola

Arquiteta e integrante do Coletivo Leila Diniz

Brena Emanuela Sacramento da Silva

Graduanda em Administração e integrante do Observatório das Desigualdades – UFRN

Clara Carolina Cândido do Nascimento

Graduanda em Administração e integrante do Observatório das Desigualdades – UFRN



FIQUE DE OLHO!

Texto construído a partir do minicurso ministrado por Mariana Mazzini (Professora de Administração Pública e Gestão Social – DAPGS e Coordenadora do Observatório das Desigualdades da UFRN) e Claudia Gazola (Coletivo Leila Diniz), para a 1ª Edição do Conversatório, realizado pelo Observatório das Desigualdades da UFRN, no dia 21 de agosto de 2020. Acesse: [Gênero, sexualidades e diversidades, afinal do que se trata?](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

Gênero é apenas uma palavra, mas, em torno dela, ocorrem muitas disputas, e surgem muitas ideias e projetos de sociedade. De um lado, os movimentos feministas e LGBTQIA+ mobilizam gênero para pensar e agir, criticando e transformando a realidade social, marcada por desigualdades. De outro lado, os movimentos fundamentalistas e conservadores também mobilizam as questões de gênero, organizando-se para se opor ao que eles nomeiam de “identidade de gênero”, que estaria destruindo as tradições e a moralidade cristã de nossa sociedade.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Ideologia de gênero

O **Dossiê das Desigualdades**, publicação anual do Observatório, abordou, em sua 1ª edição, o tema, em sua relação com a educação e desigualdades. Trata-se do capítulo intitulado “Educação Básica e Gênero: Políticas Educacionais

e a Falácia da “Ideologia de Gênero”, uma contribuição de Anabelle Carrilho; Lucelia Bassalo; Silvia Cristina Yannoulas; Sophia Afonso e Alexandre Barbosa. Vale a pena conferir!

Há, portanto, uma espécie de enigma da Esfinge de Tebas que rodeia essa simples palavra: gênero, decifra-me ou te devoro. Para vencer as desigualdades no Brasil, na América Latina e no mundo, nós precisamos enfrentar o desafio e saber responder ao enigma de gênero. Para isso, é preciso entender, afinal, o que é gênero, e como ele se relaciona com sexualidade e diversidade.

Este texto tem como objetivo apresentar uma introdução ao tema, para ajudar as leitoras e os leitores a enfrentar este enigma. E, ainda, apresentar uma introdução ao próprio Dossiê. Para isso, enfocamos principalmente as contribuições teóricas e práticas construídas a partir dos movimentos feministas, desde seu surgimento até sua transformação. Em seguida, discutimos o conceito de gênero, a partir, principalmente, dos significados construídos e reconstruídos pelos feminismos.

Importante esclarecer que os movimentos feministas foram fundamentais para desenvolver gênero como uma categoria de análise e um princípio de ação. Mas não apenas. As lutas das mulheres e dos movimentos LGBTQIA+ são terreno no qual germina a noção de gênero, que nasce e renasce a partir das transformações desses movimentos. Por isso, no **segundo capítulo** desta publicação voltamos ao tema do gênero, mas olhando a partir das contribuições dos movimentos LGBTQIA+. Dessa forma, recomendamos a leitura conjunta dos dois capítulos, para uma compreensão mais complexa e total do tema!

SEGUINDO AS PISTAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA ENTENDER GÊNERO

Direito das mulheres, injustiça dos homens

A opressão das mulheres pelos homens tem uma longa trajetória, que começou antes mesmo do capitalismo, e que coleciona episódios em diferentes locais do mundo e em distintos momentos da história. Em parte da Grécia antiga, a exemplo de Atenas, os homens já tinham privilégios em relação às mulheres, como, a liberdade sexual e o afeto entre homens, enquanto as mulheres se viam limitadas ao espaço doméstico.

Com o surgimento do capitalismo, mulheres e crianças tornaram-se mão de obra barata nas fábricas, em um primeiro momento. Mas, depois, elas foram sendo afastadas do espaço dito produtivo, para assumirem como sua principal responsabilidade trabalhos essenciais para a vida humana, mas que são tão invisíveis e valorizados que são entendidos como um “não-trabalho”: a reprodução social da vida, por meio do cuidado e do trabalho doméstico. É o que se denomina de **divisão sexual do trabalho**, e que você pode conhecer mais a partir da leitura dos **capítulos cinco** e **seis** desta publicação.

Isso não significa, contudo, que as mulheres não trabalhavam fora do ambiente doméstico e das famílias. Se olharmos para a história de países como o Brasil e os que compõem a América Latina, vamos identificar que as mulheres negras e indígenas trabalhavam nas atividades ditas produtivas, inclusive, em muitos casos, nos mesmos espaços que os homens. Era o que acontecia na produção agrícola e de extração de minérios, que era baseada em mão de obra escravizada, por exemplo. Durante e após o fim da escravidão, mulheres negras e indígenas ocupavam as ruas fazendo pequenos trabalhos, vendendo comida, lavando roupa, dentre outras atividades laborais.

As mulheres exerciam funções de grande importância na sociedade, ainda que a elas fosse negada a possibilidade de educarem-se, votar e serem votadas, trabalharem em diferentes ocupações e não serem as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado. Foi pelo “direito das mulheres” e contra “as injustiças dos homens” que mulheres se levantaram e, juntas, lutaram ao longo da história, a exemplo da potiguar **Nísia Floresta**.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Quem foi Nísia Floresta? E Clara Camarão? E Alzira Soriano?

Nísia Floresta nasceu em 12 de outubro de 1810, em Papari, no Rio Grande do Norte, cidade que agora leva seu nome. Foi educadora, escritora e poetisa, e é considerada a primeira feminista brasileira. A primeira obra escrita sobre direitos das mulheres foi de sua autoria. Com 22 anos, publicou seu primeiro livro: “Direitos das Mulheres e injustiça dos homens”. Trata-se de uma tradução/adaptação da obra de Mary Wollstonecraft (*A Vindication of the Rights of Woman*).

Em seu livro, Nísia discute e defende o acesso das mulheres à educação e ao trabalho.

Nísia também escreveu outras obras, como, “*Opúsculo Humanitário*”, “*Conselhos a Minha Filha*” e “*Páginas de uma vida obscura*”. Faleceu em 24 de abril de 1885, aos 75 anos, na cidade de Rouen, na França, vítima de pneumonia.

Mas Nísia Floresta não foi a única potiguar que entrou para a história. Podemos citar também Clara Camarão e Alzira Soriano.

Clara Filipa Camarão era uma mulher indígena da tribo potiguar, que lutou contra a invasão holandesa no Nordeste, durante o século XVII, e sobre a qual há muitos mitos e controvérsias, inclusive sobre sua existência e identidade.

Luiza Alzira Teixeira Soriano foi a primeira mulher a ser eleita para um cargo executivo no país, como

prefeita da cidade de Lages, no Rio Grande do Norte, em 1928. Sua eleição foi um marco importante na história da emancipação política das mulheres, porque ocorreu quatro anos antes da aprovação do direito ao voto para as mulheres no Brasil, garantido apenas em 1932.

As mulheres, portanto, lutaram no Brasil contra a opressão que viveram ao longo da história, ainda que suas contribuições para a construção do país tenham sido marginalizadas pela história oficial, o que ocorreria principalmente com as mulheres negras e indígenas, a exemplo de Luiza Mahin.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Quem foi Luiza Mahin?

Luiza Mahin foi uma mulher africana em diáspora, que participou de diversas revoltas de escravos ocorridas em Salvador no século XIX. Uma das revoltas mais conhecidas em que ela teve participação foi a **Revolta dos Malês** (1835). Os Malês, que tinham origem islâmica e foram pessoas escravizadas e traficadas para o Brasil, desejavam acabar com a imposição do catolicismo como religião,

abolir o regime escravocrata e fundar uma república **islâmica** no nordeste do Brasil.

Mahin foi, ainda, a mãe de um grande abolicionista: Luiz Gama. No carnaval do Rio de Janeiro de 2019, foi homenageada pela Estação Primeira de Mangueira, com um **samba-enredo** que iniciava assim: “Brasil chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e malês”.

No período da redemocratização, na década de 1980, **as mulheres tiveram um papel** fundamental na luta contra a Ditadura Militar, tanto por meio dos movimentos feministas, que se reorganizavam, quanto pela atuação delas em partidos, sindicatos e movimentos de moradia e de luta pela melhoria das condições de vida. Suas vozes passaram a ser ouvidas pelo Estado e algumas iniciativas de políticas públicas começaram a surgir, a exemplo, em São Paulo, do Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em 1983, e da primeira Delegacia Especializada da Mulher, instituída em 1985. Ainda na década de 1980, o Ministério da Saúde deu início ao Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher

(PAISM), em **1983** e foi criado o Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM), em 1985.

Desde este período até os dias atuais a história de luta por direitos das mulheres contra a injustiça dos homens foi marcada por avanços e retrocessos. Governos como os do Partido dos Trabalhadores (PT) representaram alguns avanços importantes, como ocorreu, em nível federal, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nesse momento foi estruturada uma Política Nacional para as Mulheres, com a criação de iniciativas importantes para o enfrentamento à violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha. Já o governo Bolsonaro representou a desarticulação de políticas, inclusive por meio da criação de um Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que foi chefiado por Damares Alves, para se contrapor às reivindicações feministas.

Esse retrocesso recente não significou, contudo, que as lutas feministas não estejam ocorrendo. Ao contrário, os feminismos têm se tornado mais presentes no cotidiano de muitas mulheres, inclusive por meio das redes sociais. Esse movimento tem crescido através de diversas manifestações em prol de pautas feministas.

Quando olhamos para esse crescimento do movimento feminista, percebemos que a sua popularização é importante para ganhar legitimidade na sociedade. Mas é também necessário que ele não perca em radicalidade, mantendo-se como uma luta coletiva e que tenha como princípios éticos a luta antipatriarcal, anticapitalista, antirracista, para que os novos e velhos movimentos possam, por meio da auto-organização, ter capacidade de incidência política e de transformação da vida das mulheres coletivamente.

EU NÃO SOU UMA MULHER?

O que é, afinal, ser uma mulher? E a que mulheres se reconhece a condição de mulher, e as que mulheres se nega essa mesma condição? Em 1851, **Sojourner Truth** fez um discurso em que fica evidente que não existe apenas opressão de gênero, mas também dimensões como as de raça ou de classe. Sojourner questionou, a partir de sua vivência, comparada ao que se entendia por ser mulher, se ela seria, afinal, uma mulher.

Sojourner, era uma mulher negra que nasceu em condição de escravizada, em 1797. A partir de sua vivência, ela aponta para algo que as mulheres negras no Brasil também vêm questionando há muitas décadas, e que Sueli Carneiro sintetiza: é necessário **enegrecer o feminismo**. Mulheres negras, como **Lélia Gonzalez**, **Beatriz Nascimento**, **Djamila Ribeiro**, dentre muitas, têm trazido um debate fundamental para que os feminismos sejam sobre todas, e não sobre poucas: não existe a mulher

universal, mas sim mulheres.

Mulheres são atravessadas por classe, raça, cor, local onde vivem, dentre outros marcadores. É o que [Juliana Teixeira](#) discute a partir da interseccionalidade, o que pode, ainda, receber outras denominações, a exemplo de consubstancialidade, como relembra [Lívia Rebouças](#). Ambas as referências são verbetes do Glossário das Desigualdades, do Observatório das Desigualdades.

É nesse contexto que ganha força o feminismo interseccional, que tenta dar conta de articular as mulheres em sua diversidade e na desigualdade entre mulheres. Nesse sentido, gênero, raça, classe, etnia e outras formas de opressão não podem ser separadas, nas teorias e práticas políticas, porque elas ocorrem de forma emaranhada na realidade. Essas relações fazem parte de um mesmo nó e, portanto, se articulam e produzem efeitos uma sobre as outras. Uma mulher negra e periférica não é mulher ou negra ou periférica. Ela é mulher e negra e periférica. Um exemplo da história brasileira recente é o de Marielle Franco.

Marielle Franco vivia a interseccionalidade em sua pele e em como via o mundo e, por isso, atuava, politicamente, de forma interseccional, enquanto mulher negra, bissexual e que morava na favela. Após sua morte, sua família criou o [Instituto Marielle Franco](#) com o intuito de continuar com sua missão e intensificar milhares de outras mulheres, negras, LGBTQI+ e periféricas a seguirem.

Marielle tinha, em suas falas e na sua atuação, uma atenção especial para mulheres periféricas, empobrecidas, negras, e que enfrentam o crime organizado em suas comunidades (tráfico e milícias). Isso porque são essas mesmas mulheres que reinventam a vida nas comunidades, que se solidarizam, criam redes de apoio.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Vida e Morte de Marielle

Marielle Francisco da Silva, conhecida como [Marielle Franco](#), era uma mulher negra, nascida e crescida na favela da Maré. Ela foi brutalmente assassinada em 14 de maio de 2018. Até hoje, não se sabe quem a matou. Durante sua trajetória profissional, realizou o curso de Sociologia na universidade pela PUC-Rio,

e fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Marielle atuava em causas feministas e lutava pelos direitos humanos. Tornou-se vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL (2017 - 2020), sendo seu mandato interrompido por sua trágica morte.

Marielle forjava suas práticas a partir de um **feminismo popular**, sendo que esse tem nos ensinado sobre temas como cuidado e do auto **cuidado**, como fundamentais para a vida das pessoas na política, em casa, no trabalho, em todas as dimensões da nossa vida. A própria sustentabilidade da vida humana é uma discussão trazida pelos feminismos populares. Construir esta sustentabilidade em bases mais democráticas pressupõe enfrentarmos as desigualdades de gênero, raça e classe, como é discutido na parte dois desta publicação.

Gênero: uma categoria analítica e um princípio para ação

Gênero é uma relação social de poder e de dominação que se constrói, social e historicamente, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Trata-se de um conceito formulado pelos estudos de gênero ou feministas ou, ainda, que ajuda a entender a realidade e as realidades que envolvem mulheres e homens e desigualdades estabelecidas ao longo da história.

As desigualdades de gênero estruturam a realidade social e possuem dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais. São construídas na sociedade e surgem a partir de padrões pré-estabelecidos sobre ser homem e ser mulher. Ainda que essas ideias sejam construídas socialmente, elas são entendidas, ideologicamente, como expressões da natureza ou da essência e, portanto, não são possíveis de serem mudadas. Um exemplo é a ideia de que o homem é naturalmente mais forte e mais racional, enquanto a mulher é mais frágil e sabe cuidar melhor.

O conceito de gênero foi construído a partir dos avanços dos movimentos feministas para responder às “questões das mulheres” um mundo repleto de violência, opressão e negação de direitos civis, políticos e sociais a esse grupo que foi historicamente reprimido. O movimento feminista demarca na história da produção do conhecimento do século XX essa importância de olhar para tudo nas nossas vidas em uma perspectiva de gênero.

Contudo, gênero não é apenas uma categoria de análise, mas é também um princípio para a ação, ou seja, orienta o sentido das mudanças sociais desejadas, para promover igualdade. É uma arma importante na luta dos movimentos feministas e LGBTQIA+ pela igualdade e emancipação de sujeitos historicamente oprimidos.

Enquanto uma categoria analítica é um princípio para a ação, gênero é um conceito que é desenvolvido com base no conhecimento científico e na teoria feministas, mas é, principalmente, fruto das ações e transformações de movimentos feministas e LGBTQIA+. Por isso, a partir das contribuições interseccionais e dos movimentos LGBTQIA+ gênero também se transformou. Tanto para evidenciar que ele se articula a outras relações produtoras de desigualdades, como classe, raça e etnia,

mas também para ir além da “questão das mulheres”. Essas questões são abordadas, respectivamente, nos capítulos quatro e dois desta publicação.

Em uma perspectiva relacional e interseccional, “gênero” é uma categoria ampla que abrange tanto as relações de poder e de dominação existentes entre mulheres e homens quanto comunidades LGBTQI+, devendo, ainda, ser articulada com outras categorias produtoras de desigualdades, como raça, classe, etnia. Embora os grupos inseridos nas discussões de gênero se cruzem, se interseccionam, cada questão e necessidade devem ser tratadas em suas especificidades.

**ÚLTIMAS PALAVRAS
(DE UMA CONVERSA
QUE SEGUE NAS
PRÓXIMAS PÁGINAS)**

O enigma da Esfinge que envolve gênero vem sendo desafiado e respondido pelas práticas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, contando com os estudos de gênero como uma importante ferramenta. Ao responderem o enigma, contudo, novas questões se colocam e, portanto, novas respostas emergem, atualizando a discussão sobre gênero nessa dinâmica. Neste texto, buscamos focar as peças desse quebra-cabeça que foram construídas e reconstruídas pelos movimentos feministas.

Gênero é uma categoria analítica, porque ajuda a entender e criticar a realidade cotidiana em que as desigualdades de gênero ganham corpo, por meio de violências, discriminações na política e no mercado de trabalho, responsabilização das mulheres pelo cuidado, LGBTfobia, impossibilidade de discutir o tema do aborto como uma discussão sobre saúde pública. Nesse sentido, gênero é uma lente que nos ajuda a ver o mundo como ele é: marcado por desigualdades.

Mas gênero também é um princípio para a ação. Isso porque não adianta só ver o mundo através dessa lente teórica e criticá-lo; é preciso muda-lo. Gênero, portanto, orienta a ação coletiva de movimentos em relação a qual mundo pretende construir, trazendo consigo ideias como igualdade, inclusão, liberdade, justiça e emancipação.

Se no começo o gênero era relacionado à “questão da mulher”, com o tempo as “questões de gênero” viraram questões de todas as pessoas. Mulheres e pessoas LGBTQIA+ são protagonistas dessa forma de pensar e agir, que, para ser ampla, precisa ser interseccional. É sobre a contribuição dos movimentos LGBTQIA+ para essa discussão que o próximo capítulo desta publicação trata, assim como a parte três desta publicação.

Na verdade, a igualdade de gênero interessa a mulheres e homens, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Todas as pessoas que são comprometidas com a igualdade podem aprender a partir das questões de gênero e podem, ainda, mudar o mundo a partir delas. Parafraseando (e ampliando) o que **bell hooks** nos ensina, os feminismos e a luta das pessoas LGBTQIA+ é para todo mundo.



Amelinha Teles, em “**Breve História do Feminismo no Brasil**”, apresenta uma reflexão sobre a história dos movimentos no país, dos anos mais remotos aos mais recentes.

Anabelle Carrilho, Lucelia Bassalo, Silvia Cristina Yannoulas, Sophia Afonso e Alexandre Barbosa, no capítulo “Educação Básica e Gênero: Políticas Educacionais e a Falácia da “Ideologia de Gênero”, da “**1ª edição do Dossiê das Desigualdades**”, do Observatório das Desigualdades, analisa, em uma perspectiva crítica, a ideologia de gênero na área educacional.

bell hooks, em “**O Feminismo É Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras**”, trata sobre o feminismo e a maldade feminista.

Bruna Mello; Thamires Vieira; Rafael Velho, em “**Nísia Floresta**”, trata sobre as obras de Nísia Floresta.

Catarina Alves Coelho, em “**A tradução utópica-feminista de Nísia Floresta**”, fala sobre o direito das mulheres e injustiça dos homens.

Carmen Silva, em seu livro “**Feminismo popular e luta antissistêmica**”, discute a experiência brasileira de um feminismo de bases populares, contextualizando historicamente essa experiência.

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em “**A perspectiva de Gênero e as Políticas Públicas para Mulheres**”, traz os reflexos das desigualdades de gênero em números no Brasil.

Jornal Nexo, em “**Orgulho LGBTI: afinal, para que servem as paradas?**”, fala sobre o contexto da parada e a história desse movimento.

Juliana Cristina Teixeira apresenta o “**verbete**”, Interseccionalidade, do Glossário das Desigualdades, do Observatório das Desigualdades.

Lívia Rebouças, apresenta o verbete “**Interseccionalidade e consubstancialidade nos direitos humanos**”, enfatizando o conceito e a relação entre direitos humanos, interseccionalidade e consubstancialidade.

Mulheres de Luta, em “**Alzira Soriano**”, conta a história de uma mulher forte e empoderada, que conseguiu se tornar a primeira prefeita mulher do Brasil.

Observatório das Desigualdades, nas duas edições do ObservaDesigualdades (**Boletim ed. 01 e Boletim, ed.02**), reflete e analisa dados sobre desigualdades de gênero.

Paul B. Preciado, em “**Um apartamento em Urano**”, reflete sobre um conjunto de temas contemporâneos, a partir das questões de gênero e de seu processo de transexualização,

Victor Pereira Sousa, em “**Desconstruindo a cis-heterossexualidade**”, reflete, em uma perspectiva decolonial, sobre o padrão cis-heteronormativo imposto pela sociedade.

CAPÍTULO 2. GÊNERO E SEXUALIDADE:

UM OLHAR A PARTIR DAS TEORIAS E PRÁTICAS DO MOVIMENTO LGBTQI+

Kyara Maria de Almeida Vieira

Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Integrante de diferentes grupos de pesquisa, com destaque para o Grupo Flor e Flor estudos de gênero e sexualidade da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Victor Varela

Graduado em Pedagogia e mestre em Educação pela UFRN. Militante do Coletivo LGBTQI+ Leilane Assunção. Professor do Instituto Federal do Pará (IFPA)

Brena Emanuela Sacramento da Silva

Graduanda em Administração e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

Clara Carolina Cândido do Nascimento

Graduanda em Administração e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

Mariana Mazzini Marcondes

Professora de Administração Pública e Gestão Social - DAPGS e Coordenadora do Observatório das Desigualdades da UFRN



FIQUE DE OLHO!

Texto construído a partir da aula ministrada por Kyara Vieira (UFERSA/Grupo Flor e Flor) e Victor Varela (UFRN/Coletivo LGBTQI+), com coordenação e mediação de Paulo Victor (UFRN), para a 2ª Edição do Conversatório - Descomplicando Gênero e Sexualidade: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+, realizado pelo Observatório das Desigualdades da UFRN, no dia 21 de setembro de 2021. Acesse: [Gênero, sexualidade e movimento LGBTQI+: uma introdução](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

É comum que, quando falamos em gênero, logo nos vem à mente questões relacionadas às opressões que mulheres vivenciam em uma sociedade machista. No entanto, o gênero é muito mais abrangente e permite refletir sobre um horizonte mais amplo de desigualdades e opressões, assim como práticas e lutas por emancipação. Os movimentos LGBTQI+ são importantes na construção, desconstrução e reconstrução do gênero, como uma referência fundamental para pensar e agir sobre um mundo desigual.

¹Agradecemos a Paulo Victor Lopes, professor de Antropologia da UFRN, pelos comentários e reflexões durante o 2o Conversatório Descomplicando Gênero, realizado em 2021.

Nesse texto, temos como objetivo apresentar um panorama sobre gênero e sexualidades a partir das contribuições teóricas e práticas dos movimentos LGBTQI+, e, assim, desmistificar questionamentos sobre esses movimentos. O capítulo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda, refletimos sobre o que significa a sigla LGBTQI+, partindo da compreensão de que ela vai muito além de uma sopa de letrinhas. Na terceira parte, refletimos sobre as contribuições dos movimentos LGBTQI+ para pensar gênero, diversidade e sexualidades. Em seguida, na quarta parte, refletimos sobre alguns conceitos importantes para descomplicar gênero, como orientação sexual e identidade de gênero e LGBTfobia. Finalmente, nas considerações finais, tecemos as últimas considerações sobre a necessidade do respeito às diferenças.

LGBTQI+: muito além de uma sopa de letrinhas

Especialmente a partir da década de 1960, movimentos feministas e LGBTQI+ vêm se organizando para pautar suas demandas para o Estado e para a sociedade como um todo, reivindicando direitos, **políticas públicas**, e, ainda, uma nova mentalidade sobre as questões de gênero. Ainda que haja denominadores comuns aos dois movimentos, nem sempre essa relação é tranquila.

As mulheres lésbicas e trans, por exemplo, tiveram historicamente mais dificuldade para ter visibilidade em ambos os movimentos. Isso porque os movimentos feministas frequentemente colocavam em foco as demandas das mulheres cis e heterossexuais. E, de outro lado, era comum que os movimentos LGBTQI+, priorizavam as questões relacionadas aos homens cis gays.

Os movimentos LGBTQI+ questionam a ideia de que as opressões relacionadas ao gênero e à sexualidade se limitam aos problemas das mulheres que se relacionam com homens. Gênero torna-se, assim, muito mais amplo; as desigualdades, opressões e discriminações que se desdobravam desse conceito, também.



FIQUE DE OLHO!

O **primeiro boletim** do Observatório das Desigualdades (**Observa Desigualdades**), enfocou o tema das desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres, enquanto o **segundo boletim** trouxe uma reflexão sobre a questão de gênero, a partir da vivência da comunidade LGBTQI+. Vale a pena conferir!

Um marco na luta dos **movimentos LGBTQI+** pelos seus direitos a existir, amar e viver suas sexualidades e afetos foi a rebelião de Stonewall, no final da década de 1960, nos Estados Unidos. Esse feito ocorreu após lésbicas, travestis, *drag queens* e gays enfrentarem a violência policial, que já ocorria há um tempo. No entanto, no dia 28 de junho,

o público LGBTQI+ reagiu à batida policial, dando início a um embate que perdurou por dias. Esse ato de resistência tornou-se uma referência para a estruturação dos movimentos de direitos da população LGBTQI+ em várias partes do mundo. Desde então, a comunidade LGBTQI+ passou a organizar-se, por meio de paradas de orgulho, beijaço, criação de organizações do movimento, dentre outras formas.

Esses atos de rebeldia não ocorreram apenas nos Estados Unidos. Na **América Latina**, mobilizações ocorreram no México e na Argentina, na década de 1960, permitindo emergir uma primeira geração de ativistas LGBTQI+. Foi o caso do grupo *Nuestro Mundo*, fundado em Buenos Aires em 1967, que participou de forma contundente e politizada durante os acontecimentos de 1968 e ajudou a fundar a Frente de Libertação Homossexual (FLH), em 1971.

No Brasil, nos fins da década de 1970, foi criado o **Grupo Somos**, em São Paulo, inspirado na experiência da FLH Argentina. O Grupo Somos foi responsável pela publicação do **Lampião da Esquina**, primeiro jornal brasileiro de circulação nacional voltado para a população LGBTQI+. Já na década de 1980, outras organizações surgiram, a exemplo do **Grupo Gay da Bahia**, que se tornou uma referência na sistematização de dados sobre violências que afetam a comunidade LGBTQI+.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Parada do Orgulho Gay

A parada do orgulho gay ou **“Pride Parade”** é uma das iniciativas mais visíveis da luta pela promoção de direitos humanos e de inclusão da comunidade LGBTI+, além de enfatizar o enfrentamento à violência e à discriminação. A Revolta de Stonewall foi um marco para seu surgimento. A primeira parada do Orgulho Gay (como se denominava à época) aconteceu um ano depois

de Stonewall, em Nova York, em 27 de junho de 1970.

No Brasil a primeira Parada do Orgulho ocorreu em 1995, após a 17ª conferência de LGBT. Em junho de 2022, após dois anos sem ser realizada, por conta da pandemia de covid-19, aconteceu a 26ª **Parada do Orgulho de São Paulo**, uma das maiores do mundo.

Nesta trajetória histórica, emergiu este movimento político e social que reivindicava mais representatividade e direitos para a população LGBTQI+, além de defender a diversidade e aceitação de todas as formas de experimentar amor, afeto e sexualidade. O próprio nome do movimento já é representativo da discussão e da mudança que ele reivindica. Muito mais do que uma sopa de letrinhas, que cresce cada vez mais, o que a sigla representa são muitas identidades e formas de viver o gênero e a sexualidade. Identidades essas que são dinâmicas e que estão em (re)criação.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

O LGBTQI+ *decodificado e suas significações*

- L - lésbica
- G - gays
- B - bissexuais
- T - transgêneros
- Q - queer
- I - intersexo

O símbolo de “mais” no final da sigla surge para incluir outras

identidades de gênero e orientações sexuais, a exemplo de assexual, pan e pessoas não binárias. A bandeira colorida, que representa um arco-íris, é o símbolo visual do movimento LGBTQI+, sendo que cada cor tem um **significado**, como a cura, a vida, o espírito etc.

Atualmente, o movimento LGBTQI+ está presente no mundo todo. No Rio Grande do Norte há muitas organizações que o integram, a exemplo do **Gami** (Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes, formados por mulheres que se auto declaram lésbicas, feministas, antirracistas, antissistêmicas), **Fórum LGBT** (que se define como um colegiado de Entidades que visa a discussão e planejamento de ações conjuntas LGBT) e o **Coletivo Leilane Assunção**.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Quem foi Leilane Assunção?

Leilane Assunção da Silva (1981) foi uma mulher trans, potiguar, professora, pesquisadora e militante. Graduou-se e fez seu mestrado em História na UFRN. Em seguida, doutorou-se pela mesma instituição em Ciências Sociais. Foi uma das primeiras professoras transexuais de uma universidade pública no Brasil.

Ela atuou na UFRN por 18 anos, e era uma ativista dos direitos humanos, sobretudo LGBTQI+, sendo uma das coordenadoras do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Morreu aos 37 anos e em sua homenagem, foi criado, em 2019, o **Coletivo Leilane Assunção**.

O movimento LGBTQI+ busca a igualdade e o respeito às diferenças, de forma ampla. No Brasil, houve avanços em relação a garantias de um conjunto de políticas e de direitos. Foi o caso da **Política Nacional** de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e, ainda, do **Brasil Sem Homofobia**, que era um programa de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBTQI+, criado no início do governo Lula (2004).

Apesar de já ter alcançado muitas vitórias, o movimento ainda enfrenta desafios diários, principalmente em relação à saúde, educação e inserção dentro do mercado de trabalho. Isso além do exercício de

direitos civis como casamento e adoção, cujos avanços dependeram, em grande medida, de decisões judiciais, e não da instituição de direitos por lei.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

União Homoafetiva

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a **união estável homoafetiva** em maio de 2011. Após mais de 10 anos da aprovação, contudo, há ainda ameaças a essa garantia, em decorrência da atuação de setores conservadores, que, no Congresso Nacional, articulam-se com frequência para colocar direitos de LGBTQI+ e de mulheres em risco.

Casamento Homoafetivo

Em 15 de maio de 2013, foi publicada a **Resolução nº 175**, de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo, seja por habilitação direta, seja por conversão de união estável.

Gênero, diversidade e sexualidades: contribuições a partir dos movimentos LGBTQI+

Como é discutido nesta publicação, no **primeiro capítulo**, o gênero foi profundamente transformado, enquanto uma teoria e prática, a partir da ação concreta de movimentos sociais, como os movimentos de mulheres negras e indígenas e movimentos LGBTQI+. E isso vai além da “questão das mulheres”.

É importante considerar que as “questões LGBTQI+” também fazem parte das questões de gênero, ainda que isso seja questionado, em decorrência de vivermos em uma sociedade que preza pelo modelo de família tradicional e patriarcal, formada por um homem, uma mulher e crianças.

Gênero, sexualidade e desejo devem ser entendidos de forma mais complexa. Se queremos descomplicar é preciso, antes, complicar. E a discussão sobre sexualidades é fundamental para isso.

A sexualidade não é estática; ela se transforma. Se formos pensar na sexualidade das mulheres no século XVIII, por exemplo, ela é bem diferente do que entendemos por sexualidade hoje em dia, contexto em que estão em pauta questões como a lesbianidade, os desejos de mulheres e homens trans e a não binariedade. Assim, a sexualidade, como o gênero, também é constituída culturalmente. Na sociedade em que vivemos, considera-se “normal” ser heterossexual, o que significa que a sexualidade é marcada por práticas heteronormativas.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Heteronormatividade

Significa a heterossexualidade como a norma; o “normal”. Nessas bases, apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos

(heterossexuais e cis) são normais ou corretos.

Leia mais sobre heteronormativo clicando [aqui](#).

Quando olhamos para [a história da sexualidade](#), percebemos que ao longo dos séculos, ela foi sendo patologizada. Por meio dos discursos médicos, determinadas formas de viver a sexualidade foram entendidas como saudáveis e outras, como desviantes, a exemplo da homossexualidade e da lesbianidade. Essas formas de viver e amar eram, recorrentemente, denominadas como “homossexualismo” e “lesbianismo”, sendo o sufixo “ismo” indicador de doença.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A interpretação da homossexualidade para a OMS

A homossexualidade era considerada como doença e estava na lista de doenças patológicas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 17 de maio de 1990, a OMS

retirou o CID de transtorno mental relacionada a ela, e, assim, a homossexualidade ficou reconhecida como um traço da personalidade.

É muito comum, ao pensarmos em sexualidade, remetermos nosso pensamento ao sexo. No entanto, é importante lembrar que a sexualidade não abrange apenas a atração sexual, mas também as relações afetivas e amorosas. Segundo a Associação Mundial de Sexologia, **sexualidade é uma parte integral da personalidade** de todo ser humano. Dessa forma, o desenvolvimento humano depende da satisfação de necessidades básicas, como é o caso do desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor. O desenvolvimento da sexualidade é, portanto, essencial para o bem estar individual, interpessoal e social. Trata-se, portanto, de um direito humano fundamental.

É importante pensar também em alguns outros aspectos, quando se está falando de gênero e sexualidade. De um lado, é preciso entender que a sexualidade se constrói socialmente e, portanto, ela faz parte de uma experiência coletiva da sociedade. De outro lado, é preciso olhar para a individualidade e para como cada pessoa experimenta a vivência da orientação sexual e identidade de gênero, que devem ser respeitadas. Em outras palavras, é fundamental valorizar a diversidade de gênero e as experiências sexuais de cada sujeito, reconhecendo que as mesmas são construídas socialmente.

O termo "diversidade de gênero" parte da concepção de que não existem apenas dois gêneros (masculino e feminino), mas há uma **diversidade** muito maior. Além da forma que se expressam as sexualidades e os desejos (ex. heterossexualidade, bissexualidade, etc.), as pessoas podem ser diversas em relação ao gênero com o qual elas se identificam. É o caso, por exemplo, das pessoas cis e trans.

Cis é um termo que vem da palavra cisgênero e refere-se às pessoas que se identificam com o corpo biológico que lhes foi designado ao nascer. Trans faz referência às pessoas que não se identificam com esse dito corpo biológico, como as travestis, transexuais e transgêneros. Há, ainda, pessoas intersexuais, que nascem com características biológicas (ex. hormonais ou genéticas) que não podem ser enquadradas como femininas ou masculinas. Também existem pessoas não binárias, que não se identificam com um gênero em específico e questionam a própria ideia de um gênero que não possa ser **fluido**.

Os estudos de gênero apontam para o caráter social das diferenças entre mulheres e homens, cis ou trans. Isso é importante porque aquilo que não é natural, mas é social, pode ser mudado. A famosa frase de Simone de Beauvoir resume a questão: não se nasce mulher, **torna-se mulher**. A frase, apesar de clássica, é bastante atual, inclusive para pensar a transexualidade, que se realiza a partir do processo de tornar-se.

A ideia de diversidade implica o reconhecimento de diferentes identidades, mas é necessário fazer uma distinção e um alerta. Atualmente, tem surgido, no debate público, a ideia de que existem pautas identitárias, como as das mulheres, LGBTQI+, movimento negro etc. Essa forma de nomear a luta desses movimentos é uma armadilha. Primeiro, porque a denominação "identitária" é usada com o intuito de diminuir a luta dessas pessoas por seus direitos, como se fossem pautas menores. Além disso, a luta desses movimentos não é apenas para que identidades sejam reconhecidas, mas que tenha mudanças estruturais na sociedade. Isso envolve a cultura, mas também a economia, a política e a sociedade como um todo. Finalmente, é necessário pontuar que todos os grupos sociais possuem identidades, e são, portanto, identitários; a elite tem uma identidade, assim como os homens brancos.

DESCOMPLICANDO GÊNERO E SEXUALIDADES!

Orientação sexual, identidade de gênero, LGBTFOBIA... afinal, o que isso quer dizer?

O debate de gênero é, muitas vezes, considerado muito difícil para quem não está acostumado com seus termos e reflexões. Aqui, passamos a discutir algumas dessas palavras que, em um primeiro momento, podem parecer impossíveis de compreender, mas são ferramentas poderosas para entendermos as questões de gênero. Para isso, refletimos sobre o que é orientação sexual, identidade de gênero e LGBTfobia.

A sociedade ocidental moderna trata as diferenças sexuais e de gênero em termos do padrão “norma X desviante”. As pessoas, cuja orientação sexual e identidade de gênero não correspondem ao que é compreendido socialmente como seu sexo, desde o nascimento, são consideradas como desviantes em relação à norma de gênero dessa sociedade.

A orientação sexual refere-se à atração afetiva, amorosa ou sexual de uma pessoa. Há, principalmente, as seguintes orientações sexuais: heterossexual (atração por pessoa do sexo/gênero oposto), homossexual (mesmo sexo/gênero) e bissexual (pelos dois sexos/gêneros).

Apesar dessas divisões, a orientação de alguém não é necessariamente fixa e pode variar. Tanto a orientação sexual quanto a identidade de gênero costumam se manifestar desde cedo, por diversas razões, como por exemplo, experiências de socialização e cultura.

A identidade de gênero é a forma como as pessoas se sentem e se identificam na sociedade, considerando a diversidade de corpos e as necessidades específicas de cada corpo e de cada grupo. Assim, uma pessoa pode nascer e ser identificada biologicamente como menina, mas essa mesma pessoa pode se identificar com o gênero masculino ou, ainda, entender-se como não binária. É importante, portanto, desnaturalizar a relação do corpo biológico (como é apresentado fisicamente) de como a pessoa se identifica e se expressa socialmente.

Culturalmente, ainda no ventre das mães, já é definido que se um corpo tem um pênis é de um homem e que, por isso, irá usar roupinha azul e, ao se tornar mais velho, irá desejar uma mulher (e vice e versa). Essa **predefinição do gênero**, no entanto, pode não ser compatível com a forma que a pessoa se vê e se sente. É o que acontece com as pessoas trans, por exemplo, que se diferenciam, nesse aspecto, das pessoas cis.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Cisgênero, transgênero e não-binário

Cisgeneridade caracteriza as pessoas Cis, que são aquelas que se identificam com o gênero que, socialmente, lhes foi conferido no nascimento. Mulheres e homens cis podem ser heterossexuais, mas também podem ser lésbicas, gays, bissexuais, dentre outras orientações sexuais.

Transgeneridade caracteriza as pessoas trans, que são aquelas que não se identificam com o gênero

que, socialmente, foi conferido no nascimento. Mulheres e homens trans podem desejar mulheres e/ou homens (sejam elas e/ou eles cis ou trans).

Não-binariedade é uma identidade de gênero em que as pessoas não se percebem pertencentes a um gênero exclusivamente.

Leia mais sobre as letras do movimento clicando [aqui](#) e [aqui](#).

LGBTFOBIA

Ainda que a forma mais comum de tratar a questão da identidade de gênero envolva três formas (transgêneros, cisgêneros e não-binarismo), há outras nomenclaturas. Por exemplo, nos Estados Unidos da América (EUA) existem mais de **30 diferentes tipos de gêneros**, oficializados pela Comissão de Direitos Humanos de Nova York (EUA). Além disso, em 2021, um projeto de lei, conhecido como “Lei do Reconhecimento de Gênero” foi aprovado pela Assembleia de Nova York, que torna possível que as pessoas usem um gênero neutro na identificação de **gênero dos documentos oficiais**. Segundo o **Centro Nacional para Igualdade Trans**, isso ajuda a proteger as pessoas trans, além de permitir que tenham acesso melhor a moradia, emprego e serviços públicos.

LGBTfobia é a nomenclatura usada para abranger todas as formas de violência contra pessoas LGBTQI+, em que a motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Ela pode, ainda, ser tratada de forma específica: **transfobia**, **lesbofobia**, bifobia e **homofobia**.

A comissão Interamericana de Direitos Humanos entende a violência contra as pessoas LGBTQI+ como uma violência social contextualizada, na qual a motivação de quem pratica a agressão deve ser entendida como um fenômeno complexo, e não apenas como um ato individual. Ou seja, o que motiva a agressão transfóbica, por exemplo, não é o fato de a pessoa agressora não gostar ou ter um desentendimento com uma pessoa trans, simplesmente. É o fato da pessoa trans ser trans (ex. xingar alguém de “traveco!”; expulsar uma mulher trans do banheiro feminino, etc.).

O Brasil é um dos países líderes na morte de pessoas LGBTQI+. Segundo o relatório **Mortes Violentas de LGBTQI+ no Brasil** - 2021, divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, uma morte é registrada a cada 29 horas. O Nordeste é a região que mais tem mortes por **LGBTfobia**, com 35% dos casos. Em 2021, segundo o Grupo Gay da Bahia, os gays voltaram novamente a ocupar o primeiro lugar no ranking de mortes de LGBTQI+: 153 casos de homens gays (51%), seguidos das travestis e transexuais, com 110 casos (36,67%), além das mulheres lésbicas, contabilizando 12 casos (4%), e, ainda, bissexuais e homens trans, totalizando 4 casos (1,33%).

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Atos LGBTfóbicos são crimes!

Em junho de 2019, o **Supremo Tribunal Federal (STF)** decidiu que atos LGBTfóbicos são considerados crimes, em analogia ao crime de racismo (**Lei n.º 7.716/89**). Esse crime ocorre quando há discriminação de pessoas LGBTQI+. É o caso, por exemplo, de situações em que pessoas LGBTQI+ são de-

nominadas de doentes/aidéticos, “viados”, “sapatonas” ou “traveco”. Ou, ainda, quando elas possuem impedimento ao seu acesso a estabelecimento comercial, de ensino, transporte público, dentre outros. Essa prática constitui-se em um crime inafiançável e imprescritível.

Considerações finais

O respeito às diferenças presume um conhecimento básico e fundamental acerca do direito de existir das pessoas, respeitando a sua identidade de gênero, suas preferências sexuais, etnia, idade, religiosidade, ou classe social. Nos dias atuais, infelizmente, ainda é comum o desrespeito e as violências contra pessoas que não respondem a determinados modelos normativos, a exemplo da comunidade LGBTQI+.

Apesar das várias conquistas ao longo dos anos, fruto da luta dos movimentos LGBTQI+, a realidade mostra que ainda temos muito o que avançar para superar as desigualdades, já que continuamos entre os países que mais mata e agride pessoas LGBTQI+, dentre outras formas de violências que envolvem desigualdades entre grupos sociais, a exemplo do feminicídio e genocídio da população negra.

As reflexões e as práticas sobre gênero, sexualidades, diversidade e respeito às diferenças são complexas e, por isso, às vezes soam como difíceis de entender. Isso porque somos pessoas que fomos socializadas dentro da ideia de que existe o normal, e que as outras pessoas são desviantes; abjetas. Transbordar esses esquemas mentais que legitimam violências como a LGBTfobia é um convite que este texto faz a quem chegou até aqui. A igualdade não é um projeto fácil, nem de pensar, nem de efetivar. Mas é o projeto justo.

E QUEM FOI QUE DISSE?



Aliança Nacional LGBTI e GayLatino, no “**Manual de Comunicação LGBTI+**”, nos traz o melhor entendimento de termos entre a população LGBTI+.

Ana Cecília Silva; Carolina Silva; Juliano Bonfim; Lívia Barbosa Lima, e Marcos Ribeiro Mesquita, em “**Juventudes, gênero e sexualidade: a ação política dos movimentos sociais**”, analisa a visão de jovens maceioenses sobre as dinâmicas participativas dos movimentos sociais feministas e LGBT na atualidade.

Boletim Observa Desigualdades, ed. 1, em “**Desigualdade de Gênero**”, discute sobre as desigualdades, trazendo também um balanço do que aconteceu nos anos de 2020 e 2021 no observatório das desigualdades.

Boletim Observa Desigualdades, ed. 2, no capítulo “**Palavra solta**”, discussão sobre gênero e sexualidades.

Carla Rodrigues, em “**Butler e a desconstrução de Gênero**”, resenha o clássico livro Problemas de Gênero de Judith Butler, para a Revista de Estudos Feministas.

Cidadania LGBT+: "**LGBTFOBIA**", fala sobre como se configura esse tipo de violência .

CIDH, em "**Violência contra pessoas LGBTI**", discute as características da violência contra as pessoas LGBTI.

Cleyton Feitosa Pereira, em "**Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil**", nos traz a importância da junção dos dois movimentos.

Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, em "**Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**", traz uma tradução do texto de uma das mais importantes teóricas sobre gênero, Joan Scott.

CNN, Brasil, em "**Nova-iorquinos agora podem marcar "X" no gênero em documentos de identidade**", aponta que através da Lei de Reconhecimento de Gênero é permitido que residentes de Nova York marque "X" para seu gênero em documentos oficiais.

Fernanda Coelho, em "**Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTfobia**", nos traz um pouco sobre a luta histórica do dia 17 de maio.

Grupo Gay da Bahia, em seu "**Relatório 2021**", trata sobre as mortes de LGBT+ no Brasil.

Jaqueline G. Jesus, em "**Orientações sobre Identidade de Gênero**", trata sobre os conceitos e termos.

José Alcides F. Santos, em "**Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**", nos traz sobre a influência do contexto de classe social e o gênero nesse âmbito.

Luana Pereira da Costa e Sátira Pereira Machado em, "**Gênero e Direitos Humanos**", discute sobre os gêneros reconhecidos nos EUA.

MPMS, na "**Cartilha de enfrentamento à violência LGBTfobia**", trata da importância e necessidade de políticas públicas para a comunidade LGBT+.

Renan Quinalha é o autor de "**Movimento LGBTI+**", que traz uma breve história do século XIX aos nossos dias. Livro que convida quem lê a navegar pela história de luta do movimento, abordando questões conceituais fundamentais e, ainda, desafios contemporâneos.

Ruy Laurenti, em "**Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças**", contextualiza a visão da OMS em relação ao CID 302.0

Sâmia de Christo Garcia, em "**LGBTQIAP+: Você sabe o que essa sigla significa?**", aborda a história e significado da sigla LGBTQIAP+.

Significados, em "**Identidade de gênero**", aponta, o que é, tipos e diferenças.

Tereza Lopes Miranda e Edina Schimanski, em "**Relações de Gênero**", traçam a compreensão de gênero em sua totalidade.

13º Congresso Mundial de Sexologia, em "**Declaração dos Direitos Sexuais**", trata da sexualidade como uma parte da personalidade do ser humano.

CAPÍTULO 3. DESIGUALDADE, INSUBMISSÃO, DEMOCRACIA E ESTRATÉGIAS DE EQUIDADE EM QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Fernando Seffner

Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente no Programa de Pós-Graduação em Educação e coordenador do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero.²

O Brasil, último país a acabar com a escravidão, tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade [...]. Darcy Ribeiro.



FIQUE DE OLHO!

Texto construído a partir da aula ministrada por Fernanda Arno (Coordenadora do GT de Gênero da Associação Nacional de História de Santa Catarina) e Fernando Seffner (Faculdade de Educação da UFRGS) com Mediação de Paulo Roberto Souto Maior Jr. (Departamento de Práticas Educacionais e Currículo - UFRN). Para o Conversatório "Gênero e masculinidades", do Observatório das Desigualdades da UFRN, que ocorreu no dia 18 de set. de 2020. Acesse: "[Gênero e masculinidades](#)"

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

O título deste artigo traz um conjunto de palavras grandes categorias conceituais através das quais se escondem discussões teóricas amplas, divergências em termos de pontos de vista de como superar ou como propor políticas públicas que ajudem a superar problemas sociais históricos em nosso país, reconhecidos por alguns grupos, negados, ou minimizados, por outros.

Dedico a primeira seção deste artigo a recortar o que desejo analisar. Em outros termos, a extrair de cada palavra grande os elementos que necessito, para levar adiante meus argumentos. Ao recortar de cada termo o conjunto de sentidos que me parece adequado, indico também traços da minha posição política frente às questões sociais que neles habitam. Não há outra possibilidade de operação. Esmiuçar categorias conceituais é também fazer escolhas políticas. Se, por um lado, são tarefas distintas – debates teóricos e escolhas políticas –, por outro, operam juntas. Já Paulo Freire definiu isto com precisão para o campo da educação, quando afirmou que o ato pedagógico é em si também um ato político.

² O texto contou, na formatação, com a contribuição de Alexandre Hugo Barbosa (Administrador pela UFRN e membro do Observatório das Desigualdades - UFRN)

Busco deixar claras tanto as opções teóricas que tomo quanto as opções políticas que faço. Dou com isto ao leitor a possibilidade de concordar ou discordar a cada passo do meu percurso, e mostro as raízes do meu raciocínio, tanto teórica quanto politicamente. Talvez se possa dizer que essa é a melhor tentativa de uma escrita crítica, aquela que permite aos outros e às outras exercer o debate em torno de nossas posições, não se valendo de simples argumentos de autoridade, que em geral se baseia em ideias transcendentais ou a-históricas.

Regimes democráticos versus ordem desigual na história brasileira

DESIGUALDADES

Desigualdades são atributos que marcam muitas sociedades. Indicam a extrema distância econômica, política e cultural, que pode existir entre pessoas ou grupos, o que estabelece condições desiguais quando demandam acesso a oportunidades ou a benefícios sociais. No caso brasileiro, sem muito exagero, se pode afirmar que os dicionários deveriam colocar a palavra Brasil como um dos sinônimos possíveis do conceito de desigualdade. Se a alguns parece exagero tal afirmação, vamos aos dados.

Me valho principalmente do [World Inequality Report](#) produção do World Inequality Lab. Os dados do relatório são os mais atualizados que encontrei no momento da escrita deste artigo. Mas fica o aviso de que a série histórica de relatórios da mesma instituição, em sintonia com os dados de séries históricas de relatórios de outras instituições, como o [World Economic Forum](#) ou o [World Bank](#), mostram a presença do Brasil na liderança da desigualdade já de muitas décadas.

Não é uma situação em que caímos nos últimos anos, ou uma condição temporária que estamos atravessando fruto de alguma crise passageira. É uma posição que marca o país de longa data, e, talvez, se possa dizer, desde a colonização, embora que para períodos tão recuados não tenhamos disponibilidade de dados precisos.

Talvez se possa dizer que é uma escolha que fazemos, a cada dia, como país, como sociedade, como elite dirigente, de permanecer nesta posição há tanto tempo. É uma marca fundamental da sociedade brasileira, ser uma sociedade extremamente desigual. Nossa sociedade funciona assim, e isso tem muitas implicações, inclusive para as questões de gênero e sexualidade, um dos focos que aqui interessam.

A afirmação de que o Brasil apresenta, há muitas décadas, níveis extremos de desigualdades, o que origina situações de pobreza extrema e alimenta uma sociedade violenta, está posta no relatório de muitos modos. No Brasil há uma enorme desigualdade de apropriação da renda: os 10% mais ricos ficam com algo em torno de 60% da renda nacional. Apresentada por outro viés, se tomarmos a metade da população brasileira mais pobre, com ela apenas fica 10% do total da renda nacional.



FIQUE DE OLHO!

Há um grande conjunto de dados no relatório, bem como em relatórios de outras instituições mundiais, dentre elas as que já citei acima, que traduzem variações da situação acima apresentada.

O contexto da pandemia, ainda que não tenha criado a desigualdade no Brasil, teve um papel de explicitar ainda mais a situação. O **Senado Federal** elenca algumas iniciativas legislativas para a mitigação do problema. Entretanto, dados trazidos pela **BBC** demonstram o longo caminho a ser percorrido.

Os relatórios consultados deixam claro que o problema das desigualdades é mundial. Mas, nas páginas específicas ao Brasil, ou quando se fazem comparações entre nações, tais relatórios insistem na manutenção histórica de padrões muito extremos de desigualdade em nossa sociedade. De modo perverso, a última edição de tais relatórios, que já contempla, na série histórica, os dois anos da pandemia de COVID 19, mostra que o enfrentamento deste agravo de saúde deixou pessoas pobres mais pobres, mas deixou pessoas ricas mais ricas. Também neste quesito o Brasil se destaca, com vários brasileiros e várias brasileiras tendo ingressado na famosa lista de bilionários da revista **Forbes**, durante os dois anos da pandemia. No mesmo período, o país regressou ao mapa mundial da fome, do qual havia saído um tempo atrás, mas do qual sempre andou um tanto próximo.

INSUBMISSÃO

O segundo termo do título deste artigo é insubmissão. Penso aqui na educação pública. Em um país com tais níveis de desigualdades, e de tal forma persistentes – e nem comentamos os índices de violência urbana e rural daí derivados – a tarefa da educação pública só pode ser a de formar os jovens para não aceitarem tal estado de coisas. **Essa tarefa de não aceitação estou chamando de saudável insubmissão.** Não se trata de um simples desobedecer de leis, para ganhos pessoais fortuitos. Trata-se de ter um projeto de correção dos rumos dessas desigualdades, que certamente implica questionar as leis que nos regem. Tal projeto não poderá existir se não estiver animado de alguma dose de insubmissão. Se a desigualdade é, historicamente, tão persistente no Brasil, é porque ela está, de muitos modos, enraizada em nossas leis, costumes, práticas, formas de viver o cotidiano, relações de gênero, relações raciais, modos de tributar, relação com o meio ambiente, modos de governar, jeitos de operar políticas públicas, modos de cuidar e tratar doenças, modos inclusive de amar, constituir família, gozar os prazeres do sexo, namorar.

Se insisto no tema da insubmissão, é também em parte porque vivemos o mais recente período democrático brasileiro, que inicia com a Constituição Federal de 1988, e se estende aos dias de hoje, muito sob o signo de políticas públicas que buscam a inclusão e a integração. Com isso, essas políticas visam à construção de regimes de igualdade entre

todos e todas. O período democrático, com ênfase nas disposições da chamada Constituição Cidadã, foi marcado pela garantia de direitos, e pelas políticas públicas de inclusão e integração, com melhoria visível nos índices de desigualdade.

Passados os anos, o diagnóstico que tenho é que a simples estratégia de integração dos excluídos não é suficiente, pelo menos no Brasil, por três motivos. Primeiro, porque a estrutura legal e econômica do país (regimes de propriedade e herança, por exemplo), não se modificou quase nada, e apresenta limites claros à essa inclusão. Ou seja, é uma estrutura que não aceita incluir todos e todas, sempre “sobra” muita gente. A própria estrutura necessita de gente “sobrando”, para melhor negociar com os que foram incluídos. Segundo, porque os ditos “incluídos” foram muitas vezes tratados como indesejáveis, o que se verifica em frases do tipo “aeroporto agora está parecendo rodoviária”, ou então “tinha muita empregada doméstica indo para a Disney”. E terceiro, porque as políticas públicas de inclusão foram percebidas como caridade por muita gente que a elas teve acesso, ou foram percebidas, pelas pessoas que delas não necessitavam, como políticas que tornavam as pessoas preguiçosas e indolentes, tendentes inclusive ao vício, na crítica dos que a elas se opõem.

Estou assumindo aqui que as desigualdades, em suas muitas faces – econômica, social, de raça, de classe, de consumo, de gênero, de orientação sexual, de pertencimento religioso, de origem regional, de acesso a bens e serviços públicos como saúde, educação, saneamento, de direito à previdência e aposentadoria, de expectativa de vida, de direito a um trabalho digno, a uma moradia digna, etc. – criam uma estrutura brutal, que envolve sujeitar pessoas, grupos sociais e populações inteiras aos estigmas de racismo, sexismo, classismo, capacitismo, homofobia, intolerância religiosa, preconceito para com os pobres, culpabilização dos que não conseguem emprego ou direito à aposentadoria, dentre outras discriminações que impedem a construção de projetos de vida e felicidade viáveis.

No mundo da “governamentalidade” neoliberal em que vivemos, marcado pelo forte discurso da meritocracia, do empreendedorismo individual e da classificação da dor alheia como “mimimi”, cria-se um contexto hostil à vida em sociedade, com estímulo à luta de todos contra todos. Inclusive, nos últimos anos, com o estímulo a portar uma arma para melhor se defender dos demais tomando atitudes próprias e intempestivas, sem passar pelo crivo da polícia e da justiça, resolvendo com as próprias mãos o que lhe parece uma ameaça.

Assim, as políticas públicas que lidam com inclusão e integração podem derivar em estratégias de adequação e treinamento para viver em uma sociedade que segue sendo fortemente desigual, como sempre foi. Sendo assim a situação, a prática de uma saudável e cidadã insubmissão é elemento central para lutar contra a desigualdade, tornando a vida em

sociedade solidária. Embora não sejam sinônimos, a noção de insubmissão civil que trago aqui guarda algumas conexões com a larga tradição do conceito de **desobediência civil**, particularmente quando os autores que seguem a tradição deste conceito identificam um sentimento de apoio coletivo às ações que são contrárias à lei, mas que devem ser conduzidas para que a justiça social seja preservada, ou conquistada. As ações de saudável insubmissão, e muitas daquelas de desobediência civil, indicam mecanismos de manutenção ou aprimoramento da democracia, e levam maiorias sociais à vigorosa participação no processo político. Podemos identificar ações de insubmissão contra projetos tanto dos governos quanto do mercado. Concentração de renda ou de poder não se coadunam com a densidade democrática de uma sociedade, e geram desigualdades insuportáveis, que podem levar à insubmissão, para garantia da democracia e da justiça social.

DEMOCRACIA

Trato agora do tema da democracia, em sua estreita sintonia com a luta pela redução das desigualdades, de olho no caso brasileiro. Para tal abordagem, sigo de perto as considerações postas por **Luís Felipe Miguel**.

O regime democrático é um bem raro na linha de tempo da história brasileira. Em termos simples, viver na democracia no Brasil é um acidente, não é a regra. Se considerarmos o período pós independência, apenas entre 1945 a 1964 (governos Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart) e 1985 a 2022 (governos Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro), tivemos a existência de mecanismos democráticos mínimos, totalizando 56 anos. Com um pequeno arredondamento, verificamos que os períodos democráticos foram de 50 anos em 200, ou seja, uma proporção de 1 para 4.

Um exame desses dois períodos mostra também outra característica: os governos democráticos foram alvo de tentativas de golpes autoritários, desestabilizações, ameaças por parte das forças armadas, pressões internacionais sobre os governos brasileiros, além de tensões alimentadas pela grande imprensa, para reduzir a densidade democrática, ou mesmo acabar com ela de vez.

Já nos períodos de grau intenso de autoritarismo, os governos se sucederam de modo praticamente regular, com forte aparato policial, militar, midiático e jurídico, para garantir que as populações em estado de vulnerabilidade social não protestassem.

Para conhecer melhor a situação do binômio regimes de igualdade e de desigualdade ao longo dos 200 anos do Brasil, em diferentes contextos, vale a pena assistir aos vídeos e programações disponíveis no Portal do Bicentenário, iniciativa de instituições de ensino, centros de pesquisa e instituições representativas de pesquisadores visando produzir, editar,



FIQUE DE OLHO!

fazer curadoria, organizar e disponibilizar conteúdos sobre os 200 anos da Independência do Brasil e seus desdobramentos, analisados por todos os campos do conhecimento (científicos e escolares), na arte, na cultura e nos mundos do trabalho. [Disponível no Portal do Bicentenário.](#)

Acompanhando as argumentações desenvolvidas por Luis Felipe Miguel, nas obras já citadas, ao longo dos dois períodos democráticos, tivemos um progressivo avanço das lutas e demandas populares, no sentido de reduzir as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira, desde muito tempo.

Enfrentar a desigualdade levou a reações contrárias por parte das elites empresariais e das forças armadas, com apoios discretos (ou não tão discretos), de países imperialistas, que terminaram por derrubar a democracia. Isso levou à instauração de regimes de ditadura explícita (no caso da ditadura civil militar de 1964 a 1985), ou a [um visível processo de “desdemocratização”](#), que é o que caracteriza o Brasil após o golpe contra a presidenta eleita em 2016, em que a presidência passou a ser ocupada por grupos políticos notoriamente adeptos de regimes autoritários, e que cultuam a memória da ditadura civil militar brasileira.

Essa situação mostra as estreitas conexões entre a existência de regimes democráticos no Brasil, as demandas por redução das desigualdades e a emergência de movimentos que defendem explicitamente regimes autoritários, sempre produtores de elevados índices de desigualdades. As desigualdades parecem se impor como uma fronteira para a democracia, quase como se enfrentar a primeira colocasse a segunda em risco. Não que isso seja aceitável, como Luis Felipe Miguel observa. Uma democracia que está condenada a não enfrentar a reprodução das desigualdades é uma [democracia pela metade](#).

Tomamos aqui a democracia como uma modalidade de governo da sociedade, e, também, como a existência de uma percepção disseminada entre indivíduos e grupos sociais de que viver é “ter direito a ter direitos”.

A vida na democracia se dá em um contexto de constante tensão na busca de direitos. O que, em tempos anteriores, não eram reconhecidos como direitos – individuais ou sociais –, progressivamente são percebidos como direitos, para atender a dignidade da existência humana. São exemplos o direito a ter um nome social, diferente daquele em que se foi batizado, ou ser reconhecido em um gênero diverso daquele em que se foi designado ao nascer.

A densidade democrática de uma sociedade se percebe por mecanismos de consulta, participação e exercício dos princípios democráticos, como também pela percepção de que viver é lutar pela ampliação de direitos, não apenas individuais, mas também sociais. Há uma longa trajetória no conceito de democracia que o vincula, em graus diversos, com o parâmetro da igualdade entre as pessoas da mesma nação ou país.

Associamos aqui a noção que definimos acima, de saudável insubmissão, com a luta pela ampliação da democracia, um regime que, mais do que ser o melhor regime da produção dos consensos, é o regime que melhor lida com a negociação dos dissensos. Democracia como forma de sociedade que envolve criação e realização de direitos. Associamos a democracia, ainda, a certa noção de radicalidade agonística, percurso em que constantemente estamos aprimorando a noção de direitos e de negociação de dissensos, em que afetamos e nos deixamos afetar pela possibilidade de, nas palavras de Marilena Chauí: **“aumentar a capacidade de existirmos e dos outros existirem também. E aumentar a potência do nosso ser.”** Com este conjunto de considerações, tanto teóricas quanto políticas, nos encaminhamos para os propósitos deste artigo, que dizem respeito à parte final do título, estratégias de igualdade em questões de gênero e sexualidade, em meio a ambientes de fortes desigualdades.

Gênero e sexualidade: marcadores estruturantes da sociedade

A vida em sociedade se articula em negociações em torno dos chamados marcadores sociais da diferença. Parte da sociabilidade que temos também se dá segundo a aproximação, ou o evitamento, entre indivíduos e grupos, por conta dos marcadores sociais da diferença.

Em uma listagem não exaustiva, os marcadores sociais da diferença são a geração, a raça, a origem regional, o pertencimento religioso, modelo e estrutura familiar. A geração diz respeito a agrupar-se, ou não se agrupar, tendo em vista faixas etárias ou gerações, culturas juvenis, atributos e sociabilidade derivados de estar na fase adulta ou idosa. Já a raça diz respeito a perceber-se integrado ou não em determinados grupos, a partir da observação da cor da pele, envolvendo basicamente as percepções de ser negro, pardo, branco, amarelo, indígena, e sentir-se aceito ou hostilizado por conta destes atributos

A origem regional, no caso brasileiro, pode-se exemplificar com as consequências de perceber-se nordestino, o que gera tanto associações, quanto referências hostis, e até mesmo violentas, particularmente nos dias de hoje por conexão com preferência partidária. Há, ainda, o pertencimento religioso. A frase, que muito se escuta, de que o Brasil é o maior país católico do mundo, busca criar certo sentido de coletividade em que todos estão irmanados no seio da mesma religião. Mas ela esconde a verdade de que somos um país com altas taxas de intolerância religiosa, e, nos últimos anos, tal atributo de pertencimento é fortemente produtor de discursos de ódio, em relação a outros pertencimentos religiosos e em relação a outros marcadores sociais da diferença, com intensidade maior quando se tratam de questões que envolvem gênero e sexualidade.

Também é importante a temática da deficiência, em relação a qual

o Brasil vive de avanços e recuos nas políticas públicas que lidam com o convívio fraterno entre pessoas ditas – ou que se acham – normais e pessoas com deficiência. O rol das supostas deficiências cresce sem parar, e diz de uma sociedade que valoriza extraordinariamente certos modelos corporais. A gordofobia evidente em muitas manifestações é apenas uma das facetas disso, a aproximar pessoas em certos grupos, e a fazer com que outras se sintam fortemente hostilizadas por conta de atributos corporais e da deficiência.

Outro marcador é o modelo e a estrutura familiar. Embora seja visível que a diversidade de formas de organização familiar é cada vez maior no país, persiste a produção de estigmas em relação a arranjos familiares vistos como menores, precários, desestruturados, fruto de arranjos que não são tidos como os mais adequados.

A depender das interpelações sociais, há outros marcadores que podem ser acionados. Nos últimos anos, ser brasileiro conjugou-se a ser “cidadão de bem”, em discursos de forte teor nacionalista, inserindo os indivíduos em diferentes modalidades de glorificar certas tradições do passado, e evitando ou desqualificando a referência a outras. Os dois marcadores sociais da diferença que desejamos aqui abordar, em sintonia com a produção de regimes de desigualdade e regimes de equidade, são os marcadores gênero e sexualidade.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Sexo, gênero e sexualidade

Para os propósitos deste artigo nos preocupamos com os usos e sentidos dos termos e desse modo definimos "**Sexo**" como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciando homens e mulheres. Embora essas distinções anatômicas sejam geralmente dadas no nascimento, os significados a elas associados são altamente histó-

ricos e sociais.

Para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, usarei o termo ‘gênero’. Usarei o termo ‘sexualidade’ como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com o que Michel Foucault denominou ‘o corpo e seus prazeres’.

Ampliando as definições acima, dialogamos com textos de Joan Scott para salientar elementos importantes do conceito de **gênero**. O **primeiro** deles é que o gênero é das formas mais primárias para dar significado às relações de poder, o que se verifica desde frases simples do tipo “mulheres e crianças primeiro”, a indicar os mais vulneráveis, e que devem ser protegidos.

Alguém pensará a frase acima como algo positivo, afinal, ela assegura que mulheres e crianças, em naufrágios, por exemplo, não morrerão tanto quanto os homens, pois serão por eles protegidas. A história dos naufrágios, dos grandes desastres ditos “naturais”, e dos incêndios, mostra o contrário. Foram sempre as mulheres e as crianças as vítimas mais numerosas, embora todos lembrem do naufrágio do Titanic como a exceção, no caso, a que confirma a regra de que morrem os mais vulneráveis, embora o aceno de cuidado e cortesia que a frase nos faz pensar. Concluimos daí que as questões de gênero não são meras questões de costumes, como muitas vezes são tomadas. Elas são marcadores estruturantes da vida em sociedade, implicando distribuição de poderes, no mais das vezes extremamente injustas para com as mulheres, o que traz vulnerabilidades a esse grupo social que, em qualquer sociedade, representa demograficamente um pouco mais da metade da população.

Se a organização das relações sociais se modifica, seus efeitos alcançam a ordem da distribuição de poderes, e, com ela, os regimes de desigualdade e igualdade. As lutas em gênero são, então, centrais no desenho das lutas contra as desigualdades. As lutas no campo do gênero não se dão exclusivamente em torno do marcador gênero, contudo. As pessoas não são apenas homens ou mulheres. Há lutas envolvendo as articulações raça e gênero, orientação sexual e gênero, geração e gênero, classe social e gênero, corpo e gênero, pertencimento ao oriente e ao ocidente e gênero, pertencimento religioso e gênero, grau de escolaridade e gênero, origem regional e gênero, dentre outras.

Por vezes, e assim me parece desejável, tanto as lutas políticas quanto as pesquisas se orientam no rumo da interseccionalidade, onde as articulações entre os marcadores são múltiplas e simultâneas, a depender das interpelações. Enquanto houver racismo, não haverá democracia. E enquanto houver falta de equidade em termos de gênero e sexualidade, igualmente não haverá democracia. E tal raciocínio vale também para outras articulações de marcadores sociais da diferença.

As questões que envolvem o marcador sexualidade dizem respeito à articulação de crenças, comportamentos, relações e identidades histórico-sociais relacionadas ao corpo e seus prazeres, com grande destaque para o erótico. Dito deste modo, podemos ser levados a pensar que sexualidade é algo puramente da ordem dos costumes. Mas, na definição, estão dados elementos que nos permitem perceber que, tal qual gênero, sexualidade é um marcador estruturante da vida em sociedade, responsável por considerável grau de alocação de poder.

Questões da ordem da sexualidade são, para o escritor [Vladimir Safatle](#), também, questões políticas já que o sexo extrapola o privado e se vincula a instituições, como a família e o casamento, além de hierarquias de gênero, sujeição disciplina e trabalho. Desse modo, a preocupação com o sexo surge em diversos momentos históricos como questão

estruturante pois diz respeito a reprodução de determinadas hierarquias.

As questões e demandas políticas que envolvem a sexualidade não indicam meras questões de costumes, mas efetivamente transformam as relações de poder. Nos referimos as lutas pelo direito ao nome social nos registros escolares, acadêmicos e no local de trabalho; a luta pelas cirurgias de redesignação sexual ou processo transexualizador via Sistema Único de Saúde; as lutas em torno da não discriminação aos integrantes da sigla LGBTQIA+; ou aquelas que, nos últimos anos, nos levaram de uma sociedade que condenava a homossexualidade a uma sociedade que já consegue criminalizar a homofobia, mas que enfrenta o perigo de recuo nessa conquista; as lutas que asseguraram o direito de pessoas constituírem famílias sem ser na estreiteza do binarismo de gênero masculino e feminino; as lutas que asseguraram o respeito a travestis e transexuais; as lutas que demonstram que a orientação sexual pode variar ao longo da vida, e nisso não há nada de patológico ou doentio, dentre outras.

Todas essas lutas são resultado da saudável insubmissão para com as normas em gênero e sexualidade, notadamente a “cisheteronorma”. Tal como já afirmamos para o gênero, as pessoas também não são apenas marcadas pela sua orientação sexual. Há conexões importantes, e que mexem nas estruturas das desigualdades, quando articulamos orientação sexual e geração; raça e sexualidade; pertencimento religioso e questões da ordem da sexualidade; deficiência, erotismo e corpo e questões de orientação sexual; classe social e orientação sexual, dentre outras possibilidades.

Combater as desigualdades, preservar o regime democrático e ampliar a densidade democrática de uma sociedade passa, centralmente, pelas questões de gênero e sexualidade, articuladas de modo interseccional, com outros marcadores.

No campo do gênero e da sexualidade, múltiplas são as relações desiguais de poder. Se pensarmos na articulação com violência, há uma distribuição desigual dos riscos quando se pensa em trajetórias marcadas por gênero e sexualidade. Nascer homem ou nascer mulher na sociedade brasileira define trajetórias muito diferentes, com forte tendência a regimes de desigualdade. Tornar-se travesti ou transexual é um importante marcador de ampliação da vulnerabilidade, e de diminuição da expectativa média de vida.

Quando se abordam as políticas para pessoas idosas, poucas vezes reconhecemos ali atenção aos marcadores de gênero e sexualidade. A violência de gênero alimenta a desigualdade, e é por ela alimentada. De modo similar, a violência derivada da não aceitação das diferentes orientações sexuais alimenta a desigualdade, e é por ela alimentada. No campo dos agravos em saúde, não há como tratar a aids, ou alguma das demais infecções sexualmente transmissíveis, sem reduzir desigualdades,

em especial aquelas de gênero e sexualidade.

Vale a pena lembrar disso nesse exato momento histórico que é o nosso, no Brasil de 2021. Pois assim, não será surpresa para ninguém que, neste exato momento, o poder fale tanto de sexo. E faz isso de forma jocosa, sarcástica, ameaçadora, apocalíptica, e, ainda, por meio de piadas preconceituosas, ou de pregações sobre o fim do mundo.

Considerações finais

As tensões atuais no campo político têm envolvido que o poder passe o tempo todo falando em sexo e gênero, ao mesmo tempo que busca nos convencer de que não devemos abordar tais temas em público, na televisão, na escola, com movimentos do tipo “ideologia de gênero” e “escola sem partido”. Ao tentar calar, o poder fala incessantemente em gênero e sexualidade. E com isso mostra que a luta contra a desigualdade, instalada nesses dois campos, tem o poder de mexer com as estruturas sociais e com as desigualdades de outras ordens. As tentativas de impor o religioso sobre o laico; a religião sobre a ciência; o doméstico sobre o público; a moralidade sobre a medicina; a família sobre o estado; o estado mínimo sobre o estado de bem-estar social; os interesses de mercado sobre os interesses públicos, revelam que o campo do gênero e da sexualidade é cada vez mais lugar de corpos insubmissos, a atentar contra a ordem. Cada vez mais os corpos insubmissos em gênero e sexualidade circulam, se articulam, têm voz pública, constituem organizações da sociedade civil, têm propostas políticas nas eleições, apresentam demandas para mudar a ordem legal e institucional, reduzindo as desigualdades. Definitivamente, questões em gênero e sexualidade não são meras questões de costumes, são questões estruturantes da vida em sociedade, e a luta contra a desigualdade delas não pode prescindir. Sem equidade em termos de gênero e sexualidade não teremos densidade democrática para chamar de democracia o regime brasileiro.

E QUEM FOI QUE DISSE?



Aloysio Biondi, em sua obra, “**O Brasil privatizado** – um balanço do desmonte do Estado”, remonta o histórico das privatizações nos anos 1990.

Danielle Klintowitz e colaboradoras, discutem, em “**As lutas nas cidades hoje**”, a realidade urbana no Brasil atual, em face das lutas do direito à cidade.

Henry David Thorêau em “**A desobediência civil**” introduz o conceito político que consiste na não submissão a leis que se opõem à paz e justiça social.

Jeffrey Weeks, em seu capítulo no livro “**O corpo educado**”, busca argumentar que a sexualidade transcende os corpos apesar de serem o local dessa sexualidade.

Joan Scott apresenta, em “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**” sua definição – já clássica – sobre gênero, retomando o tema em “**Os usos e abusos do gênero**”

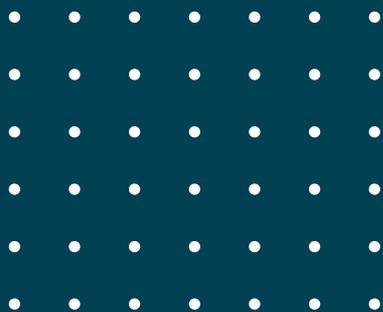
Lucas Chancel, Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, na publicação “**World Inequality Report 2022**”, buscam fornecer um panorama global sobre as desigualdades com base nos dados mais atualizados sobre o tema de modo a promover e fortalecer o debate sobre o tema.

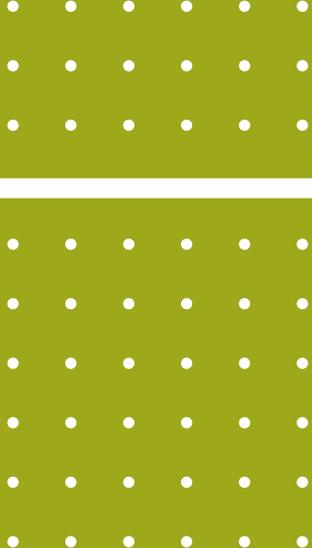
Luís Felipe Miguel, em “**Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**”, busca analisar as fragilidades e particularidades do arranjo político da nova república e os motivos para o ressurgimento de uma nova extrema direita no contexto nacional.

Marilena Chauí, na entrevista concedida à Fundação Perseu Abramo, “**No pós-Bolsonaro, enfrentar o neoliberalismo**”, discute estratégias políticas e a conjuntura brasileira atual.

Vladimir Safatle, em seu ensaio “**O único anteparo real contra a barbárie**”, discute como a educação se torna o único anteparo que nos protege da barbárie, e o quanto o passou-se a patologizar os comportamentos sexuais, e como isso está relacionado ao ato de **governar**, o que explora em outro ensaio “**Governar através do sexo**”

Wendy Brown, em “**Nas ruínas do neoliberalismo**”, analisa a ascensão de movimentos de extrema direita ao redor do mundo e um aparente esgotamento do modelo das democracias liberais ocidentais.







PARTE 2

**GÊNERO, SUSTENTABILIDADE DA VIDA HUMANA E OS
NÓS DAS DESIGUALDADES**





CAPÍTULO 4. IMBRICAÇÃO DAS RELAÇÕES PATRIARCAIS- RACISTAS-CAPITALISTAS:

UMA ANÁLISE FEMINISTA MATERIALISTA

Janaiky Pereira de Almeida

Professora do curso de Serviço Social da UFRN. Pesquisadora atuante, principalmente, nos seguintes temas: relações patriarcais de gênero, feminismo e feminismo negro.

Mirla Cisne Álvaro

Professora de Serviço Social da UERN, Bolsista Produtividade em Pesquisa (Pq2-CNPq).

Ilana Lemos de Paiva

Professora do Departamento de Psicologia da UFRN e do Programa de Pós Graduação em Psicologia. Compõe o Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação. Coordenadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV/UFRN).

Silvana Mara dos Santos

Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos e Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (2008-2011) na condição de coordenadora da Comissão de Ética e Direitos Humanos.

Jessica Silva

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN



FIQUE DE OLHO!

Texto construído a partir da aula aberta ministrada por Mirla Cisne Avaro (UERN) e Janaiky Pereira de Almeida (UFERSA/Motim Feminista), com mediação de Ilana Lemos de Paiva (UFRN) e Silvana Mara dos Santos (UFRN), para a 2ª Edição do Conversatório - Descomplicando Gênero e Sexualidade: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+, realizado pelo Observatório das Desigualdades da UFRN, no dia 16 de outubro de 2021. Acesse: [Gênero, raça e classe \(Live\)](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

Nas teorias e práticas feministas, muito se tem discutido sobre a importância de ir além das questões das mulheres e de gênero e articular outras dimensões, nas análises e nas lutas, a exemplo de classe, raça, etnia, dentre outras. Muitas são, contudo, as abordagens possíveis para essa reflexão, e até mesmo as diferentes nomenclaturas adotadas sinalizam as diferenças de posicionamentos e visões de mundo dentro dos feminismos.

Interseccionalidade, consubstancialidade, coextensividade, imbricação, nós? Que nomenclatura é a mais adequada? Gênero ou relações sociais do sexo? Sexo é biológico, enquanto gênero é social? Não são poucas as perguntas que surgem quando começamos a pensar sobre o tema e conhecer as diferentes contribuições dos feminismos para ele.

Neste texto, nosso propósito é trazer uma proposta de abordagem para essa discussão, tributária do feminismo materialista, fazendo uma breve contextualização sobre os principais conceitos relacionados às relações patriarcais de gênero, raça e classe e como essas relações estão presentes na vida cotidiana das pessoas, com especial ênfase na apropriação e exploração de trabalho de um grupo sobre outro.

Para isso, na segunda parte, discutimos o que são relações patriarcais de gênero, raça e classe e como elas se relacionam entre si e com a exploração do trabalho. Em seguida, refletimos sobre como o movimento das mulheres dialoga sobre as relações patriarcais de gênero, de raça e classe. Na quarta parte discutimos a interseccionalidade e a consubstancialidade. Na sequência, propomos que precisamos ir além do conceito de gênero, especialmente, quando adotado de maneira isolada de classe e raça. Finalmente, na sexta parte, nas considerações finais tecemos algumas análises sobre a importância do materialismo histórico dialético para os estudos feministas, com destaque para o entendimento da imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Feminismo materialista

De acordo com Jules Falquet (2012, p. 137), as feministas materialistas possuem como pontos em comum: “seu anti-naturalismo, (2) a pesquisa com bases materiais e sociais [...] e (3) sua afirmação central de que as mulheres e os homens constituem classes de sexo. Além disso, algumas têm começado a utilizar o conceito de gênero, mas a maioria continua a preferir o conceito de *rappports* sociais de sexo, que permite evitar as derivações naturalistas ou individualizantes de algumas utilizações do gênero” (tradução nossa). A perspectiva materialista nos

permite ir além de análises culturalistas, que são destituídas das determinações estruturais ao se limitarem aos símbolos, representações e ideologias. Isso não significa que tais dimensões não sejam importantes. São indispensáveis, porém, precisam ser situadas em suas bases materiais e sociais. Em outras palavras, é preciso investigar como, porquê e para quem as ideologias e as culturas são construídas.

Para entender mais sobre o conceito de feminismo materialista acesse [aqui](#) e [aqui](#).

Relações patriarcais de gênero, raça e classe e a exploração do trabalho

Inicialmente, podemos dizer que as relações sociais de classe estão diretamente vinculadas a um processo de exploração do trabalho. É preciso explicitar, contudo, que não apenas as relações sociais de classe são fundamentais para as dinâmicas de opressão e exploração, mas também as relações patriarcais de gênero e raça.

As **relações patriarcais de gênero, raça e classe** podem ser entendidas como um processo de antagonismo, de conflito e de exploração de um grupo sobre outro, envolvendo uma relação de exploração de trabalho. Quando falamos de gênero, raça e classe, estamos expondo a forma que essas relações se estruturam e permeiam a constituição da sociedade de classes no desenvolvimento do capitalismo, e como essas relações perpassam as vivências das pessoas no cotidiano e nas diferentes implicações desse processo.

Dessa forma, considerando que as relações de sexo, raça e classe envolvem uma dinâmica de obtenção, apropriação e exploração de trabalho, elas não podem ser caracterizadas apenas como opressões que se expressam nas relações individuais, mas também deve ser vista como algo mais amplo. Partindo do ponto de vista marxista entende-se que a forma como o trabalho é desenvolvido, dividido e explorado causa impactos em todas as relações sociais, considerando que o trabalho é central nessas relações.

Em nossa sociedade, o trabalho das mulheres e dos povos negros e indígenas ganham dimensões diferenciadas de exploração, com base nas divisões sociais, sexuais e raciais do trabalho. Ou seja, por meio dessas divisões, há relações de privilégio de um grupo sobre outro, e há relações de exploração de um grupo sobre outro, que se caracterizam como hierarquias e antagonismos. Com isso, é possível perceber que o trabalho é um elemento central para compreender como as relações sociais permeiam a sociedade e como elas podem ser consideradas relações de opressão, de dominação e de exploração.

Dessa forma, entende-se que essas três relações sociais são consideradas estruturais e devem ser analisadas de forma indissociável, dialética e imbricada.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Dialética

A dialética é um termo que está relacionado com a forma de articular o pensamento racional filosófico, para Karl Marx o método dialético engloba a aproximação reflexiva do que está sendo pes-

quisado antes da sua exposição, e uma exposição crítica do estudo em questão com base nas suas con-tradições.

Para entender mais sobre o assunto acesse o [link](#)

Antes, contudo, de mergulharmos na discussão sobre interseccionalidade e consubstancialidade, é fundamental trazermos para o centro da cena a relevância dos movimentos sociais, nesse caso, principalmente das lutas feministas e antirracistas para o enfrentamento dessas desigualdades. Esses movimentos atuam incansavelmente para enfrentar relações de opressão e exploração e, por isso, é da luta deles que surgiram teorias e práticas essenciais para entendermos as relações patriarcais de gênero, raça e classe.

Como o movimento das mulheres dialoga sobre as relações patriarcais de gênero, de raça e classe?

Para compreender como são estabelecidas as relações sociais na comunidade, é preciso se aprofundar nas condições reais e concretas da vida dos sujeitos. Se considerarmos o caso das mulheres negras, por exemplo, precisamos compreender que elas vivenciaram um processo de exploração e de dominação de maneira distinta.

No Brasil, a escravidão colocou-se como um processo totalmente diferente de outros contextos, e, inclusive, demarcou as diferenças na forma que as mulheres negras e os homens negros foram explorados, a exemplo dos estupros que elas sofriam e como exerciam a maternidade, que era tirada delas. Todo esse processo de exploração ocorreu por muito tempo, tendo em vista que a Lei do Ventre Livre só foi assinada em 1871. Dessa forma, é nítido que existe a necessidade de entender e compreender a realidade em que essas mulheres estavam inseridas.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Lei do Ventre Livre

A Lei do Ventre Livre foi assinada em 28 de setembro de 1871 e determinava que os bebês que nascessem a partir dessa época, em solo brasileiro, não seriam escravizados. No entanto, a lei também determinava que as crianças deveriam permanecer com a mãe até os 8 anos. O poder público

não estabeleceu nenhuma forma de cuidado dessas crianças após esse período, o que acabou ocasionando em sua permanência com as mães, trabalhando como se fossem escravas.

Para saber mais sobre o assunto clique [aqui](#) e [aqui](#).

Assim, percebe-se que as condições reais de existência das mulheres negras, em relação ao processo de escravidão, foram diferenciadas dos homens negros e, ainda, das mulheres brancas. Mesmo após o fim do tráfico negreiro as mulheres negras ainda vivenciaram a dimensão da escravidão de uma forma mais penosa do que os homens. E, por esses

motivos, é importante que nas discussões sobre raça e feminismo a situação das mulheres negras sejam bem projetadas.

Isso mostra que não dá para discutir essas desigualdades apenas a partir da categoria “mulheres da classe trabalhadora”. Isso porque essa classe é ampla, heterogênea e é formada por mulheres negras, lésbicas, com deficiência...

Nesse contexto, há uma preocupação em comum no diálogo sobre essas questões, que é a preocupação de compreender a realidade das mulheres em sua diversidade. De acordo com Danièle Kergoat, existem ao mesmo tempo distâncias e proximidades entre essas noções. Proximidade na atitude crítica de tentar compreender a realidade vivenciada por essas mulheres; e diferença entre os contextos de produção da crítica. Distância na maneira de pensar essa atitude crítica e de traduzi-la.

Assim a discussão sobre o imbricamento das relações sociais de classe, sexo e raça é importante para o movimento feminista. Apesar de não ser a realidade atual desse movimento, no início ele era, em sua maioria, composto por mulheres brancas. Por isso, foi importante as mulheres negras e da classe trabalhadora dizerem: "olhe, a nossa realidade não é essa". É o caso, por exemplo, do que Sueli Carneiro chamou de **enegrecer o feminismo**.

Nesse sentido, a discussão sobre relações sociais de classe e raça enriqueceram o feminismo, da mesma forma que o debate feminista também enriqueceu a discussão de classe e raça e essa última também se beneficiou da discussão sobre classe e sexo. É por isso que categorias analíticas e que organizam a ação política de modo a articular essas três relações sociais estruturais são fundamentais.

Consustancialidade e interseccionalidade

Há muitas formas de nomear a articulação, ou imbricamento, das relações sociais de classe, gênero e raça. Antes de surgir os termos interseccionalidade, consustancialidade, ou o “nó” analítico, proposto por **Saffioti** (2004), essas discussões já existiam, nos estudos e nas práticas marxistas e de mulheres da classe trabalhadora.

Temos algumas autoras que fazem uma discussão teórica sobre a consustancialidade enfocando em como essas relações estão presente na vida cotidiana das mulheres e da classe trabalhadora. Entre elas estão: **Beatriz Nascimento**, **Lélia Gonzalez**, **bell hooks**, **Angela Davis** e **Patricia Hill Collins**. Essas autoras buscam reforçar o quanto a articulação de gênero, raça e classe já existiam na realidade concreta mesmo antes de se construírem como conceito. Além disso, destacam como essas noções estavam presentes, principalmente, nos movimentos das mulheres, tendo seu surgimento ocorrido essencialmente por meio do feminismo.

Nesse contexto, **Daniele Kergoat** propõe como conceito a **consustancialidade**, dando ênfase ao imbricamento das relações patriarcais de gênero e das relações de classe e raça. Essa reflexão teve seu surgimento por meio das mulheres, ou seja, são as feministas que iniciaram a construção desses conceitos.

O termo consustancialidade busca enfatizar as relações que são estruturais e que ordenam as nossas vivências na sociedade capitalista. Dessa forma, ele busca refletir a partir das vivências das mulheres da classe trabalhadora. Assim, é válido salientar que as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres negras consideravam reivindicações como a do direito ao voto importantes, porém enfatizavam que essas discussões não eram suficientes, mostrando a necessidade de trazer realidades distintas, assim como outras reivindicações.

Dessa forma, percebe-se que os elementos da consustancialidade de gênero, raça e classe apontam para uma forma de tentar responder à realidade concreta da vida dessas mulheres, tentando entender como essas determinações, são coexistentes e geram processos diferenciados de exploração, e dominação.

Quando adotamos o termo consustancialidade, ou, ainda, o nó analítico proposto por Saffioti, é preciso reconhecer que essas relações, são relações que estruturam a nossa sociedade. Beatriz Nascimento, quando escreveu “**Mulher negra e Trabalho**” em 1976, e, nele, a autora já falava o quanto esse trabalho das mulheres negras é diferenciado.

É, portanto, importante falarmos da luta pela superação do sistema patriarcal capitalista e racista, porque é esse sistema que alimenta e que é a base de como se estabelecem essas relações sociais na sociedade. Com isso, esse termo da consustancialidade conecta-se a uma abordagem teórica, dialética e materialista, propondo-se antes a retrabalhar, do que se afastar, das noções-chaves da herança marxiana, o que seria a tendência pela vertente do culturalismo.

Outra forma existente nas teorias e práticas feministas é a da **interseccionalidade**. No entanto, essa última não necessariamente parte das três relações sociais de gênero, raça e classe, considerando que, por vezes, autoras e autores que partem dessa perspectiva não necessariamente partem dessa imbricação. Nesse sentido, podem considerar apenas duas (ex. raça e gênero). De acordo com **Danièle Kergoat**, só falar de intersecção não dá conta de compreender a forma como essas relações estão estruturadas, uma vez que não se trata de um somatório. Trata-se de compreender como essas relações sociais de classe, de gênero e de raça estruturam a realidade social e como cada pessoa as sente de maneira diferente, a partir da nossa diversidade humana e das condições que vivenciamos.

Assim, é importante expor que quem adota a perspectiva da imbricação, ou seja, da consustancialidade, pode e deve estudar outras

formas de opressões. Mas essas vão ser analisadas sobre o método do entendimento da imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. Dessa forma, a grande questão crítica com a interseccionalidade é que, por vezes, ela não considera e não diferencia essas relações sociais estruturais de algumas opressões ou mesmo discriminações, colocando no mesmo patamar todas as formas de opressões, não partindo necessariamente das três relações estruturais, como análises de questões de idade e geracional, sem considerar, por exemplo, classe social.

Agora, é importante ressaltar que há autoras que, embora utilizem o termo interseccionalidade, adotam esse mesmo método que nós defendemos, como Angela Davis. Ela fala em interseccionalidade, mas parte da mesma lógica de método da consubstancialidade, de considerar as três relações sociais. Isso é o fundamental, embora o termo em si também carregue um ponto de vista crítico.

Trazendo essa discussão para o movimento de mulheres negras, segundo Patricia Hill Collins, a academia, nos anos 1990, apropriou-se de muitos termos do movimento feminista, e, para esses termos poderem estar nos espaços acadêmicos, tiveram que perder a sua dimensão política mais radical.

Considerando o exposto, é importante dizer que não se trata de concorrência entre os dois termos, mas de perceber que tem elementos em comum e, também, outros que são distintos. É relevante compreender os contextos históricos em que eles surgem e a partir dos quais circulam.

Por que dialogar de maneira interligada na consubstancialidade das relações de gênero, raça e classe? Porque, em nossa compreensão, se falarmos sobre mulheres sem falar da classe, estaremos deixando de lado a dimensão central na vida da maioria das mulheres, considerando que a maioria é da classe trabalhadora. Se falarmos só da classe trabalhadora sem caracterizar que essa classe trabalhadora tem sexualidade, gênero e diversidades, essa expressão fica um pouco mais esvaziada.

Até aqui viemos utilizando o conceito de gênero, mas é necessário, em uma perspectiva crítica, também questionar o uso desse termo. É o que fazemos na próxima seção.

Gênero: precisamos ir além deste conceito

O conceito de gênero pode ser considerado um termo vazio, se for tratado de forma isolada de patriarcado, raça e classe. Isso porque, apesar de a ele ser atribuído à desnaturalização do sexo, o gênero acabou naturalizando e “biologizando” o sexo. Assim, o conceito de gênero contribui com a dicotomia entre sexo e gênero.

Após a adoção hegemônica do conceito de gênero, o sexo passou a ser entendido como ligado ao biológico, enquanto o gênero estaria

conectado ao social. Isso trouxe um prejuízo ao entendimento crítico do que o sexo é, por não ser entendido como uma categoria sociológica.

O conceito de gênero não tem base material e é ideológico, podendo designar igualdade ou desigualdade. Isso não quer dizer que o conceito de gênero não possa ser adotado, porém o ideal é que ele seja mencionado com outras categorias ontológicas, que tenham base material na sociedade.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Ontologia

A ontologia é o estudo do ser, como ele realmente é, e busca definir o conjunto das coisas analisando questões como estrutura e propriedade, sendo construída via linguagem e pensamento.

Assim, evidencia que as teorias do conhecimento devem ser desenvolvidas com base em uma ontologia do senso comum.

Para saber mais acesse o [link](#).

Além disso, muitas vezes, a linguagem de gênero “eufemiza” as desigualdades entre os sexos, como exemplo, temos que: falar “violência contra a mulher” é diferente de falar “violência de gênero”. Com isso, além de eufemizar, ele oculta o sujeito que é fundamental de ser visibilizado.

Outrossim, gênero é um conceito polissêmico, ou seja, tem vários sentidos, sendo muito amplo, não designando, por si só, relações de desigualdade. Assim, relações de gênero podem ser, inclusive, igualitárias ou desiguais. Desse modo, quando falamos “violência contra a mulher” estamos especificando e dando visibilidade a quem é o sujeito que sofre a violência. Por isso, ter em mente o patriarcado como um sistema que estrutura essas relações sociais de sexo são fundamentais para podermos dar visibilidade aos sujeitos. Tanto o sujeito que oprime e explora, como o sujeito que sofre violências e desigualdades. Assim, percebe-se que “suavizar” as desigualdades na própria linguagem acaba trazendo uma dinâmica de despolitização em termos de organização política para os movimentos feministas.

Dessa forma, entende-se que o gênero acabou ampliando muito e esvaziando, em alguma medida, o sentido político que a palavra feminismo carrega na sua história. Exatamente por ser uma história de lutas, de confrontos, de embates. Com isso, acabou se tornando, como Saffioti aponta, “muito mais palatável do que feminismo”. Por isso, em grande medida, gênero foi substituindo o feminismo na nossa linguagem.

Quando o conceito de gênero for trabalhado será necessário, portanto, situar qual a perspectiva teórica, porque é um conceito utilizado das mais diversas perspectivas, incluindo visões marxista.

No entanto, nesse último caso, utiliza-se de forma imbricada com o patriarcado (relações patriarcais de gênero), com classe e raça, porque essas categorias vão dar o conteúdo materialista que gênero, isoladamente, não tem.

Embora gênero seja adotado por diferentes perspectivas teóricas, hegemonicamente, ele também é utilizado nas referências culturalistas, que não consideram a dinâmica das contradições, dos antagonismos, das hierarquias que envolvem, especialmente, as relações de classe. Isso acaba passando uma visão muito dentro do campo identitário e individual do que é ser homem e do que é ser mulher, ao invés de partir do entendimento da dinâmica da imbricação das relações sociais estruturais.

É importante, ainda, ressaltar que não foi com o gênero que a construção social do sexo foi descoberta. Como exemplo temos o livro “**O Segundo Sexo**” escrito por Simone de Beauvoir na década de 1940, ou seja, anterior ao conceito de gênero. A autora deixa explícito que há uma construção social do sexo, porque essa subalternidade do suposto segundo sexo é determinada socialmente. Ainda de forma mais remota, no século XVIII, **Mary Wollstonecraft** lançou o livro Reivindicação dos Direitos das Mulheres que contestou o bloqueio, e a exclusão das mulheres, do acesso à educação. Nesse livro ela explicita que as mulheres não são inferiores e que isso é resultado de uma construção social³.

Por fim, a história do movimento feminista, e da produção teórica feminista, é muito anterior ao gênero. Bem antes desse conceito já havia total entendimento de que a desigualdade entre os sexos era histórica, que o sexo era uma construção sócio-histórica e não vinculada a determinações fisiológicas e/ou biológicas. Por isso, ao invés de gênero, é possível falar em relações sociais de sexo.

Essa categoria, relações sociais de sexo, foi cunhada por feministas materialistas francófonas. Na língua de origem, a categoria é chamada de *rappports sociaux de sexe*. No idioma francês há duas palavras para uma única no português: relação. *Rappports* são relações estruturais, mais amplas enquanto *relations* são relações interpessoais, cotidianas. Uma relação [*rappport*] social é perpassada por conflitos, contradições e tensões entre classes ou grupos sociais com interesses antagônicos.

Nesse sentido, o debate em torno das relações sociais de sexo está rigorosamente associado ao trabalho, mais precisamente, à divisão sexual do trabalho, voltado ao entendimento da apropriação e exploração do trabalho, tempo e corpo das mulheres. Outra característica importante da adoção dessa categoria, é seu uso imbricado, dialeticamente, às duas outras relações sociais estruturais, as de raça e classe.

Considerações finais

As análises e estudos feministas são perpassados por diferentes a

³No primeiro capítulo desta publicação já comentamos a obra, ao falar sobre Nísia Floresta. Você pode retornar a ele, se quiser rever a discussão.

abordagens teóricas, categorias e conceitos. Para nós, o fundamental é o rigor no método de análise, ou seja, partir do materialismo histórico dialético. Assim, o que mais importa não é se utilizamos gênero ou relações sociais de sexo; imbricação/consustancialidade ou interseccionalidade. O fundamental é que nossas análises busquem as determinações estruturais mediadas pelas ideologias dominantes.

Partimos do entendimento materialista que as relações sociais de sexo, raça e classe são estruturais e se imbricam dialeticamente, uma alimenta e influencia na outra, são, portanto, indissociáveis e coextensivas. Por serem estruturais, estão presentes em qualquer expressão da desigualdade social, imprimindo, cada uma, individual e coextensivamente, determinações particulares aos fenômenos sociais.

Mesmo autoras que trabalham com a "interseccionalidade", e não com imbricação ou consustancialidade, podem partir do mesmo entendimento metodológico das três relações sociais como estruturais e indissociáveis, para análise de qualquer fenômeno ou expressão de opressão/exploração social. Ou seja, o que mais importa não são os termos em si, mas o método de investigação e não prescindir nas análises de nenhuma das três relações sociais.

São essas as três relações estruturais porque são atravessadas por antagonismos que envolvem exploração e divisão do trabalho. A exploração não se limita às relações de classe, mas também, à divisão sexual e racial do trabalho. Ou melhor, é fundamental o entendimento de que as classes não são homogêneas, mas heterogêneas, contudo, dentro da sua diversidade a classe trabalhadora é una, ou seja, compõem uma totalidade e como tal, não deve ser fragmentada, nem teórica, tampouco, politicamente.

Ainda é importante ressaltar que as autoras que trabalham com a imbricação das relações sociais estruturais são pessoas que politicamente são engajadas com lutas por transformação social, ou seja, possuem o posicionamento político de tentar superar as relações de exploração e seus desdobramentos na construção das ideologias dominantes e da cultura heteropatriarcal-racista-capitalista que vivemos.

E QUEM FOI QUE DISSE?



Angela Davis, em "**Mulheres, raça e classe**", analisa historicamente as questões feministas e raciais a partir das movimentações políticas da época, e da exclusão capitalista relacionando-a ao sexismo e racismo.

Beatriz Nascimento, em portal "**Geledés**", reflete sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho a partir de uma análise histórica.

bell hooks, em “**Feminism is for everybody**”, trata sobre o feminismo e de como ele contribui para combater o sexismo e qualquer modo de exploração.

Brasil planalto: **Lei nº 2.040**, trata-se da lei do ventre livre que declara de condição livre os filhos de mulheres escravas que nasceram a partir de 28/09/1871.

Constância Lima Duarte, em “**Nísia Floresta**”, reflete sobre a trajetória e importância de as pessoas conhecerem Nísia Floresta.

Cynthia Lins Hamlin, em “**Ontologia e gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas**”, discute os conceitos das categorias centrais do feminismo, através da reflexão acerca do deslocamento de questões epistemológicas para questões ontológicas.

Danièle Kergoat, em “**Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**”, reflete sobre os conflitos de classe, gênero e raciais com foco na tese de que as relações sociais são consubstanciais.

Eduardo F. Chagas, em seu artigo “**O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**”, reflete sobre a trajetória do pensamento de Marx, conceituando o método dialético através da análise da investigação e exposição crítica do objeto.

Heleieth Saffioti, em sua obra “**Gênero, patriarcado, violência**”, apresenta uma reflexão a partir do conceito da luta de classe e da questão de gênero analisando a sua relação com o patriarcado.

Jules Falquet, em sua obra “**Les mouvements sociaux dans la mondialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes**”, apresenta uma reflexão sobre os movimentos feministas em um contexto de neoliberalismo, a partir das imbricações de classe e gênero em uma ótica feminista materialista.

Juliana Cristina Teixeira, no verbete “**Interseccionalidade**”, apresenta um breve conceito de interseccionalidade.

Lélia Gonzalez, em sua obra “**Racismo e sexismo na cultura Brasileira**” debate sobre racismo e sexismo trazendo para a realidade do Brasil.

Lívia Rebouças, apresenta o verbete “**Interseccionalidade e consubstancialidade nos direitos humanos**”, enfatizando o conceito e a relação entre direitos humanos, interseccionalidade e consubstancialidade.

Maira Abreu, em seu artigo “**Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão**”, apresenta as ideias centrais do feminismo materialista, alinhando no contexto das intensas mobilizações da década de 1970.

Mary Wollstonecraft, em “**Reivindicação dos direitos da mulher**”, discute e defende a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, dentre eles o acesso à educação.

Mirla Cisne e Jules Falquet, em “**Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe**”, levanta uma discussão acerca do feminismo materialista buscando realizar uma análise crítica da economia política da capital.

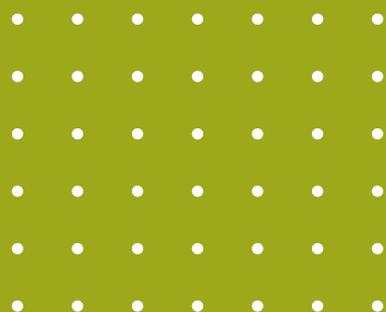
Patricia Hill Collins, em “**Reflexões e práticas de transformação feminista**”, aborda as questões relacionadas a gênero, raça e classe na perspectiva da interseccionalidade.

Portal Geledés, em sua matéria “**Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**”, apresenta uma discussão acerca da desigualdade de gênero, enfatizando para a situação da mulher negra na América Latina.

Portal Geledés, em a “**Trajetória intelectual e ativista de Beatriz Nascimento**”, apresenta de forma breve as lutas e história de Beatriz Nascimento.

Ricardo Westin, em “**Portal Senado Notícias**”, aborda os conflitos causados para impedir a aprovação da lei do ventre livre, bem como a realidade após a sua aprovação.

Simone de Beauvoir, em “**O segundo sexo: fatos e mitos**”, reflete sobre a liberdade e os caminhos que são abertos para as mulheres, considerando o desenvolvimento da opressão masculina.



CAPÍTULO 5. GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUSTENTABILIDADE DA VIDA HUMANA

Jordana Cristina de Jesus

Professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pesquisadora do Grupo de Estudos em Economia da Família e do Gênero - GeFam e coordenadora do Grupo de Trabalho População e Gênero da Associação Brasileira de Estudos Populacionais

Luana Junqueira Dias Myrrha

Professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ex-coordenadora do Grupo de Trabalho População e Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais

Aline Santana Franco de Siqueira

Graduada em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN



FIQUE DE OLHO!

Esse texto foi construído a partir da aula aberta “Gênero, divisão sexual do trabalho e sustentabilidade da vida humana” realizada em 13 de novembro de 2020 como parte da 1ª edição do Conversatório Descomplicando Gênero, realizado pelo Observatório das Desigualdades da UFRN. A aula foi ministrada por Juliana Cristina Teixeira, Jordana Cristina de Jesus e Luana Junqueira Dias Myrrha. Acesse: [Gênero, divisão sexual do trabalho e sustentabilidade da vida humana \(Live\)](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

Uma leitura clássica sobre a [divisão sexual do trabalho](#) parte do entendimento que o trabalho em uma sociedade é dividido com base nas relações sociais entre os sexos, ou seja, na forma como homens e mulheres se relacionam enquanto sociedade. É importante ter em mente que essa divisão se dá a partir de relações sociais, porque ela não é determinada de forma biológica. Nós não somos biologicamente designados e designadas para tipos de trabalho. Nesse fenômeno, que é histórico, dá-se prioridade aos homens para ocuparem o espaço público; para estarem na esfera produtiva, que abrange o trabalho remunerado. Já as mulheres vinculam-se, principalmente, à esfera reprodutiva, que significa responsabilizar-se pelas atividades domésticas não-remuneradas.

Mesmo com a imposição cultural da divisão sexual do trabalho, observamos que, nas últimas décadas, as mulheres passaram a lutar pelo

direito de disputarem vagas no mercado de trabalho remunerado, de forma generalizada. Cabe destacar que mulheres negras e indígenas já vivenciavam a exploração da sua força laboral também na esfera pública, trabalhando fora de casa sem remuneração, ou com baixíssimas remunerações.

Os espaços que parte significativa das mulheres ocupa no mercado de trabalho remunerado ainda tendem às **ocupações que reproduzem o cuidado**, como aquelas nas áreas de saúde, educação e emprego doméstico, sendo este último a segunda ocupação mais frequente no mercado de trabalho feminino brasileiro. Para se ter uma ideia, segundo o IBGE, em 2018, 84,0% das pessoas que trabalhavam como docentes do Ensino Fundamental eram mulheres. Nas centrais de atendimento, 72,2% das vagas são ocupadas por mulheres, algo parecido com o setor de limpeza de interior de edifícios, escritórios e hotéis, onde 74,9% também são mulheres.

Dessa forma, no mundo da divisão sexual do trabalho, há mudanças, mas há **permanências**. Por isso, é importante refletir sobre os **princípios** que balizam essa divisão: a separação e a hierarquia. O primeiro princípio é o mantenedor dessa divisão sexual, pois é por ele que ocorre a distinção entre atividades que devem ser desempenhadas por homens e por mulheres. Já o princípio da hierarquia destaca que esses dois trabalhos não têm o mesmo valor na nossa sociedade; os trabalhos feitos por homens têm mais valor (são remunerados e reconhecidos), do que os trabalhos realizados por mulheres, (que são invisíveis, a exemplo do trabalho doméstico não remunerado).

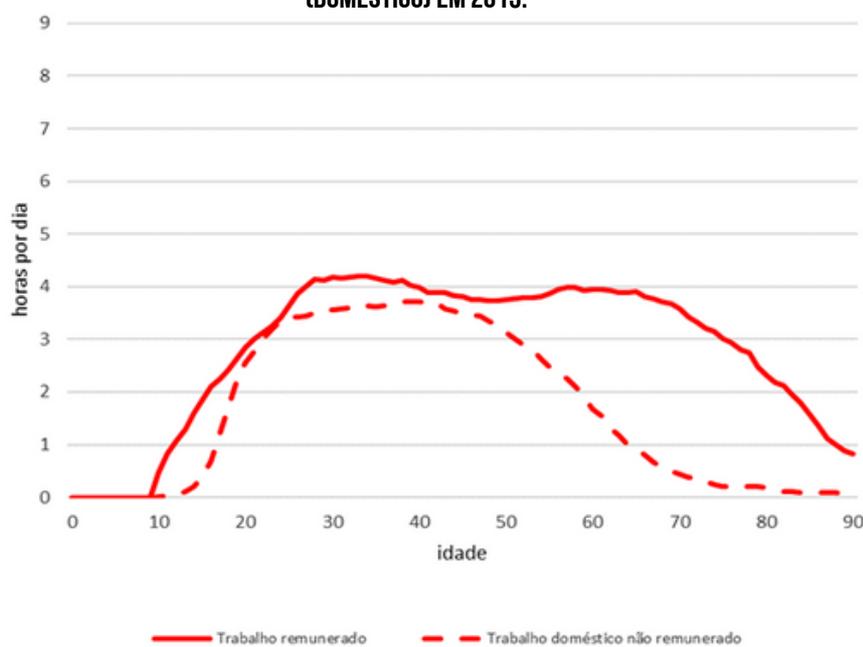
A partir dessas bases, esse texto propõe-se a construir um breve retrato dessa construção social, destacando como ela afeta o cotidiano das pessoas e a sociedade como um todo. Porém, não iremos nos deter exclusivamente no debate sobre gênero, também iremos discutir esses impactos a partir da **interseccionalidade** com os aspectos de classe social e de raça.

O texto está organizado em sete seções, contando essa breve introdução. Na segunda seção vamos exemplificar como essa divisão se apresenta na nossa sociedade, enquanto, na terceira, enfocamos algumas teorias que buscam explicar os motivos dessa divisão ocorrer. A quarta seção demonstra como essa divisão impacta a vida das mulheres, e, na quinta, tratamos da interseccionalidade entre gênero, raça e classe. A sexta seção busca dimensionar e quantificar o impacto econômico dessa divisão, e, por fim, apresentamos possibilidades de como repensar a sociedade, para que a carga de trabalho total (trabalho remunerado + trabalho doméstico não remunerado) seja reduzida para as mulheres.

Para ter uma imagem mais nítida de como as atividades estão separadas na nossa sociedade, trouxemos os seguintes gráficos: no primeiro (Gráfico 1) apresenta-se o resumo das jornadas de trabalho remunerado e não remunerado ao longo da vida de uma mulher e, no segundo (Gráfico 2) o resumo dessas mesmas jornadas para os homens, durante a sua vida¹. Por fim, no terceiro, apresenta-se a jornada total de trabalho de homens e mulheres. Todos eles resumem o que acontece ao longo da vida de homens e mulheres.

No gráfico 1, é possível observar, por exemplo, que aos 30 anos, uma mulher brasileira faz, em média, 4 horas por dia de trabalho doméstico não remunerado, ou seja, tempo de cuidado da casa e dos filhos. Por outro lado, em média, as mulheres brasileiras nessa idade dedicam menos tempo ao trabalho remunerado, que fica abaixo de 4 horas. Isso mostra como as mulheres se dividem entre as duas esferas: dentro e fora de casa.

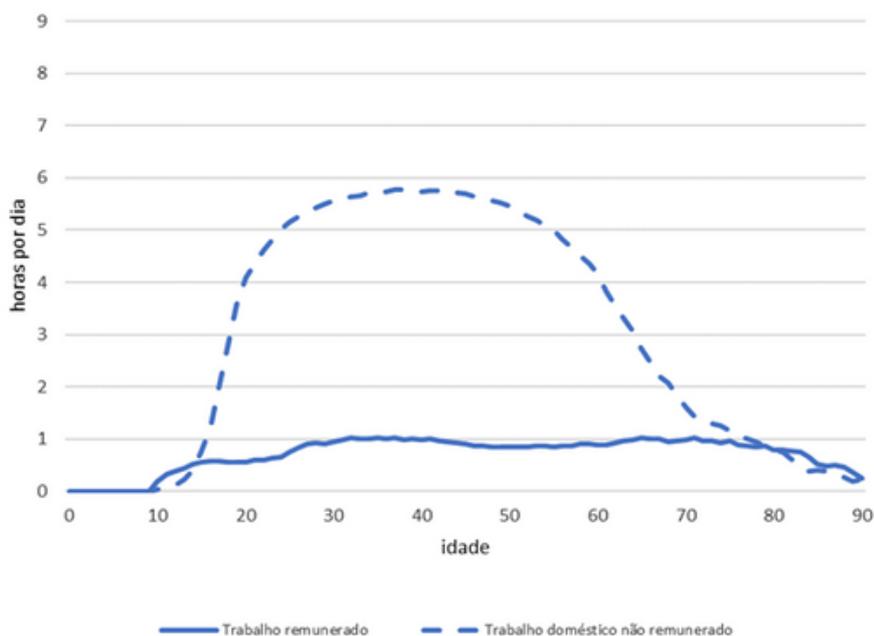
GRÁFICO 1 - JORNADAS DIÁRIAS DAS BRASILEIRAS DEDICADAS AO TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO (DOMÉSTICO) EM 2013.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2013),
correção por Jesus (2018)

No gráfico 2, por outro lado, o cenário é oposto: os espaços para os homens são claramente separados, eles dedicam muito mais tempo ao trabalho remunerado, ou seja, aquele feito fora de casa. Em média, entre os 30 e os 50 anos, por semana, os homens trabalham mais de 40 horas fora de casa. Ao longo dos dias, em média, eles fazem menos de 1 hora de trabalho doméstico em seus lares.

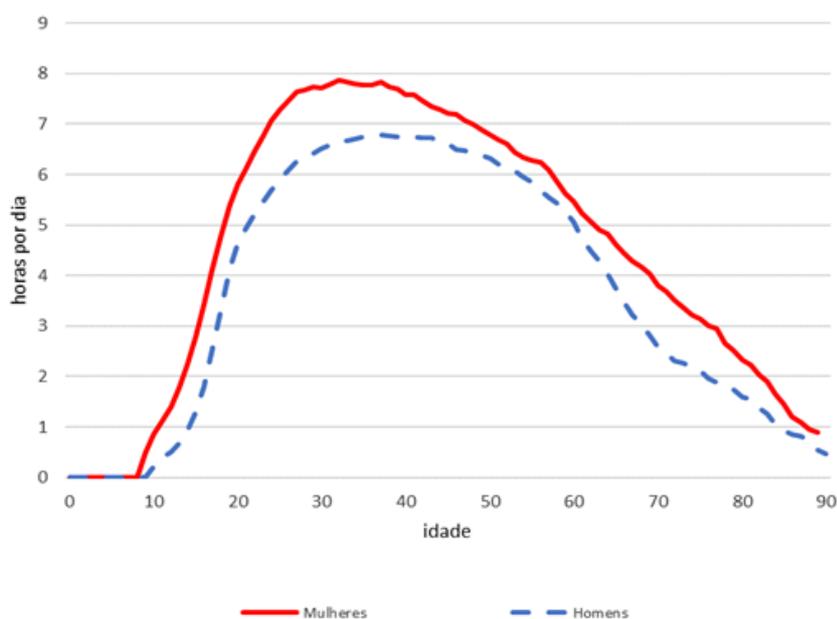
GRÁFICO 2 - JORNADAS DIÁRIAS DOS BRASILEIROS DEDICADAS AO TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO (DOMÉSTICO) EM 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2013), correção por Jesus (2018)

Quando somados os tempos de trabalho, remunerado e não remunerado, temos o resultado apresentado no Gráfico 3, do tempo de trabalho total. As mulheres trabalham mais do que os homens durante toda a vida. O que ocorre é que metade do trabalho feito pelas mulheres além de não ser remunerado, não tem reconhecimento social.

GRÁFICO 3 - TEMPO TOTAL DE TRABALHO DE HOMENS E MULHERES NO BRASIL, EM 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2013), correção por Jesus (2018).

Então, na média, a vida de homens e de mulheres é totalmente distinta, do ponto de vista dos trabalhos realizados, sendo evidente que a performance das mulheres é fortemente influenciada pelas responsabilidades atribuídas a elas dentro de casa. Isso acaba por refletir na produção nacional. Enquanto **63% da produção dos setores econômicos**, nos mais variados ramos de atividade, é feita por homens, **82% do trabalho produzido dentro de casa** é realizado por mulheres.

É importante refletir sobre o quanto custa, para as mulheres, serem responsáveis por essa produção invisível, não remunerada e não valorizada, a qual possibilita a realização da produção economicamente reconhecida. Quando questionamos as mulheres, **por meio de pesquisas qualitativas**, sobre o trabalho doméstico, é comum o relato de que elas dedicam seu tempo sem ver de fato um resultado, já que, no dia seguinte, tudo está lá para ser feito de novo. Ou seja, trata-se de um trabalho massivo, cansativo, invisível e repetitivo.

Homem trabalha fora e mulher em casa: qual o motivo disso?

Além disso, é preciso compreender os motivos que levaram a essa divisão, ainda presente na nossa sociedade. Para isso serão, agora, apresentadas três correntes teóricas: a do capital humano; a dos modelos de barganha e a dos modelos baseados em normas e instituições.

Pela teoria do *capital humano* o ideal, para um casal, seria que os membros se especializassem em atividades distintas: uma pessoa na atividade doméstica e outra na atividade remunerada, fora de casa. Assim, a produção do casal seria maximizada e, conseqüentemente, maximizaria o bem-estar dessa família, se essa fosse a divisão. Porém, ao observar o atual modelo de escolarização, no qual meninos e meninas seguem um mesmo currículo, torna-se perceptível que tal teoria é inválida, uma vez que as mulheres possuem melhores níveis de escolaridade do que os homens, e ainda assim elas permanecem fazendo mais trabalho doméstico do que eles.

A segunda corrente, a dos *modelos de barganha*, justifica essa divisão de acordo com o poder de negociação. Quem tem mais poder na sociedade consegue barganhar para trabalhar fora de casa, enquanto quem tem menos poder (mulheres) até consegue negociar para trabalhar fora de casa, mas não vai se livrar do trabalho doméstico. A partir dessa vertente observa-se a existência de uma relação de poder entre os gêneros: o poder masculino sobrepondo-se ao poder feminino, na tentativa de chegar a um consenso sobre o que vai acontecer dentro de um domicílio.

Já a terceira corrente, dos *modelos baseados em normas e instituições*, entende que essa divisão ocorre pela imposição de normas e instituições existentes na sociedade. Assim, esses trabalhos persistem

separados devido a aspectos psicológicos e sociológicos da identidade de gênero. Ou seja, a forma de construir e de socializar esses papéis faz o trabalho doméstico continuar sendo visto, na sociedade, como uma responsabilidade feminina.

É possível observar essas normas e instituições atuando desde a infância, quando as crianças recebem brinquedos específicos para cada gênero. Enquanto as meninas recebem uma panelinha, um ferro de passar roupa de brinquedo, um fogãozinho (reforçando a ideia de uma ocupação doméstica), os meninos recebem ferramentas ou carrinhos (que remetem à ideia de ocupar o espaço público).

Nessa construção, torna-se comum ocorrer um processo de naturalização uma vez que, aos 15 anos, as meninas já compreendem como o domicílio funciona, enquanto os meninos continuam sem ter essas expertises e muitas vezes mantêm esse afastamento da realidade doméstica durante toda a vida adulta, se esquivando dessas responsabilidades. É importante ressaltar que essas distinções entre os gêneros são construídas e continuam sendo reforçadas no dia-a-dia da sociedade.

Outra construção social que empurra a carga do trabalho doméstico para as mulheres é a constante reafirmação que esse é um trabalho feito por amor aos seus maridos e filhos. Ao ser exposto dessa forma, dá a entender que as mulheres não sobrevivem sem o trabalho doméstico e que, se sobreviverem, é por não amarem a família, quando na realidade esse foi um trabalho delegado socialmente a elas.

As mulheres, na verdade, vêm historicamente sendo associadas aos papéis de cuidado, à maternidade, à responsabilidade pelo domicílio. Atribuir a essas atividades uma característica inerente ao amor tira a responsabilidade da sociedade em discutir essa questão, pois reforça a ideia de que é um assunto de ordem privada de cada família e não uma questão a ser enfrentada por todas e todos.

MUITO TRABALHO E MENOS VALOR

Como a divisão do trabalho afeta a carreira das mulheres?

Ao compreender e reconhecer que essa divisão ocorre a partir dessa socialização, torna-se possível refletir sobre as consequências e impactos causados na vida das mulheres. Por exemplo, ao terem filhos e filhas, as mulheres têm menos chance de estarem no mercado de trabalho e, como reflexo, têm menos chances de acessar renda. Para resistir a essa lógica as mulheres, em alguns países, vêm diminuindo o número de filhos e, como consequência, o que se tem observado é a redução das taxas de fecundidade. Ou seja, essa divisão desigual vem ocasionando até reflexos demográficos.

De acordo com o IBGE, no Brasil a média de filhos por mulher ao final de seu período reprodutivo, que era em torno de 6 filhos na década de 1960, foi 1,76 em 2021, ou seja, a quantidade de filhos que as mulheres

têm em média, já não é mais capaz de repor um casal, apontando para um futuro de gerações cada vez menores. Essa mudança demográfica tem como principal consequência o acelerado processo de envelhecimento populacional, que consiste no aumento proporcional do número de idosos, grupo populacional que também demanda cuidados. E este cuidado geralmente é realizado pelas filhas, que compõem a **geração sanduíche**, por ser responsabilizada pelo cuidado de suas crianças e de seus pais.

Também é perceptível a dupla jornada, uma vez que o trabalho doméstico continua atribuído a mulher, mesmo que ela tenha um trabalho remunerado fora de casa. Como consequência, isso impede a mulher de estar plenamente no trabalho produtivo, tornando-se comum a redução da jornada neste trabalho para conseguir dar conta dos afazeres domésticos.

Ou seja, muitas mulheres, mesmo altamente **qualificadas**, deixam de estar em trabalhos mais bem remunerados para dar conta do trabalho doméstico. Além disso, quando olhamos para o cotidiano das mulheres de classes mais populares, é possível observar até jornadas triplas, já que elas têm que se dividir entre o próprio trabalho, o cuidado da própria casa e dos filhos e ainda o cuidado dos idosos, que também recai sobre os ombros femininos.

As pesquisas qualitativas mostram o relato das mulheres sobre essa rotina, colocando-a como cansativa e que vem atrelada a uma constante falta de tempo para si e para o seu lazer. Ou seja, a forma como a nossa sociedade divide as tarefas torna o lazer e o descanso um privilégio masculino. Um símbolo disso é a “poltrona do papai/vovô”, um móvel concebido e comercializado para que se reserve um espaço físico nos domicílios para o descanso dos homens, mesmo que as estatísticas provem que as mulheres trabalham mais.

As interseccionalidades que permeiam a divisão sexual do trabalho: como ela afeta as diferentes mulheres na sociedade

Até esse momento o texto abordou a teoria mais clássica, para compreender como o trabalho é dividido em nossa sociedade. Contudo, a forma como o trabalho se divide não se exaure nessa teoria. Na verdade, é possível perceber que além das questões de gênero, o trabalho é dividido de acordo com a classe social. Ou seja, o trabalho doméstico não é feito na mesma medida por mulheres de classes sociais mais abastadas e mulheres de classes populares.

Nos domicílios das classes com maior poder aquisitivo é comum ocorrer a terceirização do trabalho doméstico, ou seja, o trabalho realizado naquele domicílio passa a ser em sua maior parte responsabilidade de uma terceira pessoa. Geralmente, trata-se de uma mulher de uma



FIQUE DE OLHO!

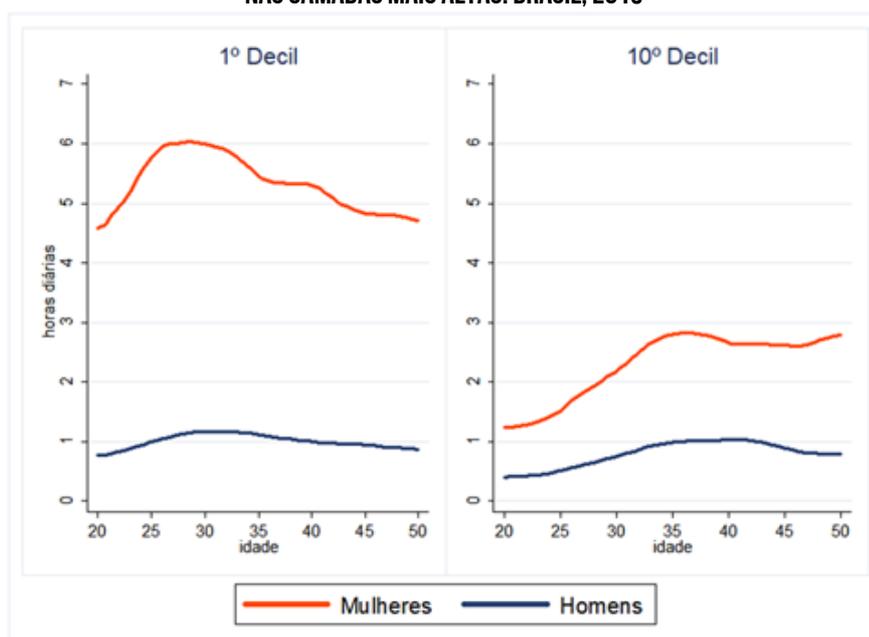
classe social popular, de baixa escolaridade e negra, sendo esse modelo relatado, na literatura, como modelo de delegação.

Ao falar de terceirização do trabalho doméstico pode passar a sensação que a mulher transferiu uma responsabilidade que é dela, mas essa responsabilidade só é dela porque foi construída socialmente assim, pela divisão sexual do trabalho. Quando acontece a delegação, é o trabalho doméstico necessário para aquele domicílio que está sendo transferido, por exemplo, para uma empregada **doméstica**.

Já em domicílios de camadas mais populares essa terceirização/delegação não se configura como opção, pois o menor poder aquisitivo leva a uma maior dependência da renda. Assim, as mulheres dessas camadas costumam assumir as duas frentes, pois necessitam de um trabalho remunerado, ao mesmo tempo que não conseguem se livrar dessa carga de trabalho pesado que elas têm que fazer em casa. Ou contam com a ajuda de outras mulheres (avós, irmãs, tias, sobrinhas, vizinhas, etc), que se configuram como rede de apoio nos cuidados de crianças e idosos.

A partir da percepção das desigualdades mencionadas no parágrafo anterior, foram construídos os seguintes gráficos. O primeiro (Gráfico 4) apresenta a **jornada de trabalho doméstico não remunerado para homens e mulheres** nas camadas mais populares (esquerda do gráfico) e de homens e mulheres de camadas mais altas da sociedade (direita do gráfico).

GRÁFICO 4 - JORNADA DIÁRIA DEDICADA AO TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO NAS CAMADAS POPULARES E NAS CAMADAS MAIS ALTAS. BRASIL, 2013



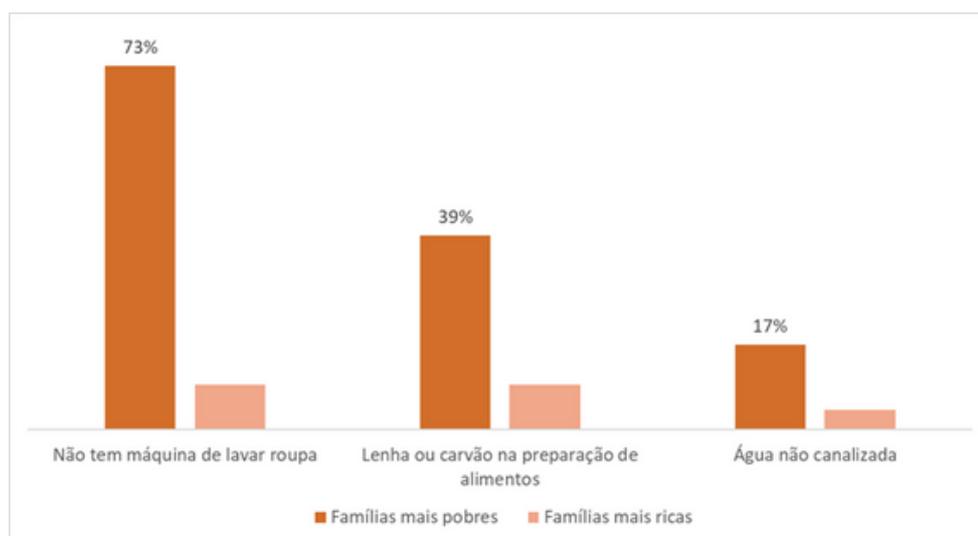
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2013),
correção por Jesus (2018)

A partir desses gráficos percebemos que, para os homens, não faz diferença em qual classe social eles se encontram. Tanto os que têm maior poder aquisitivo, quanto os que têm menor poder aquisitivo, trabalham menos de uma hora por dia no trabalho doméstico não remunerado. Ou seja, o perfil de trabalho doméstico dos homens é bastante estável.

Já para as mulheres, o que se observa é uma distinção considerável na jornada de trabalho. Enquanto as de classes mais populares chegam a fazer seis horas por dia de trabalho doméstico, para uma mulher integrante do grupo das famílias 10% mais ricas, essa carga é de duas horas. Assim, se percebe que a desigualdade entre os gêneros pesa muito mais para a mulher mais pobre, que é, na nossa sociedade, um grupo composto predominantemente por mulheres negras. Ou seja, na média, o trabalho doméstico é predominantemente delegado às mulheres pobres e negras.

Parte dessa diferença entre as cargas de trabalho doméstico de mulheres pobres e mulheres ricas é explicada pela delegação. Contudo, outra parte está relacionada às condições de vida dessas mulheres. Como podemos observar no gráfico 5, em 2019, que 73% dos domicílios mais pobres no Brasil não tem máquina de lavar roupa. Além disso, em 40% dos domicílios mais pobres, o preparo de alimentos é feito com lenha ou carvão, e até a água canalizada, um serviço essencial para realização do trabalho doméstico, não chega em todos os domicílios. Então essas mulheres não só têm uma carga de trabalho maior, como seu trabalho é penalizado pelas condições socioeconômicas, as quais estão submetidas.

GRÁFICO 5 - ACESSO A BENS E SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NAS CAMADAS POPULARES E NAS CAMADAS MAIS ALTAS. BRASIL, 2019



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019.
Famílias 10% mais pobres são aquelas em que o rendimento domiciliar per capita está entre os 10% mais baixos do país. Famílias 10% mais ricas são aquelas em que esse rendimento está entre os 10% mais altos.

**O VALOR DO
INVISÍVEL**

Nessa conta ainda existe um outro valor invisível: o cuidado das crianças. Uma **pesquisa**, realizada em 22 países, mostrou que 90% do que consome um bebê recém-nascido é fornecido por meio do trabalho doméstico não remunerado. Apenas 10% do consumo no primeiro ano de vida pode ser atribuído, nesses países, a mercadorias e serviços adquiridos de forma remunerada. Em outras palavras, isso nos sugere que 90% do que uma criança consumiu no primeiro ano de vida foi fornecido por alguma mulher.

Nos cabe, ainda, refletir sobre quanto somos dependentes desse trabalho. Sem os cuidados proporcionados por ele, como as roupas limpas, a comida na mesa, ou um ambiente organizado, o trabalho realizado na esfera pública fica precarizado ou inviabilizado. Ou seja, todos nós consumimos serviços de cuidado, pois a existência humana está a ele condicionado.

Partindo dessa evidente dependência surge o questionamento sobre a quantificação do que essa produção representa de valor na nossa sociedade, ou seja, do ponto de vista econômico, quanto vale esse trabalho **doméstico**? Para responder a essa pergunta, é possível aplicar uma conta relativamente simples: pegamos todas as horas de trabalho doméstico feitas no Brasil ao longo de um ano e multiplicamos esse valor pelo que é pago pelo serviço de uma hora de uma pessoa que poderia fazer esse trabalho, por exemplo, uma empregada doméstica com carteira assinada. Encontrado esse montante, comparamos com o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que nos dá uma dimensão desses serviços feitos nos lares diariamente.

A conclusão a que se chega é que, em 2013, o trabalho doméstico produzido e consumido nas famílias equivaleria a, aproximadamente, 11% do PIB. Excluindo a produção doméstica dos homens, a produção de trabalho doméstico das mulheres para suas famílias representa 9% do PIB. Quando comparados por exemplo ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) no Brasil, percebe-se o quanto esse percentual é significativo, pois o RGPS, que atende a 30 milhões de aposentadorias, custa, por ano, 7% do PIB.

Para exemplificar, de outra forma: seria necessário contratar 8 milhões de trabalhadores com jornadas semanais de 40 horas por semana para substituir todo esse trabalho diário feito pelas mulheres, sem considerar que 6 milhões e meio de empregadas domésticas que já trabalham nos domicílios brasileiros. Ou seja, ao juntar todo o trabalho doméstico (remunerado e não remunerado), isso envolveria uma força de trabalho equivalente a 15 milhões de pessoas.

Como o gráfico 1, apresentado anteriormente, já apontava, metade do que as mulheres produzem é não remunerado e essa parcela da produção é responsável por sustentar todo o mercado de trabalho que

existe. Apesar de esse trabalho ser a base de funcionamento de toda a economia, nenhum reconhecimento é feito às mulheres. Ao contrário, elas são penalizadas por realizá-lo, ficando, muitas vezes, de fora do mercado de trabalho formal que as garantiria uma aposentadoria, depois de passarem a vida inteira cuidando de outras pessoas.

Considerações finais

Ao analisar o tempo total de trabalho das mulheres, percebemos que elas trabalham muito mais do que os homens. É uma responsabilidade imensa que é colocada no ombro das mulheres, gerando um cansaço que permanece ao longo de toda a vida e que, ainda assim, não é reconhecido e é, constantemente, invisibilizado. Como exemplo disso temos a questão da previdência. Se nos planos anteriores as mulheres se aposentavam cerca de cinco anos antes em idade e tempo de contribuição, na tentativa de compensar, em partes, esse excesso de trabalho que as mulheres têm ao longo de toda a vida, a atual legislação dada pela recente reforma do Governo Bolsonaro prevê apenas 3 anos de diferença na idade aposentadoria.

Assim, apesar de nossos avanços na esfera produtiva, quando olhamos para dentro dos domicílios, a realidade continua a mesma de 20 anos atrás, com a reprodução da divisão sexual do trabalho se mantendo firme. Nela, os homens continuam dedicando pouco tempo aos afazeres domésticos e as mulheres seguem fazendo malabarismo para dar conta de tudo. Sendo isso uma consequência direta da sociedade machista e patriarcal, que ainda reforça a existência de uma superioridade dos homens perante as mulheres e que, portanto, eles devem permanecer na esfera produtiva, na esfera pública, e as mulheres devem permanecer na esfera reprodutiva e privada.

É preciso ponderar sobre como alterar essa lógica que ainda permeia a nossa sociedade, afinal o que podemos fazer para esse trabalho não recair inteiramente sobre os ombros das mulheres? Por exemplo, já é evidente que uma jornada de 44 horas semanais é incompatível com o tempo necessário a se destinar aos cuidados com os filhos. É necessária uma discussão sobre quem vai assumir esse cuidado, a exemplo da responsabilidade estatal por creches ou, ainda, a responsabilidade do próprio mercado criar essas estruturas. Ou podemos repensar as regras do mercado de trabalho, e se realmente é necessária uma jornada tão extensa. Nesse caso, contudo, para não reproduzir estereótipos de gênero, é fundamental que a redução da jornada seja para mulheres e homens, e não apenas para as mulheres.

Outro ponto a ser pensado é a questão da infraestrutura. É inadmissível que ainda exista um percentual significativo de domicílios sem gás, luz ou água. Essas são as condições mínimas necessárias para se

realizar o trabalho doméstico, sem que ele se torne mais penoso, e elas são essenciais para **sustentar a vida humana**. Se ainda pensarmos em como reduzir a carga desse trabalho, podemos pleitear um subsídio na produção de refeições, a partir do aumento de restaurantes populares de qualidade, uma vez que a **atividade de preparo das refeições é a que mais toma tempo dentro do trabalho doméstico**.

Além disso, ainda é evidente a necessidade de programas de transferência de renda, para auxiliar sobretudo as mulheres de camadas sociais mais populares. São elas que mais sofrem com o atual sistema, e que, ao dependerem da renda, se submetem à informalidade, e a jornadas cada vez mais extenuantes. Contudo, só isso não basta, enquanto a nossa sociedade permanecer reproduzindo regras culturais associadas ao gênero, ao qual nos identificamos ou que nos identificaram, essa situação não será alterada. É necessário a mobilização e o engajamento para que se torne cada vez mais claro que a responsabilidade pela reprodução e continuidade da vida humana é coletiva e deve envolver toda a sociedade, as instituições e tudo que se beneficia desse trabalho.

E QUEM FOI QUE DISSE?



Luana Junqueira Myrrha, apresenta um verbete que explica e contextualiza **sobre divisão sexual do trabalho**.

Helena Hirata e Danièle Kergoat, em seu artigo “**Novas configurações da divisão sexual do trabalho**”, discutem os modelos que organizam as relações entre esferas doméstica e profissional e propõem a “delegação”.

Helena Hirata; Françoise Laborie; Hélène Le Doaré, e Danièle Senotier, em “**Dicionário crítico do feminismo**”, traz um conjunto de verbetes ligados a luta feminina e sua inserção social.

Juliana Cristina Teixeira, no verbete “**Interseccionalidade**”, apresenta um breve conceito de interseccionalidade.

Cecilia Machado e Valdemar Pinho Neto, em “**The Labor Market Consequences of Maternity Leave**”, levantam dados sobre a permanência das mulheres no mercado de trabalho após terem filhos.

Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira, em “**Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**”, elas reúnem artigos que tratam de como o trabalho se apresenta no dia a dia das mulheres.

Hildete de Melo, Cláudio Considera e Alberto Di Sabbato, no artigo “**Os afazeres domésticos contam**”, é proposta uma mensuração dos afazeres realizados dentro dos lares e a sua desvalorização que reforça a invisibilidade do trabalho doméstico, apesar de serem essenciais.

Miriam Nobre e Nalú Faria, em “**A produção do viver: ensaios de economia feminista**”, as autoras organizam ensaios que tratam do papel do trabalho feminino no sustento da vida e na crise do capitalismo que o trata como recursos inesgotável.

CAPÍTULO 6. TRABALHO DOMÉSTICO:

INTERSECCIONALIDADE ENTRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Juliana Cristina Teixeira

Professora adjunta do Departamento de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisadora e integrante do colegiado do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UFES).

Aline Santana Franco de Siqueira

Graduada em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

Alexandre Hugo de Araújo Barbosa

Graduado em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN



FIQUE DE OLHO!

Esse texto foi construído a partir da aula aberta “Gênero, divisão sexual do trabalho e sustentabilidade da vida humana” realizada em 13 de novembro de 2020, como parte da 1ª edição do Conversatório Descomplicando Gênero, realizado pelo Observatório das Desigualdades da UFRN. A aula foi ministrada por Juliana Cristina Teixeira, Jordana Cristina de Jesus e Luana Junqueira Dias Myrrha. Acesse: [Gênero, divisão sexual do trabalho e sustentabilidade da vida humana \(Live\)](#).

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

O **trabalho doméstico** ainda hoje é carregado de estereótipos. O primeiro deles diz respeito à presença das mulheres nesse espaço, realizando esse trabalho, de forma remunerada ou não remunerada, o que resulta na “invisibilização” das relações do homem com essa atividade.

De um lado, os homens dedicam **poucas horas** ao trabalho doméstico não remunerado. De outro, quando olhamos para o trabalho doméstico remunerado, percebemos que há **afastamento do homem dessas atividades**, seja porque ele não se envolve quando está na casa, seja porque a gente está falando de **famílias monoparentais** (mulher sem cônjuge e com filhos/as), que, em maioria, tem, nas mulheres, a pessoa responsável pelo domicílio/chefe de família.

Para além da construção social de gênero que delineia o trabalho doméstico como feminino, é preciso refletir sobre ele a partir da **interseccionalidade** de gênero, raça e classe social. Para isso, é interessante olhar para história e reconhecer a origem desse trabalho na **formação da sociedade brasileira**, cujos pilares foram a escravização e o patriarcado, e que sustentavam as figuras das **“mães pretas”, “amas de leite”, “mucamas”**. Apesar das mudanças históricas, nas famílias de padrões

burgueses, as mesmas mulheres negras seguem respondendo pelo trabalho doméstico, de forma remunerada.

“E aí, comé que a gente fica?”, poderíamos perguntar, com base em Lélia Gonzalez. Para refletir sobre essa pergunta, direcionada ao trabalho doméstico, buscamos refletir, neste texto, sobre o trabalho doméstico em face da categoria teórico-metodológica da interseccionalidade entre raça, gênero e classe. Isso permite evidenciar desde de tensões intragêneros, até construções sociais sobre quem é responsabilizada por este trabalho.

Nossa reflexão está dividida em quatro partes, contando com esta introdução. Na segunda seção apresentamos uma caracterização da trabalhadora doméstica no imaginário brasileiro. Na terceira parte, exploramos as tensões e delimitações que foram construídas ao longo da história em torno do tema, e sua atualidade no mundo contemporâneo. Já na quarta parte apresentamos, em caráter de considerações finais, possíveis ações que podem ser tomadas pelo Estado e exigidas pela sociedade, para mudar a realidade que temos hoje.

A representação da trabalhadora doméstica no imaginário brasileiro

No filme [Domésticas](#), a personagem Créo introduz a questão a ser tratada neste tópico, ao afirmar que: “a minha bisavó foi escrava. A minha vó, doméstica. A minha mãe, quando eu nasci, disse que preferia me ver morta do que empregada doméstica. Eu sou doméstica.” Nessa fala há uma denúncia de um estigma social, perpetuado na vida das gerações descendentes da população escravizada, que eram escolhidas especificamente para trabalhar nas residências, o que acabava por reverberar em vários processos de violência sobre essas mulheres.



FIQUE DE OLHO!

O filme *Domésticas* foi lançado em 2001, dirigido por Nando Olival e Fernando Meirelles. Trata-se de uma ficção que retrata a vida de cinco trabalhadoras domésticas, retratando suas realidades e expectativas.

Esta realidade é também retratada pela escritora Ana Maria Gonçalves, no romance “[Um defeito de cor](#)”. É o que podemos observar, ainda, na figura a seguir.

FIGURA 1. FOTO DE UMA AMA ESCRAVA COM UM MENINO FILHO DE PORTUGUESES REGISTRADA EM 1860.



Fonte: Freyre (2003, p. 237).

Na figura, temos a foto de uma mulher negra escravizada acompanhada de um menino, filho de português, registrada em 1860. A imagem possibilita observar esse processo de naturalização da escravidão como uma condição atribuída a essas mulheres, que posteriormente, se tornaram as raízes da representação das trabalhadoras domésticas no Brasil. Ainda nessa imagem é possível observar que essas relações envolvem um misto de afeto e de desigualdade, o que ecoa nesse trabalho até a atualidade.

Esse estigma segue em nossa sociedade até os dias de hoje. Quando houve a inserção de médicos cubanos no Brasil, em 2013, através do programa **Mais Médicos**, ocorreu um estranhamento com a estética das médicas e dos médicos, por fugirem ao padrão de branquitude; elas e eles, teriam “**cara de empregada doméstica**”. Quando pensamos nos motivos dessa associação entre trabalhadoras domésticas e mulheres negras, observamos, como reforço desse estigma, além do trabalho escravocrata como antecessor, o fato de que **estatisticamente** elas ainda são as principais ocupantes desse espaço de trabalho.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

“Cara de empregada doméstica”

Em **2013**, ocorreu uma reação de uma jornalista ao afirmar que médicas cubanas teriam “cara de empregada doméstica” associando a profissão a uma determinada aparência, raça e classe. Essa expressão é mais um dos exemplos

que reflete o processo de escravidão dentro das relações de trabalho doméstico e a própria construção do trabalho doméstico tendo como antecessor o trabalho escravocrata.

Esta associação está muito relacionada à própria construção das relações raciais no Brasil. Essa construção combinou a falsa abolição da escravatura e políticas do Estado de embranquecimento da população brasileira, o que resultou na inserção de mulheres negras e homens negros em posições muito distintas e estruturais. Por exemplo, quando comparamos a diáspora forçada de pessoas de África, na Figura 2, com a vinda dos imigrantes europeus, na Figura 3.

FIGURA 2. FOTO DE UM NAVIO NEGREIRO EM 1882.



Fonte: [Marc Ferrez](#).

FIGURA 3. FOTO DE NAVIO DE IMIGRANTES ITALIANOS VINDO PARA O BRASIL.



Disponível em: <https://benditacidadania.com.br/navios-de-imigrantes-italianos/>

Nesse contexto, é possível observar que esse estigma da trabalhadora doméstica é atravessado por dois perfis. O primeiro é ilustrado pelas mulheres negras “mulatas”, que se tornam objetos sexuais, sendo seus corpos marcados pelo aspecto curvilíneo, que vai envolver um estereótipo do corpo da mulher negra. É o estereótipo da “mulata é a tal”, hipersexualizada, como é possível observar nessa peça publicitária de 2013, de uma cerveja que dizia: “É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra” (Figura 4).

FIGURA 4. CARTAZ ANÚNCIO PUBLICITÁRIO DA CERVEJA DEVASSA NEGRA, VINCULADO EM 2012



Disponível em: [Portal Geledés](#)

O segundo recai sobre a trabalhadora doméstica como o estereótipo da matriarca, ou da docilidade e utilidade. Esse estereótipo reflete, especialmente, um envelhecimento do **quadro estrutural da categoria**. Como resultante, a estigmatização passa para o outro extremo remetendo-se ao mito da mãe preta, que envolve uma memória afetiva invocando a imagem de uma “escrava dócil”. É uma imagem que ultrapassa a escravização e povoa os períodos posteriores da história brasileira, até os atuais, sendo a personagem mais ilustrativa desse imaginário a **Tia Nastácia**, do Sítio do Pica Pau Amarelo, de Monteiro Lobato. Como resultado, há o surgimento do complexo de Tia Nastácia no Brasil.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Complexo de Tia Nastácia:

O sociólogo Ronaldo Sales fala que há um complexo de Tia Nastácia no Brasil. Trata-se da ideia da trabalhadora doméstica como “quase

sendo da família”, mas ela quase nunca sai dessa condicionante do “quase”. Para saber mais acesse o [link](#).



FIQUE DE OLHO!

Essa figura da mãe-preta era aquela que aceitava sua condição sem contestá-la publicamente. Ao associar a trabalhadora doméstica envelhecida a esse mito, principalmente quando ela não tem condições de dignidade em termos de trabalho, podemos replicar essas representações para o trabalho doméstico, que, nesse caso, seria um processo de escravização contemporânea. Trata-se de um tema que não se restringe às páginas do livro de história, mas habita também as notícias de jornal recente, a exemplo da história de **Madalena**.

A escravização foi formalmente abolida em 1888, mas a realidade se apresenta de outra forma e esse é o exemplo de **Madalena**. Desde os oito anos trabalhando sem ter acesso a quaisquer direitos trabalhistas, remuneração e ainda viver sob constante vigilância de seus patrões. Foram libertados no Brasil 55 mil trabalhadoras e trabalhadores, entre 1995 e 2020, de condições análogas à escravidão.

O complexo da Tia Nastácia traz consigo um discurso que ajuda a manter a informalidade do trabalho doméstico, sendo possível observar como resultado desse discurso um **aumento gradual dessa informalidade** a partir de 2017, que se acentua em 2019, contrariando a expectativa que se tinha com a aprovação da PEC das domésticas que era a de reduzir a informalidade com o tempo.

Esse aumento da informalidade ocorreu tanto pelo crescimento do número das diaristas, que não possuem vínculo empregatício, como pelo aumento de trabalhadoras mensalistas que não têm a sua carteira de trabalho assinada, estando numa condição ilegal de trabalho. Atualmente, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2019), mesmo considerando apenas a categoria de mensalistas, ainda há um índice de menos de 50% de formalização. Isso mostra que ainda há desafios de enfrentamento em relação a estabelecer condições de dignidade para o trabalho doméstico remunerado.

Essas relações informais envolvem muitos desafios, pois elas ocorrem dentro do âmbito privado (doméstico), em uma sociedade que construiu um ideal de família burguesa, cuja dinâmica dessas relações tem a privacidade como um princípio. Isso dificulta a politização do debate desse trabalho doméstico.

Assim, é a partir desse imaginário construído e tecido que se observa em nossa sociedade uma repetição cruel. Nela, geração após geração, esse trabalho invisibilizado e pouco valorizado recai sobre as mesmas pessoas, que são aprisionadas nesta dinâmica pela ideologia de que esse é o local social que elas devem ocupar.

Nesse sentido, mesmo tendo decorrido um pouco mais de um século após a abolição formal da escravatura, é importante pensar políticas amplas reparatórias em relação aos efeitos dessa estigmatização nessa população negra.

Tensões e delimitações de espaços e comportamentos para trabalhadoras domésticas

É importante notar que, desde o período colonial escravocrata, existe uma delimitação de espaços, tanto fora como dentro da residência, como é possível observar nas pinturas de Debret (Figura 5). Mesmo após esse período, as trabalhadoras domésticas ainda são tratadas como criadas no Brasil. A estas trabalhadoras restaram os “**quartinhos de empregada**”, o pior local da casa, por ser pequeno e pouco arejado, onde não é possível minimamente

FIGURA 5. PINTURAS DE DEBRET QUE RETRATAM MOMENTOS DO COTIDIANO BRASILEIRO NO PERÍODO COLONIAL E ESCRAVOCRATA.



Fonte - FREYRE, 2003, p. 238.

Atualmente, ainda é possível observar nas plantas de apartamentos o que se chamava de dependência de empregadas, denominação que ainda é possível encontrar em anúncios de venda ou locação de imóveis, essa construção cultural brasileira. Este quarto é localizado frequentemente como uma continuação da cozinha e da lavanderia, em um processo de demarcação de espaços das trabalhadoras no lar burguês.

Historicamente, esses cômodos foram associados à ideia de lugares em que os patrões, homens, podiam fazer “visitas” ao quarto da empregada, que acaba por ser vista, frequentemente, como um corpo disponível, reforçando o imaginário de “hipersexualização” das mulheres negras desde o contexto escravocrata.

Nesse sentido, a trabalhadora doméstica é vista, no modelo de família burguesa brasileira, como um acessório que integra as casas onde trabalham. Como pode ser observado em publicações que tinham o

objetivo de ensinar mulheres a “domesticar suas empregadas”, como um guia escrito por Tania Kaufman, que era presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, e que foi publicado em 1975. Tania foi inclusive apoiada pela irmã, Clarice Lispector, na escrita deste guia.

Além disso, outro registro importante é que, em 1946, foi construído em São Paulo um registro de trabalhadores domésticos, a fim de aumentar o controle exercido sobre sua trajetória de trabalho, com anotações a respeito de seu histórico.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Registro de empregadas

Em 1946, em São Paulo se fazia um registro das empregadas, com anotações de demissões ou quaisquer problemas para, na visão da

época, proteger as casas burguesas das trabalhadoras domésticas que eram consideradas ameaças ao bem-estar.

Essa dinâmica fortalece um tensionamento de relações intragênero, envolvendo, por exemplo, mulheres brancas e negras. Essas tensões intragênero nos levam a considerar a interseccionalidade do debate, uma vez que não é possível tratar isoladamente as categorias de opressão e esse processo se evidencia na trajetória histórica do trabalho doméstico.

Além disso, existia e ainda existe um “medo burguês em relação às criadas” relacionado a uma suposta amoralidade que as trabalhadoras carregariam para essas residências. Isso se observa a partir de um movimento de segregação e limitação do espaço urbano que consistiu na ocupação de outros locais de moradia, que deu origem às favelas e periferias. Quando eventualmente se reduz o número de mensalistas residindo no próprio espaço de trabalho, isso passa a alimentar ainda mais esse medo burguês em relação àquilo que **Jefferson Freitas** chama de “mácula de um mundo diferente”.

Essas mudanças, atravessadas por permanências, também remetem aos fatores de idade e geracional da categoria. Quando olhamos para as mulheres negras mais jovens, o trabalho doméstico é visto não como uma condição, e sim como uma posição temporária, que possa lhe permitir assumir outros trabalhos.

Essa percepção do trabalho doméstico entre as trabalhadoras jovens ajuda a evidenciar um saudosismo de relações escravocratas entre as pessoas que contratam esses trabalhos. Expressões como “não se fazem mais empregadas como antigamente” ou “estão cheias de nove horas essas moças” ocorrem quando uma trabalhadora decide o que deve ou não fazer em suas atividades laborais (ex. cozinhar, passar, etc.). Isso se coloca, especialmente, na dinâmica de trabalho que envolve as diaristas.

Nos últimos anos, houve um crescimento do número de diaristas que compõem a categoria no Brasil, que não possuem carteira assinada. Isso levou à diminuição do número de trabalhadoras com vínculo empregatício. Por um lado, a realidade das diaristas envolve maior precarização do vínculo trabalhista. Mas, de outro, maior autonomia em relação ao tempo.

A autonomia não representa, portanto, menos precariedade no trabalho. Muitas delas não têm seu trabalho respaldado pela previdência social, o que fragiliza sua condição enquanto trabalhadora, já que há um desgaste de corpos e da saúde ao longo dos anos, por se tratar de um trabalho pesado e, muitas vezes, realizado em condições de risco e insalubridade.

Cabe ressaltar que, devido a ser antecedido por um trabalho escravizado, e ter tido seu reconhecimento como trabalho tardio, o trabalho doméstico ainda não é visto como uma profissão, ainda que ele seja fundamental, inclusive para subsidiar o trabalho produtivo das relações do sistema econômico vigente. No entanto, ele ainda é visto socialmente como menos importante do que outras profissões, como as profissões imperiais medicina e engenharia.

OUTRAS FORMAS DE PENSAR O TRABALHO DOMÉSTICO

Considerações finais

A representação social da trabalhadora doméstica brasileira decorre de uma construção histórica própria da formação da sociedade brasileira. Essa construção delimita até hoje o espaço que as mulheres negras devem ocupar, segundo as ideologias dominantes (racistas, machistas e classistas). É por isso que, para se contrapor a essa concepção, torna-se necessário evidenciar esse debate, pensando tanto numa perspectiva social de reconstrução dessas relações, quanto numa perspectiva política, que envolve a formulação de projetos reformistas, que permita a inclusão e a justiça social.

Contudo, para refletir sobre essas mudanças é necessário considerar o protagonismo das próprias trabalhadoras domésticas, que estão há anos no Brasil fazendo a sua luta dentro de um movimento sindical, a exemplo da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (**Fenatrad**), e que tem como embasamento a atuação do movimento negro e das mulheres negras. Da história da Fenatrad e do movimento sindical das trabalhadoras domésticas participaram mulheres negras que fizeram e fazem história, a exemplo de Laudelina de Campos Melo e Creuza Oliveira.

Laudelina de Campos Melo - foi a criadora do primeiro sindicato das domésticas do Brasil, o de Campinas, em 1936. Sua trajetória combinou, de forma singular, a luta pela valorização do emprego doméstico, o feminismo e o ativismo pela igualdade racial. Para saber mais acesse o [link](#).



FIQUE DE OLHO!



Creuza Oliveira - Presidente da Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), foi homenageada com o Prêmio Direitos Humanos, em 2011, demonstra simplicidade e firmeza na luta pelos direitos que, segundo ela, a Lei Áurea não assegurou. Para saber mais acesse esse [link](#) ou esse [link](#).

Uma das pautas dos movimentos sindicais das trabalhadoras domésticas e da Fenatrad é assegurar os direitos que são legalmente estabelecidos para as trabalhadoras domésticas, a exemplo da [Lei Complementar 150/2015](#). Ou seja, o cumprimento desses direitos, já legalmente estabelecidos, ainda se constituem como um desafio na sociedade brasileira, que segue negando as condições para sua efetivação.

Além disso, também existe no movimento a luta por novos direitos. É o caso da reivindicação de direitos para as diaristas, que, por terem um regime de trabalho informal, acabam por não terem seus direitos garantidos. Nesse sentido, o professor Vitor Sousa Freitas, em entrevista para Juliana Teixeira, para composição do livro [Trabalho Doméstico](#), afirma que é possível se pensar em um contrato de trabalho que garanta para essas mulheres ao menos um salário-mínimo/hora. Ainda, ele diz ser possível a construção de um regime de previdência específico para essa categoria, como acontece em relação ao trabalho rural no Brasil.

Apesar da importância dessas reivindicações, é preciso que elas sejam amparadas por políticas públicas envolvendo ações integrais, que reconheçam as trabalhadoras domésticas como sujeitos de direito. Isso inclui ações de educação, saúde, moradia, mas também fomento à atuação sindical, uma vez que os sindicatos são fundamentais para o atendimento às trabalhadoras domésticas, independente se elas podem contribuir ou não.

Não apenas ações estatais e sindicais são fundamentais. As organizações da sociedade civil também contribuem expressivamente com a luta por direitos das trabalhadoras domésticas. Nesse sentido, é possível pensar em iniciativas como a da [Themis](#), que organizou um curso nacional de direitos para as trabalhadoras domésticas. O curso foi realizado via WhatsApp, e contou com cerca de 400 trabalhadoras domésticas. A Themis também disponibilizou as [Promotoras Legais Populares \(PLPS\)](#) para ensinarem sobre esses direitos em seus cursos.

Iniciativas como essas são valiosas, mas ainda carecem de mais ações, que poderiam ser articuladas através de apoio institucional ou de universidades, para disponibilizar formações a essas trabalhadoras, até para lhes dar a oportunidade de ir para outras ocupações, se assim desejarem.

A promoção de políticas afirmativas para ingresso nas universidades e para acesso a empregos e ao serviço público são medidas necessárias não só por garantirem melhores condições a essas trabalhadoras,

como por impactarem as gerações **posteriores**.

Por fim, ainda é preciso refletir sobre o que significa o trabalho doméstico na nossa sociedade. Se o trabalho doméstico é considerado como um trabalho inferior, quando alguém ocupa esse espaço, essa pessoa passa a ser, também, considerada inferior, e isso afeta especialmente as mulheres negras. Por isso, é importante estimular a construção de novos imaginários que rompam com os micro e macros processos que reforçam os estigmas ainda presentes em nossa sociedade.

E QUEM FOI QUE DISSE?



Abdias do Nascimento, em “**O genocídio do povo negro foi uma constante em toda a construção do Brasil**” fala sobre o processo de genocídio dos povos negros, que é uma das passagens mais tristes na construção histórica do Brasil.

Adriano Luiz Duarte, em “**Domesticação e domesticidade: a construção das exclusões**”, aponta dados do Relatório das Atividades Policiais de São Paulo, dos anos de 1945-1946.

Gilberto Freyre: em seu livro “**Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**”, traz algumas imagens que retratam o cotidiano do período escravocrata.

IBGE, em “**PNAD contínua**”, o instituto fez um levantamento de outras formas de trabalho, como os afazeres domésticos e como é dinâmica nos domicílios.

IPEA, em “**Retrato das desigualdades de gênero e raça**”, a instituição elaborou um estudo para observar o retrato das desigualdades de gênero e raça quando tratamos do trabalho doméstico remunerado.

Jefferson Belarmino de Freitas, em “**Desigualdades em distâncias - gênero, classe, humilhação e raça no cotidiano do emprego doméstico**”, escreve sobre a “mácula de um mundo diferente”.

Juliana Teixeira, em “**Trabalho doméstico**”, livro integrante da série Feminismos Plurais, a autora traça um panorama histórico e social sobre o trabalho doméstico no Brasil.

Juliana Teixeira, Alexandre Carrieri e Flávia Mafra, discutem em “**A bichinha é safadinha**” o imaginário social que orbita as trabalhadoras domésticas e como isso é refletido nas músicas que falam de subalternidade do trabalho e objetificação sexual dessas mulheres.

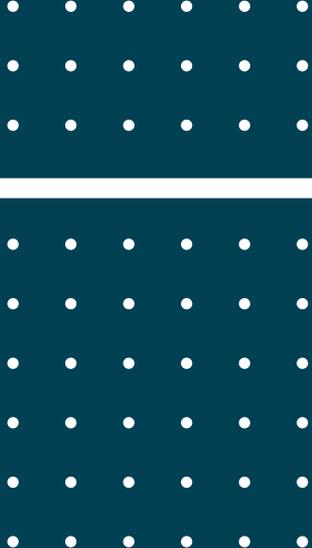
Lélia Gonzalez, conta no artigo “**Racismo e sexismo na cultura brasileira**”, sobre a articulação entre o racismo e o sexismo e os efeitos especialmente sobre a mulher negra.

Sônia Roncador, em “**Criadas no more**”, apresenta notas sobre testemunho de empregadas domésticas.

Sônia Roncador, em “**Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário literário da Belle Époque**”, aborda o medo burguês em relação às criadas.

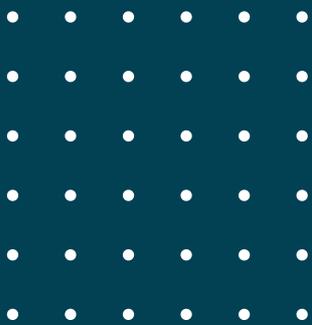
Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves, em “**Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**”, apresentam um panorama de como se configuram as famílias monoparentais e o papel das mulheres nesse processo.

Pedro Rafael Vilela, em **Agência Brasil**, fala sobre a porcentagem de mulheres negras trabalhando como empregadas domésticas.



PARTE 3

GÊNERO E LGBT: MUITO ALÉM DE UMA SOPA DE
LETRINHAS





CAPÍTULO 7. POPULAÇÃO LGBTQIA+, DESIGUALDADES E RESISTÊNCIA:

O QUE OS DADOS NOS DIZEM (OU DEIXAM DE DIZER)

Fernanda Fortes de Lena

Integrante do Vote LGBT. Pós-doutoranda no Centro de Estudos Demográficos de Barcelona (CED). Formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre e Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Fez seu estágio doutoral na Stockholm University no Departamento de Geografia Humana. Possui pesquisas com enfoque nas minorias sexuais.

Samuel Araújo Gomes da Silva

Integrante do Vote LGBT. Professor no Departamento de Demografia - CEDEPLAR/FACE/UFMG e pesquisador na Estação de Pesquisa e Sinais de Mercado, EPSM/NESCON/UFM/UFMG. Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR; Mestre em Administração pelo CEPEAD, ambos na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) em Relações Internacionais

Aline Juliana Barbosa de Oliveira

Graduada em Publicidade e Propaganda pela UNP, graduanda de Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN.

Aline Santana Franco de Siqueira

Graduada em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN⁴



FIQUE DE OLHO!

Texto construído a partir da Aula ministrada por Fernanda Fortes de Lena (UNICAMP/Vote LGBT) e Samuel Araujo Gomes da Silva (UNICAMP/Vote LGBT), com coordenação e mediação de Luana Junqueira Myrrha (Departamento de Demografia e Ciências Atuariais /UFRN), para a 2ª Edição do Conversatório - Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+. Realizada no dia 21 de setembro de 2021. Acesse: [População LGBTQI+, desigualdades e resistência: o que os dados nos dizem \(ou deixam de dizer\)](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

Durante muito tempo, não havia muitas informações registradas por fontes oficiais sobre a população LGBT+ no Brasil. Só a partir de 2010 têm-se o primeiro registro, que foi o Censo 2010, no qual foi incluído em suas pesquisas o quantitativo de pessoas residentes com cônjuges do mesmo sexo. Desde então, foi possível ter algumas informações específicas e recortes sobre essa parcela da população. No entanto, esses dados ainda não revelam todas as informações necessárias sobre essa

⁴ Agradecemos à Luana Junqueira Dias Myrrha, professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da UFRN, pelas trocas e reflexões durante o Conversatório.

parcela da população, e as formas que esses dados são coletados ainda geram subnotificações (ou seja, menos casos registrados do que ocorre efetivamente na realidade), trazendo um menor grau de precisão.

O levantamento de dados concretos sobre a população LGBT+ se faz necessário, pois a ausência de dados estatísticos sobre qualquer grupo populacional impede que o governo e outras instituições desenvolvam políticas públicas destinadas a solucionar os problemas que atingem esse grupo. Governos não podem criar políticas de incentivo à empregabilidade de pessoas LGBT+, se não tiverem dados que possam calcular os índices de desempregos e dessa forma medir a magnitude das desigualdades enfrentadas por essa população.

Além disso, a partir dos dados é que se torna possível ter um panorama do que se têm de informações e de como podem ser utilizados no Brasil, de acordo com os materiais que já são disponibilizados pelas fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de outras organizações.

Esse texto tem por objetivo realizar uma discussão e debater o que temos (e que não temos) em termos de dados sobre a População LGBT+ com relação a estatísticas e registros administrativos. Partindo de alguns questionamentos como: é possível construir diagnósticos sobre essa população? Se sim, como e onde procurar informações? Quais são as estratégias possíveis para lidar com lacunas e insuficiências de dados? Para tanto, o texto está dividido em quatro partes, contando com essa introdução.

A segunda parte apresenta um panorama sobre bases de dados oficiais no Brasil, enquanto a terceira discute as possibilidades de investigação com base nesses levantamentos. A quarta parte traz outras pesquisas relevantes sobre o público LGBT+. A quinta parte apresenta os limites e as barreiras que existem nessas bases de dados. Por fim, em considerações finais apresentamos algumas reflexões sobre os desafios persistentes e a necessidade de continuar avançando na coleta e na análise dos dados dessa população.

REALIDADES E POSSIBILIDADES

As bases de dados no Brasil

Existem diversos grupos que fazem pesquisas e levantam dados sobre a população brasileira, sendo importante compreender e entender como esses dados são coletados e as especificidades das bases de pesquisa, antes de entender como cada uma delas contribui no registro de dados sobre a população LGBT+.

O Censo Demográfico é uma das pesquisas mais utilizadas para levantamento de dados sobre a população no país. O IBGE, através do Censo, coleta informações sociais e econômicas, a cada 10 anos, de toda população que reside em domicílios particulares permanentes. Essas

informações são coletadas a partir de entrevista presencial, solicitando dados que vão desde de onde e como vivem as pessoas, passando por assuntos como mercado de trabalho, imigração, entre outros.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Censo demográfico

Entende-se por Censo o tipo de pesquisa que busca levantar os dados de toda uma determinada população. Trata-se de uma pesquisa diferente daquelas que são amos-

trais (ex. Pnad contínua ou intenção de voto). No Brasil, a pesquisa é realizada pelo IBGE, sendo um **dever** da população contribuir com a coleta de dados.

Os dados estatísticos do Censo são extremamente relevantes, pois servem para mostrar a realidade da sociedade, incluindo o acesso da população a bens e serviços. Com isso, o Censo cumpre o papel de dimensionar as questões sociais que estão mais latentes como: a indicação dos locais que são bolsões de pobreza, mensuração de áreas que não tem acesso a água encanada, distribuição de renda. Além de permitir acessar o quantitativo populacional de cada localidade. Desse modo, ele subsidia a agenda governamental na constituição de políticas públicas. Contudo, é importante ressaltar suas limitações, a exemplo da não inclusão das pessoas em situação de rua na pesquisa.

Além do Censo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, também realizada pelo IBGE, contribui para expor as condições de vida da população brasileira, visando o estudo e o acompanhamento do desenvolvimento econômico a curto, médio e longo prazo do país. Ela utiliza padrões de conglomerados, em três estágios, são eles: municípios, setores censitários (menor que um município, compostos de um conjunto de domicílios) e domicílios.

Os municípios e os setores censitários selecionados são mantidos e acompanhados até que sejam disponibilizados novos dados por meio do Censo Demográfico. A PNAD, apesar de ter a mesma estrutura de questionário do Censo, difere dele por ser elaborada em uma **amostra probabilística** de domicílios. Assim vai ter uma representatividade menor, permitindo ser trabalhada em recortes reduzidos. Inicialmente, a PNAD era realizada anualmente, até o ano de 2015, quando foi substituída pela PNAD Contínua, realizada trimestralmente.

A outra base que existe é a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS, um estudo que também tem base domiciliar e abrange o território nacional. A princípio, ela era incorporada pelo Ministério da Saúde. Sua primeira edição ocorreu em 2013, com auxílio do IBGE, e, desde 2019, é totalmente coordenada pelo Instituto, havendo parceria com o Ministério da Saúde. Ela foi pensada para uma periodicidade de cinco anos, e de forma a evitar os anos fechados em zero, para ter dados intercalados com o Censo.

Assim, existe um tempo entre as coletas, o que permite tanto um melhor planejamento da pesquisa, do ponto de vista organizacional, como aumenta a relevância dos dados obtidos, tendo em vista que o Censo e a PNS possuem perguntas semelhantes, não fazendo sentido fazer as duas pesquisas no mesmo período.

A PNS ainda é considerada uma subamostra da Amostra Mestra da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), sendo dividida em três blocos, nos quais os dois primeiros são voltados às características do domicílio, situação socioeconômica e saúde de todos os moradores. Enquanto a terceira etapa é um questionário individual, com uma das pessoas que more no domicílio e que tenha mais de 18 anos, com o objetivo de levantar aspectos do estilo de vida dessas pessoas residentes, com foco na morbidade (questões de saúde e doença) e a relação com o estilo de vida. Nessa etapa, há um bloco de perguntas sobre acesso aos serviços de saúde.

Ainda no âmbito do Ministério da Saúde, temos o Sistema de Agravos de Notificações (SINAN), pelo qual é possível informar inúmeras situações de notificação compulsória, ou seja, aquelas que o sistema de saúde é obrigado a informar. Dentre essas notificações, há informações sobre orientação sexual.

Por fim temos o Disque 100 (Ouvidoria dos Direitos Humanos) que é um serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que encaminha as denúncias aos órgãos competentes, classificados de acordo com a classe que tem o seu direito violado (crianças, adolescentes, população LGBTQIAP+, idosos, mulheres, pessoas em situação de rua, entre outros). O serviço divulga informações sobre direitos de grupos vulneráveis, assim como serve para denúncias de violações de direitos humanos. O Disque 100 pode ser visto como “primeiros socorros” aos direitos humanos, tratando de graves violações que acabaram de ocorrer ou ainda estão em andamento, acionando autoridades para possibilitar a apreensão do ato.

LIMITES E BARREIRAS PARA A PRODUÇÃO DE DADOS

Informações estatísticas sobre a comunidade LGBTQIAP+

Apesar de todas essas bases, é importante ressaltar que as pesquisas com informações sobre a população LGBTQIAP+ ainda são **recentes**. Apesar do IBGE ter aplicado alguns questionários pontuais sobre casais formados por pessoas do mesmo sexo, a efetiva existência de uma base de dados só começou a ser formada em 2010. Isso se deu com a edição do Censo daquele ano, que contabilizou pela primeira vez esses casais. Tendo sido a primeira pesquisa sobre essa população com abrangência nacional. Só então foi possível trabalhar com dados seguros sobre casais do mesmo sexo, possibilitando, também, uma atualização dos dados da PNAD.



FIQUE DE OLHO!

No Censo e na PNAD é possível identificar casais formados por pessoas do mesmo sexo em coabitação/morando juntos. Vale ressaltar que, em 2010, ainda não existia a legalização do casamento de pessoas do mesmo sexo. Então, eram pessoas que estavam em coabitação/moravam juntas e se reconheciam como um casal. Na base, há pessoas que declaram que são casadas, mas elas eram casadas a partir de contratos, que, naquela época, era a forma como a população LGBTQ+ fazia para conseguir casar, por ainda não ser legalizado o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o que só aconteceu em 2011 para as uniões estáveis e em 2013 para os casamentos.

Em 2013, quando houve a legalização dos casamentos de pessoas do mesmo sexo⁵, passou-se a utilizar os dados do Registro Civil para contabilizar as uniões estáveis. Sendo esses dados atualizados anualmente e tipicamente separados por região metropolitana e capitais por Estado. As informações do Registro Civil se diferem do Censo e da PNAD, por contabilizar apenas os casamentos legais, sem considerar os casais em coabitação (união estável).

A última edição da PNS, que teve os dados obtidos antes da pandemia, incluiu um bloco ampliado de perguntas relacionadas à atividade sexual, que também versavam sobre variáveis de orientação sexual. Quando comparamos a primeira edição (2013), com a atual, fica evidente que na primeira edição a informação que havia sobre população LGBTQ+ estava limitada a casais do mesmo sexo, assim como o Censo. Assim, podemos observar que vêm ocorrendo avanços significativos nas bases de dados oficiais do Estado brasileiro, que permitem o aprofundamento de novos estudos, bem como a maior robustez destes.

Também é importante considerar que a PNS é construída considerando o fator de expansão para permitir dados representativos dessa população. Esse fator de expansão leva em consideração as probabilidades de aquele domicílio ter sido selecionado e de aquela pessoa dentro do domicílio ter sido selecionada. Quanto menor for a participação de determinados grupos, maior vai ser o peso desses grupos na hora de calcular a expansão para a população brasileira.

Divulgados em caráter experimental em maio de 2022, os resultados da variável orientação sexual da PNS 2019 apontam que aproximadamente 3 milhões de brasileiros(as) se identificaram como homossexuais ou bissexuais. No entanto, o que chama a atenção nesses dados é que os que apontaram não saber ou preferiram não declarar somam aproximadamente 5,5 milhões de pessoas. Essa é uma tendência semelhante ao já encontrado no Chile e na Colômbia nesse tipo de pergunta em pesquisas de saúde. Fica claro, então, que mesmo com a inclusão da variável orientação sexual nas pesquisas, a coleta dessas informações na região ainda é desafiadora em razão do estigma e preconceito, inclusive no interior dos domicílios.

⁵Sobre o tema união homoafetiva, visite o [Capítulo 2 - Gênero e sexualidades: um olhar a partir das teorias e práticas do movimento LGBTQI+](#).

Outro grande grupo que existe de coleta de dados sobre a população LGBT+ é o de pesquisas clínicas, que são inúmeras e diversas e variam de acordo com fatores como: o objetivo da pesquisa, do local de realização, departamento ou grupo que a elabora, entre outros. Mas, geralmente elas possuem o objetivo de identificar alguma condição de saúde específica naquela população ou identificar o impacto de algum tratamento, seja terapêutico geral ou de medicamento propriamente dito. Basicamente, são feitas em ambientes clínicos, normalmente ligados às questões de saúde, principalmente às questões biomédicas.

Ao analisar essas pesquisas percebemos que, por um longo tempo, os dados trazidos sobre a população LGBT+ eram ligados principalmente ao aumento dos casos de HIV/AIDS no Brasil. Esse grupo de pesquisas clínicas, ligadas ao HIV/AIDS, são fundamentais tanto para a produção de dados, como para coleta de relatos, tendo sido relevantes inclusive na estruturação do próprio movimento LGBTQIAP+. Quando o movimento ainda não tinha tanta institucionalização, elas davam condições (inclusive financeiras) para que as pessoas se dedicassem a essas pesquisas, e orientação em relação à prevenção do HIV.

Ainda observa-se que a maioria das pesquisas clínicas financiadas ainda vão ter esse viés de buscar a incidência e entender como está acontecendo as novas infecções ou o aumento de infecções do HIV, principalmente na população de homens que fazem sexo com homens, de mulheres trans e travestis. Além disso, existem pesquisas que levam em consideração a demanda para entrar no processo transexualizador, garantido legalmente no Brasil.



FIQUE DE OLHO!

No artigo [Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte \(2003-2021\)](#) as autoras discutem o histórico e as dinâmicas das políticas de gênero e sexualidade no governo do RN e como os direitos das pessoas LGBTQIA se consolidam no estado. Como exemplo temos o direito a cirurgia de redesignação sexual em mulheres trans conforme a portaria [PORTARIA N° 457](#).

O Ministério da Saúde desenvolve uma pesquisa chamada Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas Sexuais da População Brasileira- PCAP. A base dela não está aberta, mas ela capta comportamento sexual. Em sua nova edição já conta com a inclusão da identidade de gênero. Nela, o foco é o HIV/AIDS, e o risco de exposição a ela. O fato de ser um homem gay que está inserido numa rede de outros homens gays muda completamente a exposição ao risco, ao tipo de informação que tem.

Já no Disque 100 coletam-se dados sobre a vítima das denúncias. Ou seja, se a pessoa é gay, lésbica, bissexual, trans. Assim como também existem dados sobre a pessoa que cometeu a violência e o grau de

de parentesco: se são pessoas conhecidas, se são parentes ou se são pessoas desconhecidas, namorado/a/e. Também existem informações quanto ao tipo de violência e o local em que ocorreu. Assim é possível conseguir informações sobre as denúncias ligadas à LGBTfobia, tendo o início dos registros desse tipo de crime iniciado em 2011.

Ainda associado aos casos de violência também temos, no Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (**SINAN**), dados sobre os agravos que são motivados por violência, incluindo sua associação com a identidade sexual e de gênero dessa pessoa, e se pessoa é LGBT+.

Outras pesquisas relevantes para compreensão da vivência da População LGBTQIAP+ na sociedade

Além dessas bases oficiais, também temos as pesquisas realizadas pelos movimentos sociais como a do **Grupo Gay da Bahia**, o **Vote LGBT**, o **Grupo Dignidade** e a **Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA**. Essas pesquisas ajudam a entender um pouco da composição sociodemográfica do país, em relação à população LGBT. No caso do **Grupo Gay da Bahia**, da ANTRA e do Grupo Dignidade, há perguntas sobre padrões de doença em suas pesquisas, normalmente colocadas em um conjunto de coleta de dados, com o propósito de entender algum tema específico. Contudo, sabemos que essas pesquisas têm limitações em relação à representatividade da população.

O ANTRA ainda é referência no acompanhamento dos dados de violência e mortalidade da população trans. No **#VoteLGBT**, há uma preocupação em compreender a percepção política das pessoas LGBT+. Não só política no sentido político-partidário, mas também percepções sobre temas ligados à população LGBT+, ou seja, como as pessoas enxergam esse tema.

Tem muitas coisas que parecem muito óbvias, mas quando são questionadas é notório que não existe essa homogeneidade e que, às vezes, no senso comum, imagina-se que a população LGBT+ tem, inclusive em relação às posições políticas, como por exemplo a filiação de pessoas desse grupo às práticas e comunidades religiosas. No entanto, é visível uma diversidade de opiniões em relação a temas ligados à própria população LGBT+.

Limitações das bases de dados para coleta de dados sobre população LGBT

É possível tecer, ainda, algumas considerações quanto a limitações dessas bases. No Censo e na PNAD não há perguntas sobre identidade; só se fala sobre casais de mesmo sexo, quando tem a relação de parentesco entre aquelas pessoas, ou seja, se elas são cônjuges ou não, e a informação do sexo delas.

Algumas análises desses dados vão fazer essa inferência de que o casal de homens é de gays e de que o casal de mulheres é de lésbicas, mas em nenhum momento isso é perguntado para essas pessoas. Isso é uma inferência que as pessoas fazem para trabalhar de uma forma mais facilitada a questão, mas sempre deixamos muito claro que isso não é perguntado. Além disso, não existe ainda nenhuma pergunta no Censo ou na PNAD sobre a orientação sexual ou identidade de gênero da pessoa. No entanto, há uma promessa do IBGE de inclusão dessas variáveis nas pesquisas domiciliares iniciando pelo PNAD contínua do primeiro trimestre de 2023 para testes e ajustes, com o objetivo final de inclusão no Censo 2030.

O SINAN, por sua vez, tem como uma limitação só abranger os casos notificados de violência contra os LGBTQ+s, ou seja, só as notificações feitas e registradas, o que pode envolver subnotificação. O mesmo acontece com o Disque 100, em que apenas os casos que foram denunciados são contabilizados, possuindo assim um número elevado de subnotificações.

Já a PNS apresenta uma limitação importante quanto a seleção do indivíduo com mais de 18 anos, que responderá o questionário do adulto. Como não possuímos dados anteriores representativos sobre essa população que nos garanta que a distribuição das pessoas LGBTQ+ segue a mesma da população total no território brasileiro, não temos como garantir que a probabilidade de seleção seja a mesma.

Além disso, como os dados mostram, mesmo que um indivíduo LGBTQ+ sendo selecionado para responder essa parte do questionário, não há a garantia de que essa pessoa se sentirá confortável para declarar sua orientação sexual para um(a) pesquisador(a) no seu domicílio com a potencial presença de outros moradores no momento.

Sobre a limitação das pesquisas clínicas o que se observa é uma generalização entre o comportamento e a identidade, a exemplo do uso de expressões como "homens que fazem sexo com homens". A mesma é utilizada para designar a sexualidade de indivíduos, mas essa é uma conclusão prematura. Mesmo que um comportamento esteja associado à identidade, mas não se pode assumir que todos os homens que fazem sexo com homens são gays ou bissexuais, por exemplo.

Considerações finais

O presente texto buscou responder alguns questionamentos como: é possível construir diagnósticos sobre a população LGBTQ+ no Brasil? Se sim, como e onde procurar informações? Quais são as estratégias possíveis para lidar com lacunas e insuficiências de dados?

A resposta ao questionamento principal é sim e, ao mesmo tempo, não completamente. Como podemos perceber, muitos avanços foram

feitos na direção de garantia de direitos e, conseqüentemente, na possibilidade de identificação de pessoas LGBT+ nos registros e pesquisas oficiais.

No entanto, mesmo com os avanços recentes, vários desafios ainda se mantêm. Muitos deles estão relacionados ainda à persistência do estigma e preconceito na sociedade. Ou seja, a garantia de que pessoas do mesmo sexo podem se casar não é o mesmo que dizer que todas as pessoas LGBT+ usufruirão desse direito. Sabemos que o grupo que mais acessa esse direito é composto por pessoas de maior escolaridade/renda e moradores de grandes centros urbanos. Esse perfil também é mais presente entre os que se declararam homossexuais e bissexuais na PNS. Esses dados apontam para a necessidade de reconhecermos as desigualdades entre a população LGBT+ inclusive no acesso aos direitos conquistados.

Quando pensamos nos dados que envolvem as pesquisas clínicas e os indicadores de violência, a situação não é muito diferente. Se nas informações sobre as violências sofridas por esses grupos só conseguimos identificar as que chegam a ser denunciadas e/ou notificadas, nas pesquisas clínicas ainda estamos lidando muitas vezes com aspectos que se restringem ao comportamento sexual, em especial no que se refere na incidência de HIV e outras ISTs.

Há que se pensar em como captar aspectos simbólicos das violências que muitas vezes nem são identificados como tal, mas que impactam significativamente a vida das pessoas LGBT+. Da mesma forma, pensar nas relações de saúde e doença específicas dessa população que não estão apenas ligadas ao comportamento sexual, mas que podem ter impactos inclusive nele.

Como demonstrado, o movimento social tem sido o grande porta voz e propulsor da busca por identificação e garantia de direitos dessa população desde a epidemia de HIV nos anos 1980. No entanto, eles não possuem capacidade material e legitimidade para acessar essa população como, por exemplo, o IBGE. Além disso, esse é um dever do Estado junto a todos os seus cidadãos.

Mesmo com todos esses desafios apontados na identificação dessa população, sabemos que um bom diagnóstico do tamanho, composição e necessidade de uma população depende da qualidade dos dados, e atingir essa qualidade é resultado de construções históricas. Logo, precisamos continuar avançando com as informações que temos, inclusive no sentido de educar a população brasileira em relação às identidades que compõem a sigla. Só assim possuímos dados de melhor qualidade e que reflitam de fato as demandas dessa população em toda a sua heterogeneidade.

Por fim, é preciso pontuar que muito do que sabemos hoje e que orienta a leitura dos dados disponíveis é fruto das várias pesquisas

qualitativas feitas com essa população. Mesmo não tendo como objetivo a generalização dos achados, essas pesquisas nos ajudam a compreender como alguns padrões observados podem ser entendidos sob a perspectiva das experiências concretas dessa população.

Logo, mesmo com dados de alta qualidade, compreender as demandas e os diferenciais dessa população só é possível com a integração entre pesquisas quantitativas e qualitativas. Só assim, conseguiremos entender os padrões de comportamento e indicadores sociodemográficos dessa população, não só nos seus diferenciais, mas essencialmente em como esses diferenciais são gerados socialmente. Essa leitura nos permitirá pensar em formas de modificar a sociedade para que as novas gerações de pessoas LGBTQ+ possam crescer e desenvolver as suas identidades em ambientes menos estigmatizados e violentos para quem não se identifica como cisgênero e/ou heterossexual.

E QUEM FOI QUE DISSE?



Natalia Pires, em [Politize](#), explica como é realizado o Censo Demográfico.

Camilla Figueiredo e Mateus Araújo, em [Diadorim](#), analisam a falta de dados do Censo sobre a população LGBTQ+ do Brasil, que continuará desconhecida por mais 10 anos.

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DÁ CUT (CONTRAF), em [“IBGE vai contar pela primeira vez casais homossexuais no Censo 2010”](#), apresenta informações sobre a contagem de casais homossexuais no Censo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): apresenta [metodologia e conceitos](#) utilizados para elaboração do Censo.

CAPÍTULO 8. GÊNERO E MOVIMENTO LGBTQIA+:

A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS QUEER

Bruno Silva de Oliveira

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Clara Carolina Cândido do Nascimento

Graduanda em Administração e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN⁶



FIQUE DE OLHO!

Texto construído a partir da aula ministrada por Bruno Oliveira (Mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe), com coordenação e mediação de Paulo Souto Maior (Departamento de Práticas Educacionais e Currículo - UFRN), para a 2ª Edição do Conversatório - Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+, realizado pelo Observatório das Desigualdades. Acesse: Gênero e movimento LGBTQIA+: [A contribuição dos estudos Queer](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

Queer é uma palavra em inglês que pode ser traduzida como "estranho" ou "bizarro". Queer também é uma palavra que compõe uma das tantas siglas referentes à diversidade de orientação sexual e diversidade de gênero, a exemplo de LGBTQIA+. Além disso, o termo diz respeito a uma vertente dos estudos de gênero, denominada de estudos *queer*. Afinal, como uma palavra pode ser utilizada de tantas formas e todas elas se relacionarem? O objetivo deste texto é abordar a contribuição dos estudos *queer* para as discussões de gênero e sua utilização por parte dos movimentos LGBTQIA+.

Para isso, este texto está organizado de modo a começar pelas movimentações de grupos de militância LGBT em alguns países das Américas, o que nos auxiliará na compreensão do caminhar desses grupos, suas reivindicações e como isso irá mobilizar novos questionamentos dentro da própria comunidade LGBT. Em um segundo momento, apontamos como esse contexto social germinou o desenvolvimento teórico e prático da teoria *queer*, quais discussões contribuíram para sua formulação e como ela foi recebida fora do cenário estadunidense, a exemplo do Brasil.

Movimentações LGBTQIA+ nas Américas

⁶ Agradecemos a Paulo Souto Maior, professor de História, do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da UFRN, pelas contribuições e reflexões durante o Conversatório e na confecção do texto.

Apesar da instauração da Declaração Universal dos Direitos Humanos ter ocorrido em 10 de dezembro de 1948, após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), trazendo diretrizes claras para a proteção da dignidade humana, os avanços em relação às desigualdades de gênero foram mais tímidos. A opressão a grupos considerados como “fora do padrão” ou marginalizados continuaram ocorrendo e tencionando as relações sociais, ao passo que o seu enfrentamento não mais encontrava maior respaldo em normativos nacionais ou internacionais.

No entanto, as resistências a essas opressões foram capitaneadas por movimentos sociais. A exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos da América, quando, nos anos de 1960, surgiram vozes de movimentos sociais que ecoaram em pontos do Ocidente em busca de reconhecimento dos seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos. Também chamados de novos movimentos sociais, por terem “surgido” depois do movimento operário, encontramos os movimentos feministas, movimentos da população negra e o então movimento homossexual⁷.

Foi nessa década, especificamente no dia 28 de junho de 1969, que ocorreu a revolta no bar Stonewall Inn, em Nova York, já mencionada em capítulo anterior desta publicação. A revolta aconteceu devido aos abusos que os policiais faziam contra grupos LGBTs, explícita nas detenções tendo como principal alvo aqueles (as) que não estivessem em conformidade com o gênero atribuído quando ao nascimento, a citar, usassem roupas destinadas ao gênero oposto.

Quando se olha para o contexto estadunidense, é possível perceber a existência de um movimento homossexual anterior ao levante de Stonewall Inn, e que tinha formas e objetivos diferentes das que se seguiram dali em diante. Em fins dos anos de 1950 surgiu, naquele país, o *Mattachine Society*, grupo pioneiro do movimento “homófilo”, termo utilizado à época, ao invés de homossexual, para desassociar homens gays de práticas sexuais, relacionando suas experiências apenas como uma forma de expressar o amor. O grupo era formado por homens e mulheres homossexuais de classe média e tinham como prática uma militância “higienizada” que buscava sua assimilação social, uma forma de serem “aceitos (as)” pela sociedade da forma como ela estava organizada. Ainda naquela década, e compartilhando das mesmas ideias, surgiu o *Daughters of Bilitis*, na cidade de São Francisco, Estados Unidos, formado exclusivamente por mulheres lésbicas.

Na **América Latina**, os movimentos que hoje entendemos como LGBTQIA+ começavam a se organizar no final da década de 1960, a exemplo, na Argentina com o grupo *Nuestro Mundo*, que depois viria a se chamar de Frente de Libertação Homossexual Argentina (1971-1976).

Em síntese, o contexto da década de 1960 foi um momento de grandes questionamentos sobre as sexualidades, sobre o comportamento dos corpos e suas regulações diante de normas sociais construídas. Com

⁷ Algumas das questões discutidas nos próximos parágrafos também são abordadas no segundo capítulo desta publicação, podendo ser os dois capítulos lidos de forma combinada!

isso, ensaiava-se um impulso crítico à uma ordem sexual contemporânea. Foi o caso, nas pautas de grupos feministas, de reivindicações pelo direito ao aborto seguro; pílula do dia seguinte e divórcio, questionando o controle do Estado e dos homens sobre os corpos das mulheres. Essas são, portanto, questões que vão emergindo na sociedade e que questionavam uma certa norma de gênero e de heteronormatividade que estava focada e fincada de uma maneira muito firme.

No Brasil, os anos de 1970 veem o surgimento dos então denominados grupos homossexuais, que contavam com participação da classe média e de classes populares. Vale comentar que anteriormente houve tentativas de organização de homossexuais e travestis, a exemplo do que ocorria na cidade de Belo Horizonte, nos anos de 1950, quando criaram o grupo Libertados do Amor. Esse grupo era formado por travestis e prostitutas, como forma de reação diante das ações truculentas da polícia.

Foi, portanto, nos anos 1970 que a organização do movimento no Brasil ganhou maior densidade, politizando-se questões entendidas até então como privadas, a exemplo do corpo, desejo e sexualidade. E é nessa perspectiva que surgem os primeiros grupos, a exemplos do Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, fundado na cidade de São Paulo. É interessante observar que o nome do grupo faz referência ao jornal alternativo Somos (1973-1976), produzido pelo grupo homossexual argentino anteriormente citado. Essa apropriação nos permite perceber que existia contribuições, vindas de diversos países, que de algum modo auxiliavam e inspiravam as movimentações dessas pessoas no Brasil.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

“O que foi o SOMOS?”

Inicialmente chamado de Núcleo de Ação Pelos Direitos dos Homossexuais, era formado, em sua maioria, por homens cisgêneros homossexuais. Ainda em sua fase inicial teve seu nome redefinido, este seria o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, o qual surgiu na cidade de São Paulo – SP no contexto da chamada “reabertura política” da ditadura civil-militar, em 1978.

Figura importante para sua formação, João Silvério Trevisan trouxe consigo a importante bagagem de experiências através de contato com o movimento gay internacional no momento de seu autoexílio em San Francisco, Estados Unidos. Apesar da tentativa de organizações anteriores, este foi considerado o primeiro movimento conhecido de homossexuais.

É possível saber mais sobre o Somos, sua formação, organização interna, divergências e participação de mulheres lésbicas e homossexuais negros, estes (as) inserindo pautas sobre machismo, feminismo e racismo em trabalho produzido por Edward MacRae o

qual, através de participação das atividades do referido grupo, desenvolveu uma pesquisa sobre o mesmo, *A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*.

Conheça mais sobre clicando no [link](#) e no [link](#).

O final dos anos de 1970 é tido como “marco” no Brasil, devido a existência de um movimento politizado dos homossexuais, tendo como referência o surgimento do jornal [Lampião da Esquina](#) e do grupo Somos. O jornal foi inicialmente chamado de Lampião, posteriormente vindo a ser renomeado de Lampião da Esquina, uma tentativa de subverter a figura do cangaceiro Lampião, visto como símbolo máximo de uma suposta tradição de forte patriarcalismo e machismo no Nordeste.

A criação do jornal foi um marco para a trajetória do movimento homossexual, que passava a se expressar e contestar a sociedade brasileira através de novos canais, a exemplo do próprio periódico. O Lampião da Esquina tornou-se porta-voz de múltiplas questões referentes às pessoas LGBTI+, dentre elas a denúncia das violências de que eram alvo e a defesa de uma liberação sexual. Em 1978, como têm mostrado vários estudos, com o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual e o Lampião da Esquina, estavam fincadas as bases do que seria conhecido como a emergência do movimento homossexual no Brasil.

O que se destacava neste contexto era um detalhe significativo: a integração à sociedade, partindo do ponto de vista de que, apesar das diferenças, todos seriam “iguais” e expressariam diversas formas de amar. Havia um interesse pela assimilação social, ou seja, serem incluídos na sociedade sem que esta precisasse passar por grandes mudanças na forma com que veem, lidam e tratam as orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes. Isso é um elemento que difere de uma proposta que tem como base a Teoria Queer. Essa característica de inserção social seria questionada pela referida teoria que enxergaria nesse movimento e modo de pensar/agir várias questões que não seriam vantajosas/benéficas para tais sujeitos (as) com suas práticas dissidentes.

O processo de inserção de grupos socialmente marginalizados e que pautam questões de gênero e sexualidade, a exemplo da população LGBTQIA+ ocorre, assim, por meio de um longo processo em diálogo com diversos outros grupos sociais postos às margens. Essas pessoas estavam vivendo e, também, construindo sentidos, ao questionar sobre suas existências e normas socialmente construídas e que se pretendem hegemônicas, a partir do ponto de vista de suas experiências nesse lugar, que é a margem.

As sociedades estão em constantes transformações. Com o passar do tempo grupos sociais se articulam e rearticulam também pensando e repensando suas pautas e quais caminhos trilhar em suas lutas. Atualmente a sigla LGBT pode assumir diversas formas, todas elas apontam para a diversidade de gênero e sexualidade, ou seja, nossas relações e os nossos corpos são bem mais fluídos do que imaginamos, não significando algo dado e estático assentado na biologia, ao contrário, são produzidos, modificados cultural e socialmente.

Algumas variações dessa sigla apresentam a letra Q em referência a uma identidade assumida por pessoas no Brasil. Enquanto *queer* embasa um desenvolvimento teórico formulado no contexto estaduni-dense, aqui no Brasil o Q de *queer* é apropriado enquanto identidade como forma de não se enquadrar em binarismo e, desse modo, procurar romper com classificações tidas como engessadas.

Contribuições dos estudos *queer* para os estudos de gênero

A Teoria *Queer*, como o próprio nome sugere, em inglês, significa “estranho” ou “bizarro”. Organiza-se em torno de ideias mais radicalizadas das lutas dos movimentos LGBTQIA+. O contexto social estadunidense será o palco em que esse desenvolvimento prático de contestação social e de desenvolvimento teórico *queer* iria se formar.

Se os movimentos de gays e lésbicas mais tradicionais, a exemplo de grupos estadunidenses que surgiram no final da década de 1950, conforme explicado anteriormente, tinham como preocupação mostrar que essa população era composta por pessoas normais e respeitáveis, o movimento *queer*, ao questionar essa forma de atuação, vem dizer: “olha, mesmo os gays e as lésbicas respeitáveis em certos momentos históricos serão atacados e novamente transformados em objetos”.

Dessa forma, uma perspectiva *queer* chama a atenção para a necessidade de profundas mudanças sociais, ao invés de travar lutas por uma mera assimilação, uma espécie de “aceitação social” frágil. Até porque essa correria o risco de ser revogada, revista por setores tradicionalistas, quando estes bem quisessem. Assim, a garantia de conquistar uma sociedade em que as diferenças não seriam marginalizadas seria nula.

Nesse sentido, é importante destacar essa diferença entre o movimento que se denominava homossexual e o movimento *queer*. O primeiro denuncia a heterossexualidade compulsória, que seria uma compreensão de que pessoas seriam compulsoriamente orientadas, obrigadas a seguirem essa norma da heterossexualidade. Por isso, se tem uma defesa da homossexualidade e sua incorporação pela sociedade, uma aceitação social, sem que fosse necessário ocorrer profundas mudanças sociais em valores hegemônicos.

Na história do Brasil, isso pode ser identificado enquanto *desbum*

guei, que ocorreu nas décadas de 1970/80. Trata-se de um movimento caracterizado pela conquista de espaços de sociabilidade, sobretudo aqueles voltados para consumo, o que por si só limitaria seu acesso, já que estamos falando de consumo no sentido capitalista do termo (consome quem pode pagar). Expressões artísticas, a exemplo da música e do teatro, nas quais se brincava com performances de gênero e sexualidade, também caracterizariam esse *desbun guei*, um momento em que essas diferenças eram colocadas sob os holofotes, nos palcos e sob a luz dos postes ao se encontrarem nas ruas e bares.

O *queer*, por sua vez, é mais radical em seu questionamento à heterossexualidade compulsória. Isso porque essa aceitação, ou inclusão, de corpos LGBTQIA+, teria como elemento importante a forma como se comportariam, ou seja, um homem gay que “não dá muita pinta”; que “não saiu do **armário**” e que usaria roupas destinadas ao gênero masculino. Isso, contudo, não faria com que esses corpos estivessem isentos de violência homofóbica, mas poderia garantir uma experiência distinta, caso apresentasse um outro comportamento que não o atribuído quando ao nascimento com base num inexistente gênero biológico. Isso não é possível, contudo, no caso das pessoas transexuais, por exemplo. O que significa que a luta para ser aceito (a) nessas bases não garante a inclusão da comunidade LGBTQIA+ como um todo, mas só de uma parte; a mais “normalizada”.

Nessas bases, o movimento *queer* vem com uma crítica aos grupos que vieram antes e que defendiam uma crítica à heteronormatividade, com assimilação social. Assim, a luta que, até então era pela liberdade, passava a mirar na desconstrução das normas disciplinares, sem esquecer a importância da liberdade.

Uma série de ações contribuíram para o surgimento dessa radicalidade política, sejam elas em meio a conflitos nas ruas, seja no desenvolvimento de pesquisas em espaços acadêmicos. No que se refere a essas pesquisas, a contribuição de **Michel Foucault** permitiu uma compreensão de que as relações sociais são atravessadas por relações de poder. O Estado não seria o único detentor do poder, já que o poder não se tem unicamente para si, antes seria algo fluido e maleável dentro das dinâmicas sociais. Ademais, o Estado tampouco significaria somente vigilância e opressão. Assim, seu entendimento seria que o final do século XIX teria sido o momento em que começou a falar cada vez mais sobre sexualidade, não apenas a regulando como também a incitando.

O desenvolvimento teórico, a fim de melhor compreender a(s) sociedade(s), viu surgir o conceito de gênero. Sua trajetória é longa, remete ao final da década de 1950 quando ele é, inicialmente, pensando para desassociar os papéis sociais do homem e da mulher cisgêneros de uma suposta naturalidade dada com base no sexo biológico. Seu percurso ao longo do tempo é permeado de questionamentos e aprimoramentos

desde seu surgimento, no contexto das lutas feministas, como discutimos em capítulos anteriores, para auxiliar na compreensão das relações de opressão vivenciadas pelas mulheres pelos homens e, ainda, para conferir uma diretriz aos movimentos na luta por direitos das mulheres⁸.

Ainda que essas formulações sejam importantes, elas não são capazes de dar conta das questões referentes ao desejo, amor e sexualidades das pessoas LGBTQIA+, principalmente das pessoas trans ou que sejam gênero fluidas. Por isso, teóricas e teóricos como **Judith Butler** e **Paul B. Preciado** tensionaram os limites dessa abordagem de gênero, que tende a reforçar a estrutura binária heterossexista, classificando os corpos em gêneros masculino e feminino, o que impede uma abordagem adequada dos tipos de convergência subversiva que caracterizam as culturas LGBTQIA+.

De modo geral, o que esses desdobramentos em volta do conceito de gênero trazem é o papel das relações sociais de construir corpos, nas quais são assentadas as normas, que também são socialmente construídas. Não existiria, portanto, uma anterioridade, um princípio assentado numa possível verdade biológica. Socialmente construídos através das dinâmicas sociais, os corpos são constantemente produzidos e não somente através de formas discursivas, mas, também, através de intervenções diretas no próprio corpo, a exemplo da aplicação de hormônios.

Conceitos e teorias contam com a possibilidade de novas interpretações e articulações a partir de novas demandas e contextos sociais. Não se limitando a algo estático, essa mobilidade contribuiu para a forma como a teoria *queer* é recepcionada no Brasil. Diferentemente do contexto estadunidense, conforme visto acima, aqui sua abordagem inicial se dá na área da Educação com a publicação da reflexão de **Guacira Lopes Louro**, em 2001. Isso, contudo, não ocorreu de forma aleatória.

A experiência de iniciar uma discussão, neste país, no âmbito da Educação, aponta para a crescente preocupação de educadores(as) que enxergam a necessidade de profundas mudanças, modificações estas que não se limitariam ao espaço físico da escola, menos ainda com relação a forma como os conteúdos são aplicados em sala de aula. Essa crescente preocupação que recorre a uma teoria que parte do diferente, da contestação de normas sociais, e que buscam regular todas as pessoas, está em estreito diálogo com toda a sociedade. Não é possível pensar em mudanças na Educação, de modo a novas formas de lidar com pessoas LGBTQIA+, sem que olhemos para as nossas políticas públicas, para a forma como as nossas conturbadas relações sociais lidam com estas pessoas que expressam comportamentos e desejos que fogem da norma.

Essa não é a única particularidade na forma como a referida teoria chega ao Brasil. Não somente compreendida como uma teoria aliada a

⁸Sugerimos a retomada do primeiro e do segundo capítulo, que abordam a temática.

ações práticas cotidianas, aqui o *queer* também passa a ser tida como uma identidade. Como seria isso? Uma identidade *queer* é difícil de se descrever, ao contrário de outras identidades. Isso porque se trata de um acontecimento recente e, portanto, ainda inserido num processo de desenvolvimento e entendimento, bem como pela própria perspectiva *queer* de se pensar a partir do “anormal”, do que é “socialmente incômodo”. Quem se declara *queer* busca fugir de identidades tão bem delimitadas, a exemplo do gay e da lésbica.

A plasticidade que envolve o desenvolvimento de inúmeras teorias, assim como os questionamentos que as cercam, tem a capacidade de estender todas as discussões que podem ser suscitadas. A teoria *queer* também passeia por críticas marxistas que apontam a ausência de questões ligadas à classe, aos meios de produção, elementos estes importantes para uma completa apreensão social. Os estudos nessa área também seguem passeando por outras correntes, outros lugares, que identificam lacunas e desenvolvem novas compreensões, a exemplo da igual importância de levar em consideração questões raciais, bem como a particularidade de regiões que possuem seus próprios instrumentos para desenvolverem suas teorias *queer's* sem que haja a necessidade de uma importação estadunidense, ou europeia. Desse modo estaria inscrito, nessa prática, a articulação com a produção de saberes de diversos países do globo.

Considerações finais

Nesse pequeno texto síntese apontamos como o começo da organização de grupos, por parte de homens gays e mulheres lésbicas, construíram caminhos para que estes, em anos que estariam por vir, fossem questionados e suas práticas de assimilação social, criticadas. Colocado em xeque que uma aceitação social é ineficaz, diante da existência das diferenças, grupos sociais já existentes, bem como novos que começam a se organizar, veem essa situação enquanto elemento que inflama e ascende novas perspectivas e formas de compreensão sobre as normas sociais.

Quando ocorre o surgimento de uma teoria, que parte da experiência cotidiana diante dos conflitos sociais, ela não só instrumentaliza esses movimentos no campo das ciências. Ela, ainda, abre caminho para seu aprimoramento e questionamento em diversas outras regiões do globo. O desenvolvimento da teoria está diretamente relacionado com vivências da comunidade LGBTQIA+, relação esta que permite sua flexibilização. É com essas andanças que seus desdobramentos chegam ao Brasil através de sua aplicabilidade na área da Educação.



As Nações Unidas Brasil, em “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**”, apresenta uma abordagem explicativa do que é, e história da elaboração da declaração universal dos direitos humanos.

Bruno Oliveira e Paulo Souto Maior, fazem aula sobre “**Gênero e movimento LGBTQI+: A contribuição dos estudos Queer**”, na 2ª Edição do Conversatório sobre gênero pelo Observatório das Desigualdades da UFRN.

Edward MacRae, em: “**A construção da igualdade – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**”, apresenta a trajetória histórica da luta pelos direitos LGBT no Brasil durante o período de abertura política, entre os anos 1970 e 1990.

Eve Kosofsky Sedgwick, em “**A Epistemologia do Armário**”, traz uma discussão acerca da regulação da vida de gays e lésbicas, os heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e a hegemonia de valores.

Guacira Lopes Louro, em “**Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**”, discute a aplicação da teoria queer na educação como uma forma de desafiar as normas existentes de gênero e sexualidade.

João Silveria Trevisan é autor do livro “**Devassos no Paraíso (4ª edição, revista e ampliada): A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**” que retrata a história da homossexualidade brasileira

Judith Butler: em resenha “**Butler e a Desconstrução do Gênero**”reflete sobre os problemas de gênero.

Lívia Rebouças, apresenta o verbete “**Interseccionalidade e consubstancialidade nos direitos humanos**”, enfatizando o conceito e a relação entre direitos humanos, interseccionalidade e consubstancialidade.

Luis Felipe Souza Santos, em “**Interpretações sobre a dinâmica da interação entre o movimento social e o estado**”, reflete sobre a história do Movimento LGBT Brasileiro.

Michel Foucault, em “**História da sexualidade I: a vontade de saber**”, debate sobre como a sexualidade foi entendida e regulada ao longo dos séculos.

Naiana Ribeiro, em “**Especialistas Refletem Sobre Como a Heteronormatividade Compromete as Relações**”, discute como a ideia de que a heterossexualidade é a norma padrão da sociedade afeta negativamente as relações entre as pessoas.

Paul B Preciado, em “**Ser Trans é Cruzar uma Fronteira Política**”, retrata sobre sua experiência como viajante entre a feminilidade e a masculinidade e denuncia que estas transições ainda são consideradas heresias.

Pedro Silva, em “**Lampião da Esquina**”, retrata as memórias e o que foi o jornal lampião da esquina.

Regina Facchini, em “**Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**”, retrata sobre toda a construção da sigla LGBTQIA+.

Renan Quinalha é o autor de “**Movimento LGBTI+**”, que traz uma breve história do século XIX aos nossos dias. Livro que convida quem lê a navegar pela história de luta do movimento, abordando questões conceituais fundamentais e, ainda, desafios contemporâneos.

Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, em glossário do Observatório das Desigualdades UFRN, explica sobre: **Movimento LGBTQI+**.

Paulo Souto Maior Junior é autor de “**Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981)**” que traz uma análise dos textos da seção “Cartas na Mesa”, do jornal *Lampião da Esquina*.

CAPÍTULO 9. POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS PARA POPULAÇÃO LGBTI+ NO RIO GRANDE DO NORTE

Janaina de Lima

Coordenadora da Diversidade Sexual e de Gênero, da Secretaria de Estado das Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo do Rio Grande do Norte)

Aline Juliana Barbosa de Oliveira

Bacharel em Publicidade e Propaganda pela UNP, graduanda de Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN)

Jessica Silva

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN



FIQUE DE OLHO!

Esse texto foi construído a partir da aula aberta ministrada por Janaina de Lima (CODIS/RN) e Luana Soares (Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal), com coordenação e mediação de Mariana Mazzini Marcondes (Departamento de Administração Pública e Gestão Social - UFRN, na 2ª Edição do Conversatório - Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+. Acesse: [Políticas públicas e direitos para população LGBTQI+ e para igualdade de gênero no RN e em Natal](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

Atualmente, muito se tem falado sobre a importância de construir e implementar políticas públicas que assegurem os direitos de determinados grupos da sociedade. Grupos esses, que, frequentemente, enfrentam desigualdades sociais, econômicas e políticas. Dentre elas podem ser citadas as desigualdades de classe, desigualdade étnica e racial e desigualdade de gênero. Por isso, é importante promover ações que garantam o direito de cidadania e bem estar social para esses grupos sociais.

Nesse contexto, para discutir as políticas públicas para a população LGBTI+ no Rio Grande do Norte (RN) é importante pensar, antes de tudo, qual é a realidade do RN. Historicamente, o estado foi governado por oligarquias, ou seja, por famílias conservadoras e fundamentalistas. Por esse motivo pensar políticas públicas para os diversos segmentos da sociedade no Rio Grande do Norte não é uma tarefa fácil, principalmente os segmentos que têm historicamente os seus direitos sociais negados pelo Estado e estão afastados do reconhecimento enquanto cidadãos e cidadãs.

Nesse texto, nosso propósito é apresentar uma síntese sobre políticas e direitos para a igualdade de gênero para a população LGBTI+ potiguar, enfatizando os principais desafios e avanços

Este texto é composto de cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte, discutimos os principais desafios para a construção das políticas para a população LGBTI+ no Rio Grande do Norte. Em seguida apresentamos os principais avanços em políticas públicas. Na quarta parte refletimos acerca das regulamentações e leis existentes de atenção e defesa da população LGBTI+ no RN. Por fim, na sexta parte apresentamos as considerações finais que enfatizam a importância dos programas, projetos e políticas públicas para a população LGBTI+.

Trajetória e desafios para a construção das políticas para a população LGBTI+ no RN

Para iniciarmos a discussão, acerca dos desafios para a construção das políticas públicas para a população LGBTI+, é importante situar como era a estrutura institucional para essas políticas antes do início da gestão atual, da governadora Fátima Bezerra (2019–2022)⁹.

A área responsável pelas políticas aqui discutidas era a Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC), que era voltada, principalmente, para a gestão do sistema prisional, e, de forma secundária, para as políticas de cidadania. Essas políticas de cidadania envolviam políticas para a juventude, igualdade racial, pessoa com deficiência, dentre outros.

Dentre os diversos desafios existentes, um dos centrais era o fato de a SEJUC não ter uma atuação marcada pela **intersetorialidade** na construção das políticas. Além disso, era evidente a falta e necessidade de um órgão executor que acompanhasse a criação e implementação de políticas LGBTI+, além da falta de investimento e de recursos destinados para a construção dessas políticas. Assim, o apoio que existia por parte do governo era voltado especificamente para a elaboração de eventos, como, a contratação de bandas musicais para a parada LGBTI+, ou para ações pontuais na área da saúde (ex. IST/AIDS). Esses apoios não se concretizaram na estruturação de uma política pública, comprometida com a efetivação de direitos humanos e sociais.

A partir de novembro de 2016, com o Decreto nº 8.901/2016 do Ministério da Saúde, o termo utilizado para HIV/Aids e hepatites virais, passou ser IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) ao invés de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis). A palavra ‘doença’ sugere a existência de sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo, o que não ocorre em todas elas. Já ‘infecções’ podem se tratar de períodos sem sintomas, sendo necessário o uso de exames laboratoriais para identificar sua ocorrência.

Para saber mais acesse o [link](#).



FIQUE DE OLHO!

⁹A governadora Fátima foi reeleita para um segundo mandato, a ser exercido entre 2023 a 2026. O texto, contudo, abarca o período mencionado acima.

No início do governo Fátima Bezerra, foi criada, em 2019, uma nova secretaria: Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH). Sua principal função é articular órgãos e entes estatais para a construção das políticas para esses públicos e diferentes esferas do governo, integrando as pastas **transversais** - voltadas para a promoção dos direitos humanos - em um único órgão.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

SEJUC e SEMJIDH

A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do RN (SEJUC) era responsável pela execução das políticas públicas voltadas para o sistema penitenciário e os direitos humanos. No entanto, a SEJUC tinha um foco maior no sistema penitenciário. Dessa forma, para que também houvesse mais atenção às políticas de direitos humanos, a SEJUC foi desmembrada em duas secretarias: a Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude,

da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJIDH), e a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SEAP). Desse modo, a SEMJIDH tem competências específicas para a articulação e execução das políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos humanos, mulheres juventude, igualdade racial, dentre outras iniciativas.

Para saber mais acesse [aqui](#) e [aqui](#)

Na SEMJIDH estão incluídas políticas para a população LGBTI+, que são coordenadas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual e de Gênero (CODIS/SEMJIDH), criada para esse fim. A CODIS representa um passo importante para a população LGBTI+ do RN, principalmente por ser uma experiência inédita no governo de um órgão especificamente voltado para a política LGBTI+. A criação da CODIS representou um avanço notável, em meio a tantos desafios.

No entanto, com o início da pandemia da COVID19, em 2020, muitas ações governamentais tiveram que ser adaptadas para essa realidade, reorientando as prioridades do estado para o enfrentamento da crise sanitária. Essas crises foram de grande impacto para a construção das políticas públicas que então se iniciavam, considerando que a pandemia também ocasionou o aprofundamento das desigualdades sociais e na insegurança alimentar.

No contexto da pandemia, não apenas desafios em relação à saúde se colocaram; também havia a necessidade de que o Governo do Estado do RN respondesse às questões relacionadas ao aumento do desemprego e da pobreza, ao mesmo tempo em que precisou lidar com uma demanda emergencial de saúde pública. Isso em um contexto de sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de privatização das políticas sociais,

transformando os direitos da sociedade em mercadorias.

Este contexto foi agravado pelo processo de disputa política em torno das pautas LGBTI+. A eleição de Bolsonaro trouxe um governo que se posicionou contrário às reivindicações dos movimentos LGBTI+. E, embora esse governo não tenha conseguido desfazer integralmente as instituições relacionadas à política LGBTI+, conseguiu esvaziá-las e modificá-las substantivamente. Ministérios importantes, como o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, passaram a orientar-se por conceitos como o da "família tradicional". Disso resultou o **esvaziamento dessas políticas**, a falta de investimentos, e invisibilidade.



FIQUE DE OLHO!

O artigo transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte é fruto do observa pesquisa um dos projetos do observatório das desigualdades coordenado por Mariana Mazzini Marcondes, e que tem como foco o estudo das políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades no Rio Grande do Norte. O artigo foi publicado na revista de administração pública da FGV (RAP) em junho de 2022, e conta com autoria de Mariana Mazzini Marcondes, Maria Arlete Duarte de Araújo, Washington José de Souza e Clara Carolina.

Para saber mais, acesse o [site do observatório](#), [canal no youtube](#) e [o artigo](#).

Avanços das políticas públicas para a população LGBTQI+ no Rio Grande do Norte

Para falar dos avanços com relação às **políticas públicas para a população LGBTI+ no Rio Grande do Norte** é importante destacar que a criação das condições para estruturar essas políticas foi um avanço em si, com a criação da CODIS e, ainda, com a instituição, em 2021, do **Conselho Estadual de Políticas Públicas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. O conselho tem como objetivo atuar na construção e execução de políticas públicas de defesa dos direitos da população LGBTI+, buscando contribuir no combate a violência e a discriminação.

Nesse contexto, iniciativas importantes surgiram. Uma delas foi a criação, ainda em 2019, de um Ambulatório Estadual de Saúde Integral para a população Transexual e Travesti do Rio Grande do Norte. No entanto, apesar de sua criação em 2019, o ambulatório Murilo Gonçalves só foi oficialmente lançado em janeiro de 2020, após 10 anos de debates e de estudo da documentação para a sua criação e desenvolvimento.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Ambulatório Murilo Gonçalves

Tem esse nome em alusão a um jovem transexual, que morava em Pau dos Ferros, cidade situada no

Rio Grande do Norte, e que lutava pelas causas LGBTI+. Murilo cometeu suicídio em janeiro de 2020.

Dessa forma, o ambulatório busca trazer à memória daqueles e daquelas que, muitas vezes não tiveram acesso à saúde, e a um apoio psicológico adequado.

Ou seja, não tiveram como recorrer ao SUS, ou qualquer possibilidade que pudesse de fato acolher as pessoas transexuais e travestis. Para saber mais acesse o [link](#).

O objetivo do ambulatório é realizar atendimentos de saúde para pessoas trans e travestis, promovendo o processo transexualizador, oferecendo acolhimento, atendimento humanizado e promoção à saúde. Atualmente, o ambulatório é multiprofissional, havendo uma equipe mínima de triagem (profissionais da psicologia, assistência social, enfermagem e medicina). Profissionais da medicina coordenam o ambulatório e o processo de hormonioterapia, enquanto profissionais da enfermagem ficam responsáveis por fazer o acolhimento e acompanhamento, buscando identificar se existem situações de risco e quais são elas, reforçando, assim, a importância da atenção à saúde básica.

Além da equipe mínima para triagem, o ambulatório conta com diferentes especialidades (cardiologia, proctologia, mastologia, nutricionista, urologista entre outras). Há uma grande demanda por psiquiatras, considerando que muitas pessoas já chegam utilizando medicamento e necessitam do acompanhamento adequado. Assim, as pessoas trans podem acessar especialistas, de acordo com a sua necessidade.

Dessa forma é possível perceber que esse é um debate profundo, considerando que é sobre garantir o acesso à saúde básica a pessoas trans, e que as necessidades específicas delas sejam incorporadas à forma que é prestado o serviço.

Ademais, ainda em 2020, no contexto da pandemia, foi desenvolvido o Plano Emergencial de Enfrentamento ao Covid19 para a população LGBTI+ do Rio Grande do Norte. O plano tinha como objetivo orientar as ações estatais no período e apresentou recomendações para os municípios, no sentido de acolher a população LGBTI+, destacando medidas para respeitar as suas especificidades durante o processo de pandemia.

Foi, ainda, desenvolvida uma Política Emergencial de Segurança Alimentar e Sanitária para a população LGBTI+, em parceria com a assistência social. Foram distribuídas 1.998 cestas básicas para famílias LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social no RN, por meio do programa “RN chega Junto no Combate à Fome”. A ação resultou de uma parceria com 21 organizações sociais, incluindo organizações da sociedade civil que trabalham com direitos LGBTI+ e organizações que trabalham com pessoas vivendo com HIV/AIDS.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

RN Chega Junto no Combate à Fome

Foi lançado pelo Governo do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS). O programa foi desenvolvido com o intuito de garantir a segurança alimentar

para a população em situação de vulnerabilidade social, realizando doações de cestas básicas para essas famílias, e parcerias com organizações da sociedade civil.

Para saber mais acesse o [link](#).

O “RN Chega Junto” foi uma ação importante, pois possibilitou a garantia do acesso ao alimento para pessoas LGBTI+, em especial travestis, transexuais e, ainda, profissionais do sexo, garantindo também o reconhecimento dessa população. Além disso, foram entregues mais de 20 mil máscaras, por meio do programa “RN Mais Protegido”, considerando somente as entregas para pessoas LGBTI+.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

RN Mais Protegido

É um programa desenvolvido pelo governo do Estado em parceria com as indústrias têxteis do RN, devido aos impactos e situação de calamidade causada pela pandemia do coronavírus, inicialmente o programa visou a distribuição de máscaras para as pessoas que tra-

balham no serviço público, e a população com renda até 3 salários mínimo, no entanto, a iniciativa ainda gerou empregos para mais de 4 mil profissionais costureiras.

Para saber mais acesse o [link](#).

O programa “RN mais Protegido” envolveu parcerias com diversos coletivos da sociedade civil, a exemplo de coletivos das mulheres lésbicas e de travestis, além de parceria com as fábricas têxteis, que foi essencial também para o fortalecimento do setor, durante a crise sanitária. Dessa forma, o tecido foi comprado em parceria com as fábricas e os coletivos ficavam responsáveis pela costura das máscaras. Dessa forma, 50% do que era produzido em máscara o estado distribuía gratuitamente para a sociedade e 50% ficava para que os coletivos pudessem vender, podendo transformar máscaras em renda.

Para além da pandemia, há ações da saúde que são avanços. É o caso da parceria da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que prevê um mapeamento da situação de saúde da população LGBTI+. Isso é importante inclusive para o fortalecimento de pessoas que pesquisam e que trabalham com essa temática, conside-

rando que esse mapeamento será de grande contribuição para coleta de dados da situação de saúde. Esses também auxiliarão em diagnósticos relacionados à alimentação, ao emprego e ao fortalecimento de vínculo familiar dessa população, além de contribuir na construção e desenvolvimento de políticas públicas para a comunidade LGBTI+.

Regulamentação das Leis de Atenção e Defesa da população LGBTI+ no Rio Grande do Norte

Por muitos anos, durante alguns governos no Rio Grande do Norte, diversas leis em benefício à população LGBTI+ foram engavetadas. Foi o que ocorreu com a Lei Estadual nº 8.225, de 12 de 08 de 2002, que instituiu o Serviço Disque-Defesa Homossexual de Combate à Violência Contra os Homossexuais, Lésbicas e Travestis. Ou, ainda, com a Lei Estadual nº 9.036, de 29 de 11 de 2007, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Dentre outras legislações que tiveram a mesma sina.

Pensando nisso, criou-se um Grupo de Trabalho Especial (GTE), interno ao Governo do Estado do RN, para a regulamentação das leis de atenção e defesa da população LGBTI+. Uma das **leis regulamentadas** foi o **Disque Defesa LGBTI+**. Trata-se de um número de telefone (0800-281-1314), que recebe denúncias de crimes de LGBTfobia no RN, e funciona 24 horas por dia, de segunda a segunda, e que conta com uma equipe treinada na área de segurança pública.

Além disso, decorrente do processo de pandemia, foram realizadas parcerias para o uso de recursos federais da **Lei Aldir Blanc**, que está relacionada à disposição de ações emergenciais acerca de atividades culturais durante a pandemia da COVID-19.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Quem foi Aldir Blanc?

Foi um compositor carioca, considerado um grande letrista da música brasileira. Dentre os sucessos que contribuiu com a composição constam “O bêbado e o equilibrista”, “Oração ao Tempo”

e “Dois pra lá, dois pra cá”. Além disso, também era escritor de poemas e obras infantis. Faleceu em 04 de maio de 2020.

Para saber mais acesse o [link](#).

A referida lei possibilitou o desenvolvimento do edital “Diversidade Social Humana”, em que foi possível inserir uma linha específica para a população LGBTI+. Isso envolveu dois principais temas: projetos culturais e artísticos que trabalhavam a visibilidade da população LGBTI+ e o enfrentamento da LGBTfobia¹⁰

Como resultado, foram cadastrados 2050 artistas LGBTI+ do Rio

¹⁰ No [Capítulo 2](#) há uma seção sobre LGBTfobia, vale a pena retomar a leitura, ou acessar os verbetes: [Homofobia](#), [Transfobia](#) e [Lesbofobia](#).

Grande do Norte. Cada artista recebia uma quantia em dinheiro para executar o seu projeto. Isso tornou possível o mapeamento de diversas linguagens e expressões artísticas da população LGBTI+, desde dança, teatro, *lives* culturais, músicas, poesia, cultura em libras entre outras experiências.

Essa ajuda emergencial foi de grande contribuição para o enfrentamento da pandemia e para geração de renda, além de levantar na sociedade o debate acerca das políticas para a população LGBTI+, considerando que os produtos culturais apresentados foram divulgados amplamente na internet. Ao todo, foram 47 projetos totalizando um investimento de 235 mil para o segmento da população LGBTI+.

O **Programa Transcidadania** também é uma iniciativa do governo que busca capacitar e inserir no mercado de trabalho pessoas travestis e transexuais. Inicialmente o programa foi criado na prefeitura de São Paulo, durante o governo Fernando Haddad e, posteriormente, passou a ser replicado em outros estados e municípios.

No RN, o programa oferece cursos de capacitação profissional para pessoas transexuais e travestis. Cada pessoa recebe uma bolsa de permanência estudantil para ter condições concretas de permanecer no curso durante 12 meses. Além disso, o programa ainda conta com uma coordenação pedagógica para o acompanhamento da turma.

Ademais, outras regulamentações e garantia de direitos que são importantes para a população LGBTI+ já foram implementadas no estado, havendo, ainda, outras que estão em negociação. Entre elas está a Política Estadual de Saúde Integral à população LGBTI+. Trata-se de uma proposta apresentada pela deputada estadual Isolda Dantas, que busca garantir que essas pessoas tenham o acesso adequado à saúde, até o presente momento, ainda não foi aprovado na Assembleia Legislativa, mas está na última comissão. Além disso, foi instaurado, no sistema prisional do RN, a garantia do direito ao nome social, a partir de uma pactuação baseada em legislações já existentes, como as notas técnicas do Departamento Penitenciário Nacional, que trazem essas orientações.

Considerações finais

Existe uma estrutura estatal conformada para que políticas e direitos relacionados à educação, saúde, e cultura, dentre outras áreas, estivessem relacionadas com os padrões hegemônicos da heteronormatividade, ou seja, as relações patriarcais de gênero também se expressam nas relações institucionais e nas políticas públicas.

Assim, romper essa hegemonia, que é cultural, política e estrutural, é desafiadora. Para isso, são necessárias novas políticas públicas e uma nova arquitetura de direitos, representando uma mudança de acesso e de abertura aos serviços públicos. Além de garantir que saúde, educa-

ção, segurança, esporte e lazer sejam universais e de qualidade, para toda a classe trabalhadora e para toda a população. Isso nos coloca em constante disputas internas no campo da gestão, mas também externas no campo da sociedade. Pensar e implementar políticas sociais que tenham como foco a diversidade sexual e de gênero é sobretudo construir estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais no Estado.

Nesse contexto, é relevante enfatizar a importância de debater políticas públicas para a população LGBTI+ e, ainda, discutir a garantia dos seus direitos, por meio de políticas, projetos e ações que devem ser implementadas pelo Governo e apoiadas pelas organizações sociais e pela sociedade, compreendendo que essas políticas fazem parte de um projeto de transformação social, ou seja, a cada política desenvolvida se tenta contribuir com outra forma de funcionalidade e intencionalidade do Estado e o acesso aos seus serviços, seja na garantia dos direitos sociais, no enfrentamento das desigualdades sociais e no reconhecimento da diversidade sexual e de gênero como um determinante social nas condições de vida desta população. Nesse sentido, as políticas públicas cumprem diversas funções, mas antes de tudo, são consequências de uma realidade concreta que precisa ser respondida pelo Estado.

E QUEM FOI QUE DISSE?



Agora RN, em “[Governo do RN regulamenta serviço disque-defesa para enfrentamento à LGBTfobia](#)” traz informação sobre a regulamentação do serviço de disque-defesa para enfrentamento à LGBTfobia.

Carla Bronzo, apresenta o verbete “[Intersetorialidade](#)”, um que explica de forma breve a Intersetorialidade nas políticas públicas.

Emily Mel Fernandes de Souza, apresenta o verbete “[Transfobia](#)”, abordando o seu significado.

Israel Vianney, em “[Cultura pau-ferrense](#)”, aborda a história de resistência e luta da comunidade LGBTQIAP+ de Pau dos Ferros, além de fazer uma breve apresentação sobre Murilo Gonçalves.

Kyara Maria de Almeida Vieira, Apresenta o verbete “[Lesbofobia](#)”, abordando o seu conceito.

Márcio Miranda, em “[SABRA](#)”, fala sobre quem foi Aldir Blanc e sua importância para o Brasil.

Mariana Mazzini Marcondes e colaboradoras, em “[Transversalidade de gênero nas políticas públicas do Rio Grande do Norte](#)”, analisa como a perspectiva de gênero pode ser incorporada de forma transversal em diversas áreas das políticas públicas.

Paulo Souto Maior, Apresenta o verbete “Homofobia”, apontando o seu significado de forma breve.

Simone Ribeiro, em “Blog da Saúde de Contagem/MG,” explica o uso de “DST” e “IST”.

Sueli do Nascimento, em “Reflexão acerca da intersetorialidade nas políticas públicas”, O artigo discute como a intersetorialidade é fundamental para a efetivação de políticas públicas que atendam às necessidades da população.

Tribuna do Norte, em “programa RN mais protegido”, aborda a distribuição de máscaras realizadas no RN e apresenta o “programa RN chega junto no combate à fome”.

Consulte, ainda, as seguintes legislações sobre o tema: Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, a Lei Aldir Blanc, que garantia renda mensal (emergencial) aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura; Lei nº 11.132 de junho de 2022 que institui o programa transcidadania no Rio Grande do Norte e Lei complementar nº 649 de 10 de maio de 2019 que dispõe sobre a reorganização do poder executivo do RN.

CAPÍTULO 10 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+ E PARA IGUALDADE DE GÊNERO EM NATAL/RN

Luana Soares

Bacharel em Serviço Social, estudante do Programa de Pós Graduação de Serviço Social da UFRN e coordenadora técnica do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal

Aline Juliana Barbosa de Oliveira

Bacharel em Publicidade e Propaganda pela UNP, graduanda de Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN)

Jessica Silva

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN



FIQUE DE OLHO!

Esse texto foi construído a partir da aula aberta ministrada por Janaina de Lima (CODIS/RN) e Luana Soares (Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal), com coordenação e mediação de Mariana Mazzini Marcondes (Departamento de Administração Pública e Gestão Social - UFRN, na 2ª Edição do Conversatório - Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQIA+. Acesse: [Políticas públicas e direitos para população LGBTQIA+ e para igualdade de gênero no RN e em Natal](#)

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

As políticas públicas no Brasil devem garantir os direitos que são previstos na Constituição Federal de 1988 e em outras leis, devendo, ainda, garantir aqueles direitos que foram consagrados com o passar do tempo, para promover o bem-estar da sociedade. Para isso, são necessárias ações que contemplem áreas como saúde, educação, segurança, entre outras, para beneficiar todas as pessoas, independente de escolaridade, credo, gênero, sexualidade ou classe social.

Nos últimos anos, os direitos humanos sofreram um retrocesso ideológico, com o desmonte das políticas públicas. Por isso, ter avanços nesse contexto é uma expressão de resistência. Observando o panorama nacional atualmente, o desenvolvimento das políticas no município de Natal são contradições desse processo de desmonte, por ter um aspecto positivo, contradizendo a conjuntura nacional.

No que se refere às políticas públicas voltadas à população

LGBTIAP+ no Estado do Rio Grande do Norte, é possível observar um panorama positivo, no qual em pouco tempo houve muitos avanços. Ainda que os desafios sejam salutaros, existe um caminho já trilhado. Para expandir e cumprir as políticas públicas para igualdade de gênero e para a população LGBTIAP+, é fundamental estudar o município para responder questões como: o que há de desafios? E quais as consolidações para as políticas de igualdade de gênero e para essa população na cidade de Natal?

Este texto está organizado em seis partes. Na segunda delas discutimos a violência sofrida pela população LGBTIAP+ no período da pandemia. Na terceira parte debatemos sobre a funcionalidade dos órgãos de assistência potiguar para a população LGBTIAP+. Na quarta parte apresentaremos o centro municipal de cidadania LGBT de Natal. Na quinta parte apresentamos o observatório LGBT, que é um serviço oferecido pelo centro de cidadania LGBT de Natal. Por fim, na sexta parte apresentaremos a conclusão, com foco na importância dos projetos para a população LGBTIAP+ na cidade de Natal.

População LGBTIAP+ e a violência durante o período de pandemia. O vírus é democrático? Estamos no mesmo barco?

A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (ANTRA) divulgou um balanço com os dados referentes à mortalidade de pessoas trans, durante o primeiro semestre de 2021. Foram registrados 80 assassinatos desse grupo no Brasil. Embora seja um número um pouco menor do que o registrado no mesmo trimestre, em 2020, a ANTRA faz uma ressalva que, por estar no contexto de pandemia, há uma dificuldade no acesso aos registros e às informações desse tipo de crime, que podem estar, portanto, subnotificados.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (ANTRA)

A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (ANTRA), é uma rede que faz articulação em todo o Brasil, promovendo a cida-

dania da população de Travestis e Transsexuais, através de 127 instituições.

Para saber mais acesse o [link](#)

Na cidade de Recife a população trans e travesti passou por um “ataque” no mês de junho de 2021. Em duas semanas, houve **quatro crimes bárbaros**, sendo que todos eles resultaram em mortes. Em um dos casos, uma travesti foi incendiada viva, na zona urbana de Recife. Ela teve os dois braços amputados, mas acabou não resistindo. Um demonstrativo de como a conjuntura de retrocesso dos direitos e aumento da violência atinge toda população, mas, de maneira mais agudizada, a classe

LGBTIAP+ no Estado do Rio Grande do Norte, é possível observar um panorama positivo, no qual em pouco tempo houve muitos avanços. Ainda que os desafios sejam salustares, existe um caminho já trilhado. Para expandir e cumprir as políticas públicas para igualdade de gênero e para a população LGBTIAP+, é fundamental estudar o município para responder questões como: o que há de desafios? E quais as consolidações para as políticas de igualdade de gênero e para essa população na cidade de Natal?

Este texto está organizado em seis partes. Na segunda delas discutimos a violência sofrida pela população LGBTIAP+ no período da pandemia. Na terceira parte debatemos sobre a funcionalidade dos órgãos de assistência potiguar para a população LGBTIAP+. Na quarta parte apresentaremos o centro municipal de cidadania LGBT de Natal. Na quinta parte apresentamos o observatório LGBT, que é um serviço oferecido pelo centro de cidadania LGBT de Natal. Por fim, na sexta parte apresentaremos a conclusão, com foco na importância dos projetos para a população LGBTIAP+ na cidade de Natal.

População LGBTIAP+ e a violência durante o período de pandemia. O vírus é democrático? Estamos no mesmo barco?

A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (ANTRA) divulgou um balanço com os dados referentes à mortalidade de pessoas trans, durante o primeiro semestre de 2021. Foram registrados 80 assassinatos desse grupo no Brasil. Embora seja um número um pouco menor do que o registrado no mesmo trimestre, em 2020, a ANTRA faz uma ressalva que, por estar no contexto de pandemia, há uma dificuldade no acesso aos registros e às informações desse tipo de crime, que podem estar, portanto, subnotificados.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (ANTRA)

A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (ANTRA), é uma rede que faz articulação em todo o Brasil, promovendo a cida-

dania da população de Travestis e Transsexuais, através de 127 instituições.

Para saber mais acesse o [link](#)

Na cidade de Recife a população trans e travesti passou por um “ataque” no mês de junho de 2021. Em duas semanas, houve **quatro crimes bárbaros**, sendo que todos eles resultaram em mortes. Em um dos casos, uma travesti foi incendiada viva, na zona urbana de Recife. Ela teve os dois braços amputados, mas acabou não resistindo. Um demonstrativo de como a conjuntura de retrocesso dos direitos e aumento da violência atinge toda população, mas, de maneira mais agudizada, a classe

trabalhadora, as mulheres, negros e negras, à população LGBTIAP+, e nesta, especialmente, as pessoas trans e travestis.

Em 2020 foi desenvolvida uma pesquisa pela UFMG, por meio do coletivo **Vote LGBT+**, a respeito do diagnóstico LGBT+ na pandemia. A pesquisa apresenta dados sobre a reclusão das pessoas LGBTQIAP+ no contexto da pandemia¹¹. Em um cenário em que passaram a conviver mais tempo com os seus familiares, que, em grande parte, são pessoas conservadoras e não aceitam a identidade de gênero e orientação sexual dessas pessoas, esse aspecto afeta diretamente a saúde mental da população trans. Além disso, o isolamento fez com que deixassem de conviver com seus ciclos sociais, que, em geral, são grupos de apoio à população LGBTIAP+.

Segundo o **dossiê da ANTRA**, outros índices colocam em evidência a violência sofrida pela população TT durante os primeiros anos da pandemia. Apesar da diminuição dos homicídios no Brasil, dentro do contexto da violência urbana, que se deu, possivelmente em razão do isolamento social como estratégia de combate ao coronavírus, contraditoriamente, houve um aumento para a população TT.

Os dados mencionados nos demonstram duas coisas: primeiro, que a violência contra essa população (transfobia e o transfemicídio) não para, mesmo durante a pandemia. Segundo, demonstra que essa população não conseguiu fazer isolamento social, principalmente as trabalhadoras do sexo, que mantiveram-se nas ruas, como uma estratégia de sobrevivência frente a crise econômica, política e sanitária que assola o país. Segundo o dossiê, 72% das mulheres trans e travestis assassinadas em 2020 estavam em situação de prostituição. Importante destacar que a prostituição é ainda uma estratégia de sobrevivência para essa população, que é bastante marginalizada do mercado formal de trabalho.

Outro dado importante que a ANTRA apresenta é que cerca de 70% das mulheres trans e travestis, no Brasil, não acessaram o auxílio emergencial, por não terem os documentos e os instrumentos tecnológicos para ter acesso ao benefício. Isso nos leva a refletir que, ainda que durante a pandemia tenhamos vivido a mesma tempestade, algumas pessoas estavam em barcos mais seguros, enquanto outras estavam nadando sozinhas contra a maré.

DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Auxílio emergencial

Trata-se de um auxílio financeiro criado pelo governo, durante a pandemia de covid-19, com o objetivo de fornecer proteção emergencial aos trabalhadores informais, microempreendedores indi-

viduais (MEI), pessoas desempregadas e autônomas, no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus. Para saber mais acesse o [link](#).

¹¹ Caso você se interesse pelo tema, você pode volta ao capítulo sete desta publicação.

Iniciativas de assistência à população LGBTIAP+ em Natal

Observando esse contexto de violência recorrente à população LGBTIAP+, torna-se necessário criar políticas públicas que assegurem direitos garantidos. É também necessária uma rede de apoio, com serviços de atendimento e auxílio no enfrentamento à LGBTfobia, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Em Natal/RN, para realizar essa função de apoio e garantia de direitos, foi criado um Centro Municipal de Cidadania LGBT. No mesmo município opera o Ambulatório transexual e travesti (ambulatório TT de Natal). A criação desses dois pontos de referência se deu após cerca de dez anos de debate, em níveis municipal e estadual.

Na capital potiguar, as iniciativas voltadas à população LGBT começaram em 2009, quando foi criado um Departamento de Equidade dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social. Desde então, os movimentos sociais e os movimentos LGBTs discutem a necessidade de um Centro de Referência municipal em Natal, que atendesse a população LGBT. É importante enfatizar que há um propósito no Centro LGBT de Natal em resgatar a história de sua criação. Formalmente, o Centro foi fundado com o **Decreto Municipal nº 11.909**, de 05 de março de 2020, publicado no Diário Oficial do Município em 11 de março do mesmo ano. Contudo, essa data é apenas um marco da sua criação, visto que o debate e reivindicação por sua existência é bem mais antigo.

O decreto determinando a abertura do Centro foi publicado poucos dias antes da publicação de um outro decreto: o de calamidade pública, em razão da pandemia do COVID-19, que determinava as medidas sanitárias contingenciais para a crise. Com isso, a organização para abertura do Centro foi suspensa por tempo indeterminado. Os recursos públicos passaram a priorizar as demandas da saúde relacionadas à COVID-19. A suspensão durou até agosto de 2020. Assim, o Centro foi inaugurado para o atendimento à população em 30 de setembro de 2020.

Junto ao Centro LGBT foi inaugurado também o Ambulatório Municipal de Natal para pessoas Trans e Travestis - o Ambulatório TT. Este que é o segundo do estado, sendo o primeiro, o Ambulatório Murilo Gonçalves, que atende à população de todo o estado. Os dois serviços são semelhantes no acompanhamento ao processo de hormonização para este público.

No que se refere à composição desses dois locais de atendimento, de acordo com a normativa do SUS (que cria os ambulatórios na atenção básica), a equipe do Ambulatório TT é formada por profissionais da área de endocrinologia ou clínica geral, enfermagem, assistência social e psiquiatria ou psicologia. No caso do Ambulatório TT municipal, o próprio encaminha para a regulação das especialidades, de acordo com as demandas que pacientes apresentam.

Sobre o atendimento à saúde da população TT, ainda temos muitos limites no Brasil. Além dos poucos ambulatórios, é ainda difícil o acesso a determinados médicos especialistas, como proctologistas, ginecologistas, entre outros.

Recentemente houve uma vitória, em nível nacional, prevendo a obrigatoriedade de que o Sistema Único de Saúde (SUS) reconheça uma pessoa de acordo com o gênero que ela se apresenta. No dia do orgulho LGBTIAP+ (28 de junho), em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), publicou uma normatização para que o SUS garantisse a marcação de consultas e exames, independente do que consta no registro de nascimento como sexo biológico. Permitiu-se, assim, que uma mulher trans pudesse marcar um proctologista ou que um homem trans pudesse marcar uma ginecologista.

Anteriormente, um homem trans que fizesse a sua alteração de nome e gênero na documentação civil e no cartão SUS não conseguiria marcar ginecologista, e vice e versa para mulheres trans e proctologistas. Isso porque ao se entender que a pessoa pertencia ao gênero masculino entendia-se também que ela não precisaria de ginecologista. Era possível inserir o nome social no cartão SUS, mas, a partir dessa mudança, era limitado o acesso às especialidades médicas, de acordo com o gênero registrado.

O Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal

O Centro LGBT de Natal oferece atendimento especializado a toda população LGBTIAP+ da cidade. Está vinculado a quatro secretarias: Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMIDH), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMTAS), Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (SEMDES), e, finalmente, Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

O serviço, que é previsto no [Programa Nacional de Direitos Humanos](#) (PNDH-3), tem como base o fomento da criação de redes de proteção dos Direitos Humanos do segmento LGBT, especialmente a partir do apoio à implementação de centros de referência em direitos humanos e combate à homofobia.

O Centro LGBT é formado por uma equipe técnica composta por assistentes sociais e psicólogas e oferece dois serviços: o acompanhamento psicossocial e o Observatório LGBT.

Observatório LGBT

O Observatório LGBT de Natal pretende sistematizar as informações e dados coletados nos diversos órgãos do sistema de garantia de direitos e rede de atendimento sobre o perfil da população LGBT, e as violências

que tenham por fundamento a orientação sexual e/ou identidade de gênero, servindo, dessa forma, como referência e base de dados.

Sua atuação é voltada para a área de gestão da informação, e tem como um de seus objetivos fundamentar as atividades de planejamento e execução dos serviços socioassistenciais, por meio do provimento de dados, indicadores e análises. O estudo apresentado nesta ocasião refere-se às duas publicações realizadas pelo Observatório: o Relatório de dados de 2020 e o Mapeamento da População Trans e Travesti de Natal/RN.

Inicialmente o Observatório foi pensado para fazer o levantamento sobre a violência, mas a equipe se deparou com uma realidade em que os órgãos de segurança pública, de saúde, de educação, dentre outros, não possuíam dados registrados a respeito da violência LGBT. Apenas recentemente o Governo do Estado do RN apresentou uma recomendação, fundamentada em diretrizes do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, para que, na ocasião do registro de um boletim de ocorrência de algum tipo de violência, torne-se obrigatório inserir a orientação sexual e a identidade de gênero da vítima. É um passo importante para a produção e análise de dados sobre o tema.

A partir disso, será possível ter um diagnóstico do nosso estado. Existe violência LGBT no RN? São necessárias delegacias especializadas para que atendam esta população? São respostas que poderão fundamentar importantes iniciativas voltadas para a garantia da segurança LGBT no estado.

Diante da ausência de registros e dados sobre essas violências, o Centro ampliou o Observatório LGBT, que passou a ter como objetivo traçar um perfil e realizar um diagnóstico para subsidiar as políticas públicas da população LGBT, com o intuito de entender quem é essa população, onde mora, qual o nível de escolaridade, se mora em casa alugada, cedida ou se vive em situação de rua.

Dessa forma, foi publicado um relatório, com uma amostragem a partir das pessoas que são acompanhadas pelo Centro. Os dados apresentados foram retirados de uma publicação feita pelo Observatório, com uma amostra de 34 pessoas, em apenas um trimestre de atendimento.

Além disso, no início de 2021 foi lançado o mapeamento da população transexual e travesti de Natal, sendo ele um marco histórico para o município, e que pode ser utilizado como fonte de dados para as políticas públicas e para a gestão pública. Essa iniciativa contou com a participação de cerca de 204 pessoas.

A coleta de dados foi feita por meio de um formulário online, colocado à disposição por cerca de três meses, para que as pessoas

pudessem preencher. Quem não tivesse acesso poderia ir ao Centro para preencher lá, assim como algumas pessoas forneceram o contato, para que o centro ligasse para realizar o questionário. Esse panorama do público pode ajudar na conquista de outros serviços e outras políticas para essa população.

De acordo com o **Relatório do Observatório LGBT**, com base nos dados de funcionamento da instituição, durante o último trimestre de 2020, o Centro possui três demandas principais: alteração de nome e gênero na documentação civil (53%); atendimento relacionado à saúde mental (12%); e busca pelos demais atendimentos de saúde (15%).

A alteração de prenome e gênero no Registro Civil de Nascimento de pessoas trans é regulamentada pelo **Provimento nº 73 do CNJ, de 28 de junho de 2018**. A partir desta normativa, as pessoas transexuais e travestis podem realizar a alteração de prenome e de gênero em seus documentos pessoais (ex. certidão de nascimento e casamento), diretamente nos cartórios, excluindo-se a necessidade de processo judicial. Entretanto, muitas pessoas trans ainda desconhecem esse direito e têm buscado o Centro LGBT para orientações e providências.

O **Rio Grande do Norte**, pioneiro nas medidas cabíveis a esta demanda, apresenta hoje um enorme retrocesso na garantia deste direito. Conforme a consulta administrativa de 15 de junho de 2020, emitida pela **Corregedoria de Justiça Geral do RN**, o processo de mudança de prenome e gênero envolve a cobrança de taxas cartoriais, referentes à emissão de certidões de protestos e averbação de certidão de nascimento. Dessa forma, os cartórios estão autorizados a não concederem a gratuidade no processo de retificação. Muitas pessoas trans não têm condições financeiras de arcar com essas taxas cartoriais e procuram o Centro LGBT visando obter gratuidade. Observa-se que esse é um trâmite que custa R\$330 reais para quem reside em Natal, um valor que pode tornar o direito não acessível para quem precisa dele.

Ainda segundo o **mencionado relatório**, é observado que parte das pessoas acompanhadas pelo Centro LGBT de Natal (28% do total), sobrevive com uma renda de até um salário mínimo e 56% das pessoas estão desempregadas. Isso em um contexto econômico em que um botijão de gás de cozinha custa cerca de R\$120,00. Como é possível, nessa conjuntura, tirar 330 reais para fazer alteração na documentação civil?

Nesse caso, faz-se a intervenção da Defensoria Pública do RN, a fim de obter os documentos de forma gratuita. Ressalta-se que a alteração do prenome e gênero na documentação civil é um direito elementar, entretanto, representa uma grande conquista para as pessoas trans, sendo fruto de amplas reivindicações dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a negação da gratuidade por parte dos cartórios se impõe como uma barreira e violação na vida dessas pessoas.

A Coordenadoria da Diversidade Sexual e de Gênero do governo

do estado do RN (CODIS) e o Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal vislumbram uma legislação que garanta a gratuidade para esses atos cartoriais (incluindo os processos de averbação). Medidas como essa estão previstas no [PL 3667/2020](#), de autoria de Fernanda Melchionna, David Miranda e Sâmia Bomfim, que estabelece, se aprovado, a gratuidade em nível nacional.

A segunda maior demanda para o Centro é a procura por Serviços de Saúde Mental, totalizando 12% do total das demandas. Em um cenário que já havia muitas pessoas adoecidas no contexto brasileiro, a pandemia piorou o cenário, especialmente para a população LGBT.

Parte das pessoas que procura o Centro o fazem buscando apoio psicológico ou terapia. No entanto, o Centro não oferece terapia clínica. Sua abordagem de atendimento psicológico é a psicologia social. O atendimento das psicólogas é realizado em conjunto com as assistentes sociais. Para o atendimento às demandas de terapia, contamos com as instituições parceiras, como o Serviço de Psicologia Aplicada da UFRN (SEPA), o GAPP (Escola de Psicanálise), além de algumas unidades básicas de saúde (UBS), que possuem atendimento psicológico, além das clínicas escolas. Finalmente, 15% procuraram o Centro em busca de outros serviços de saúde, que seria a terceira maior demanda. Os outros 20% de demandas referem-se a casos dos mais variados.

É importante considerar que esses casos não são estanques. Por exemplo, muitas pessoas procuram o Centro apenas para retificação de nome e gênero na documentação civil, mas, após realizado o acolhimento, é observado que existem outras questões que são graves ou gravíssimas, principalmente em relação a situações de violência. E, assim, outros serviços são prestados.

A violência é transversal à população LGBTIAP+ e, como mostram os dados, é raro no Centro LGBT, o atendimento a alguém que nunca tenha sofrido nenhum tipo de violência.

Em 2020, 47% relataram ter sofrido violência no próprio ano, tendo como motivação a LGBTfobia, sendo as suas formas mais expressivas as violências psicológica, verbal e a discriminação. Além disso, 82% das pessoas acompanhadas pelo Centro sofreram violência antes de 2020. Podemos ter esse dado porque, no momento de acolhimento, uma das perguntas realizadas é se a pessoa já sofreu violência LGBTfóbica ao longo da sua vida (ou seja, até 2020, quando foi feito o questionário).

De todas as violências sofridas, em 2020, 32% relataram que essa violência aconteceu na sua própria residência. Segundo dados apresentados na [Tribuna do Norte](#), em Natal, para um LGBTIAP+ é mais seguro estar na rua do que estar em casa. Mas, na verdade, quaisquer desses ambientes podem colocar essa população em risco de situações de violências. Não existe, infelizmente, um lugar seguro para a população LGBT, especialmente para aquelas que compõem as camadas mais pobres, para as que são pretas e periféricas.

Outro apontamento observado a partir das publicações do Observatório LGBT, demonstra que o Centro atende um público jovem, que está entre 18 e 29 anos. A maior parte concluiu o ensino médio, e 56% está desempregada. Então, há um grupo com qualificação para a maior parte das vagas de trabalho que são oferecidas hoje, que é para o ensino médio completo. Mas, ainda assim, há uma alta taxa de desemprego, sendo uma população subutilizada. Mas subutilizada por quê? Por não ter qualificação? Não! por causa do conservadorismo da sociedade. Por causa da transfobia.

Considerações finais

Principalmente devido ao contexto de pandemia, que teve início em 2020, os fatores existentes que afetam a segurança e o bem estar da população LGBTIAP+ tiveram uma piora, não só na cidade de Natal, mas em todo o território brasileiro. Ao levantarmos as políticas públicas para a população LGBT em Natal, percebemos que a implementação dessas políticas contribui para o enfrentamento das desigualdades e da LGBTfobia. Prova disso são as ações realizadas pelo centro municipal de cidadania LGBT.

Contudo, o Centro não pretende ser um “gueto” e ficar separado; não deseja que a população LGBT se restrinja apenas a ele ou ao Ambulatório TT para ser atendidos. Ao contrário, almeja capacitar outros dispositivos e outras unidades, para que aquelas instituições estejam preparadas para o atendimento à população LGBT.

A população de pessoas trans e travestis pode fazer o seu processo de hormonização no ambulatório municipal ou no ambulatório estadual, ou ainda, em qualquer unidade básica de saúde de Natal, tendo em vista que esse tratamento está previsto no SUS. Pretende-se, assim, o fortalecimento das instituições para garantia de direitos da população LGBT.

Para tanto, as iniciativas de formação continuada para os equipamentos públicos que compõem a rede de proteção e garantia de direitos têm sido fundamentais. A exemplo dos CAPS, escolas, Conselhos Tutelares, CRAS e CREAS.

Apesar disso, observamos que ainda há muito o que avançar para a consolidação das políticas públicas voltadas para a população LGBTIAP+ de Natal. É imprescindível progredir para um orçamento que torne possível a concretização dessas políticas. Ao tempo em que registramos a importância do Centro LGBT de Natal, atentamos para os inúmeros limites estruturais que implicam na sua existência.

E QUEM FOI QUE DISSE?



ANTRA, em “**Antra representa o Brasil em audiência na CIDH sobre a situação das pessoas LGBTI**”, a pesquisa aponta dados de violência contra pessoas LGBTI no Brasil.

ANTRA, em “**Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**”, busca documentar e denunciar a violência e os assassinatos cometidos contra pessoas trans no Brasil.

Caia Coelho, em “**Transfeminismo**”, analisa a situação do transfeminicídio no Brasil.

Emily Mel Fernandes de Souza, apresenta o verbete “**Transfobia**”, abordando o seu significado.

Giovanna Bronze, em “**CNN Brasil**”, analisa a situação de renda e desemprego da população LGBTQIA+ no contexto da pandemia do Covid19.

Luciana de Oliveira, em “**G1**”, apresenta dados sobre pessoas transsexuais que foram mortas no Brasil no primeiro semestre de 2021.

Paulo Eduardo Dias, em “**Ponte**”, fala sobre a morte de Roberta, mulher trans queimada viva no centro de Recife.

Vote LGBT, em “**Diagnóstico LGBT+ na pandemia**”, Pesquisa que apresenta os desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia do Coronavírus.

Tribuna do Norte, em “**Para LGBTs de Natal, é mais seguro estar na rua do que em casa, aponta relatório**”, a pesquisa aponta dados de violência contra a população LGBT fazendo uma comparação dos resultados para quando as pessoas estão na rua e/ou em casa.

UNICEF, em “**Auxílio emergencial durante a pandemia do coronavírus**”, apresenta uma cartilha sobre o funcionamento do auxílio emergencial durante a pandemia do coronavírus entre 2020 e 2021.

realização:



apoio:

